



**CARTA DE
CONJUNTURA DA USCS**



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E CONJUNTURA DA USCS (CONJUSCS)

Sob a Direção da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Observatório Conjuscs é formado por Professores, Pós-Graduandos, Graduandos e parceiros convidados de diversos setores da sociedade.

Expediente 25ª Carta de Conjuntura (março 2023)

Reitor: Prof. Dr. Leandro Campi Prearo
 Pró-Reitora de Pós-Graduação: Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Romeiro
 Pró-Reitor de Graduação: Prof. Ms. Silton Marcell Romboli
 Pró-Reitor Administrativo e Financeiro: Prof. Me. Orlando A. Bonfatti
 Pró-Reitora de Inovação em Ensino: Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Romeiro

Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ do Observatório: Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Coordenação Geral do Observatório:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Equipe de Coordenação do Observatório:

Prof. Dr^a. Camila Faustini Cabello
 Prof. Dr. Jefferson José da Conceição
 Prof. Dr. Francisco Rozsa Funcia
 Prof. Esp. Ricardo Trefiglio

Equipe de Pesquisadores Permanentes do Observatório:

Prof. Dr^a Camila Faustini Cabello
 Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva
 Prof. Dr. Enio Moro Júnior
 Prof. Dr. Francisco Rozsa Funcia
 Prof. Dr. Jefferson José da Conceição
 Prof. Dr. José Turíbio de Oliveira
 Prof. Dr. Lúcio Flávio da Silva Freitas
 Prof. Dr. Milton Carlos Farina
 Prof. Dr. Roberto Vital Anav
 Prof. Dr. Volney Aparecido de Gouveia

Equipe de Professores Técnicos do Grupo de Pesquisa do Observatório:

Prof. Me. Daniel Giatti de Sousa
 Prof^a. Me. Alessandra Santos Rosa
 Prof. Me. Daniel Vaz
 Prof. Me. David Pimentel Barbosa de Siena
 Prof. Me. Luiz Felipe Xavier
 Prof^a. Me. Marta Angela Marcondes
 Prof^a. Me. Rosana Marçon da C. Andrade
 Prof. Me. Vinicius Oliveira Silva
 Prof^a Me. Sandra Collado

Participantes desta edição:

Adhemar S. Mineiro
 Alessandra Santos Rosa
 Andresa Silva Neto Francischini
 Antonio Aparecido de Carvalho
 Aristogiton Moura

Augusto César Ferreira Gauglitz
Bárbara Soares
Bruno Rondani
Cinira Gomes Lima Melo
Claudio Pereira Noronha
Clayton Vinicius Pegoraro de Araújo
Daniel Bushatsky
David Pimentel Barbosa de Siena
Débora Regina Schneider Locatelli
Edgar Nóbrega
Fabio Felipe Chamma Cakas Iljonski
Francisco R. Funcia
Gabrielle Jacobi Kölling
Gheorge Vitti Holovatiuk
Jefferson José da Conceição
José Renato Romero
Laura Cristina Pereira Maia
Leo Gmeiner
Lucas Martins Bernal
Luciano Calchi
Luiz Felipe Adão Torre e Silva
Luiz Valini D'Agostino
Mahatma Ramos dos Santos
Marcelo Varella
Marco Antônio Pinheiro da Silveira
Matheus Sanchez Rios Barros Peluci
Miguel Rodrigo dos Santos
Murilo Carboni Villatoro
Naira Elizabete Barbacovi
Raquel da Silva Pereira
Regina Rossetti
Rita Serrano
Rogério Lopes
Victor Hugo Belão da Silva
Volney Aparecido de Gouveia

Organização dos textos:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Comunicação:

Prof. Me. Luciano Cruz

Assessoria de Imprensa:

Ana Paula Lazari Ferreira

Revisão de textos:

Ana Paula Lazari Ferreira
Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Carta on-line:

Ana Paula Lazari Ferreira
Renata Ezellner Miquilim
Prof. Me. Roberto Araújo Silva

Observação: As opiniões manifestadas nesta publicação são autorais e não expressam necessariamente a visão da Universidade Municipal de São Caetano do Sul ou das demais instituições acadêmicas ou parceiras mencionadas na Carta de Conjuntura. Visite nosso site: www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjuscs.
E-mail para contato: jefferson.conceicao@online.uscs.edu.br

Para ter acesso a esta 25ª carta on-line, digite: <https://seer.uscs.edu.br/index.php/conjuscs/index>

Para acessar todas as Cartas anteriores (de 1 a 25), digite: <https://www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjuscs>

ISBN DAS CARTAS DE CONJUNTURA DA USCS

EDIÇÃO DA CARTA DE CONJUNTURA USCS	ISBN
1	978-65-89001-21-8
2	978-65-89001-09-6
3	978-65-89001-32-4
4	978-65-89001-10-2
5	978-65-89001-11-9
6	978-65-89001-12-6
7	978-65-89001-26-3
8	978-65-89001-27-0
9	978-65-89001-19-5
10	978-65-89001-14-0
11	978-65-89001-13-3
12	978-65-89001-15-7
13	978-65-89001-20-1
14	978-65-89001-28-7
15	978-65-89001-17-1
16	978-65-89001-18-8
17	978-65-89001-16-4
18	978-65-89001-30-0
19	978-65-89001-22-5
20	978-65-89001-31-7
21	978-65-89001-23-2
22	978-65-89001-25-6
23	978-65-89001-24-9
24	978-65-89001-29-4

SUMÁRIO

I – ECONOMIA INTERNACIONAL

- 1 A PROPOSTA DE MOEDA COMUM ENTRE BRASIL E ARGENTINA: O EMBRIÃO DE UM PROJETO DE MOEDA ÚNICA, O SUR p. 9
 Volney Aparecido de Gouveia
- 2 SOCIEDADE GLOBAL, LIBERDADE ECONÔMICA E O SOFT POWER NA RELAÇÕES INTERNACIONAIS p. 13
 Luiz Felipe Adão Torre e Silva
 Fabio Felipe Chamma Cakas Iljonski
 Clayton Vinicius Pegoraro de Araújo
 Andresa Silva Neto Francischini

II – ECONOMIA NACIONAL

- 3 O FUTURO DO SALÁRIO MÍNIMO: PASSADO O DESMONTE, A PROMESSA DE REVALORIZAÇÃO p. 20
 Mahatma Ramos dos Santos
- 4 DE ERROS E “CONTABILIDADE CRIATIVA” p. 25
 Adhemar S. Mineiro
- 5 A COMPLICADA ADMINISTRAÇÃO DOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS p. 27
 Adhemar S. Mineiro
- 6 REFORMAS TRIBUTÁRIA E FISCAL E O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL E DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) p. 29
 Francisco R. Funcia
- 7 REPLICAR A EXPERIÊNCIA DO APL DE DEFESA E SEGURANÇA DO GRANDE ABC (2013-2015) EM OUTRAS CIDADES E REGIÕES DO BRASIL p. 32
 Jefferson José da Conceição

III – EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

- 8 A NOVA ONDA DE MECANISMOS PÚBLICOS DE FOMENTO À INOVAÇÃO QUE O BRASIL PRECISA p. 41

Bruno Rondani

- 9 OS CRIMES CIBERNÉTICOS E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM AMBIENTE DE CONECTIVIDADE GLOBAL p. 45

Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo

- 10 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O CHAT GPT p. 49

Leo Gmeiner
Luciano Calchi

- 11 PROFISSIONAIS SÃO IMPULSIONADOS PELA ASCENSÃO DO CHATGPT PORQUE FACILITA SEUS TRABALHOS E AJUDA AS PESSOAS A ENCONTRAR UMA CARREIRA LUCRATIVA EM TECNOLOGIA p. 53

Bárbara Soares

- 12 A SAÚDE DIGITAL NA (RE)VOLUÇÃO TECNOLÓGICA NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE p. 55

Gabrielle Jacobi Kölling

- 13 ECONOMIA CRIATIVA – NOVOS NÚMEROS E PERSPECTIVAS NO “PÓS PANDEMIA” NO GRANDE ABC p. 59

Alessandra Santos Rosa

- 14 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO DE PEQUENOS NEGÓCIOS: PREMISSAS ELEMENTARES PARA ROMPER UM CÍRCULO VICIOSO p. 65

Edgar Nóbrega

IV – SOCIEDADE, DIREITO E LEGISLAÇÃO

- 15 A QUESTÃO YANOMAMI SOB AS LENTES DA CRIMINOLOGIA VERDE p. 71

David Pimentel Barbosa de Siena

- 16 ANÁLISE DE DADOS DE AÇÕES JUDICIAIS RELACIONADAS À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) JULGADAS PELO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO NO ANO DE 2022 p. 76

Cinira Gomes Lima Melo
Daniel Bushatsky

- 17 APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NOS ÓRGÃOS SUPERIORES DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO p. 82

Regina Rossetti

- 18 ASSÉDIO: REALIDADE QUE PRECISA SER COMBATIDA NO BRASIL p. 86

Rita Serrano

- 19 A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM RELAÇÃO À PRÁTICA DE *BULLYING* p. 90

Antonio Aparecido de Carvalho

V – GESTÃO PÚBLICA

- 20 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC: ATUAIS DESAFIOS p. 95

Gheorge Vitti Holovatiuk
Claudio Pereira Noronha

- 21 TEMPOS INCERTOS E MUTANTES: GOVERNAR E PLANEJAR EM CONTEXTOS COMPLEXOS E CONFLITIVOS p. 103

Aristogiton Moura

VI – SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

- 22 **GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS NO SETOR METAL-MECÂNICO** p. 110

Naira Elizabete Barbacovi
Débora Regina Schneider Locatelli
Raquel da Silva Pereira
Marco Antônio Pinheiro da Silveira

- 23 **O SÉTIMO OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A IMPORTÂNCIA DA ENERGIA LIMPA PARA AS FUTURAS GERAÇÕES** p. 115

Rogério Lopes
Lucas Martins Bernal
Luiz Valini D'Agostino
Matheus Sanchez Rios Barros Peluci
Miguel Rodrigo dos Santos
Murilo Carboni Villatoro
Victor Hugo Belão da Silva

VII – SAÚDE

- 24 **A IMPORTANCIA DA PISCINA TERAPÊUTICA EM UMA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA** p. 127

José Renato Romero
Augusto César Ferreira Gauglitz
Laura Cristina Pereira Maia

- 25 **O CONSUMO ABUSIVO DE ÁLCOOL E A CONSOLIDAÇÃO DE FRATURAS** p. 133

José Renato Romero
Augusto Cesar Ferreira Gauglitz
Laura Cristina Pereira Maia

VIII – FILOSOFIA

- 26 **PERFORMANCES E AFETOS NA ERA DO PRODUTIVISMO** p. 139

Marcelo Varella

I – ECONOMIA INTERNACIONAL

Nota Técnica

1. A PROPOSTA DE MOEDA COMUM ENTRE BRASIL E ARGENTINA: O EMBRIÃO DE UM PROJETO DE MOEDA ÚNICA, O SUR

Volney Aparecido de Gouveia¹

Resumo Executivo

A proposta de criação de uma moeda comum entre Brasil e Argentina dominou as manchetes de jornais recentemente e acendeu o debate sobre os riscos, benefícios e desafios de sua implantação. Esta nota apresenta uma breve consideração sobre as relações comerciais entre os dois países, o seu contexto econômico e comercial e a viabilidade política da implantação da moeda comum. A nota aponta que o principal desafio não é sua adoção, mas a criação das condições políticas favoráveis que atendam aos interesses das duas nações. Aponta também que se trata de um embrião para a construção de um projeto ainda mais ousado: a criação de uma moeda única no continente sul-americano.

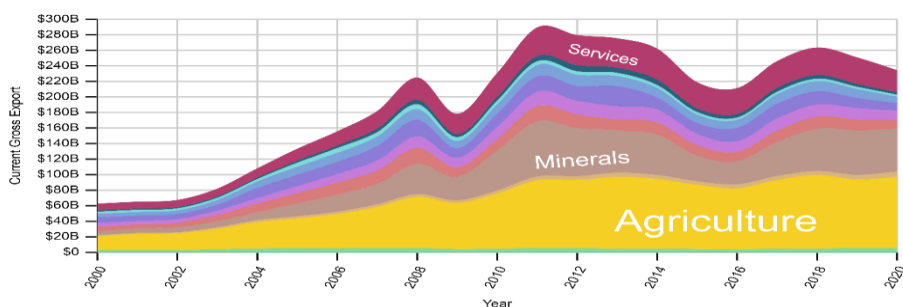
Palavras-chave: Mercado comum. Moeda comum. Brasil. Argentina. Mercosul.

O contexto de discussão preliminar para criação de uma moeda comum

O recente anúncio dos presidentes do Brasil e Argentina em torno da criação de uma moeda comum entre os dois países tem gerado muitas dúvidas e desconfianças entre os mais diversos setores da sociedade. A proposta não tem nada a ver com algo similar ao Euro, moeda utilizada entre 20 países do continente europeu. Pelo menos por enquanto.

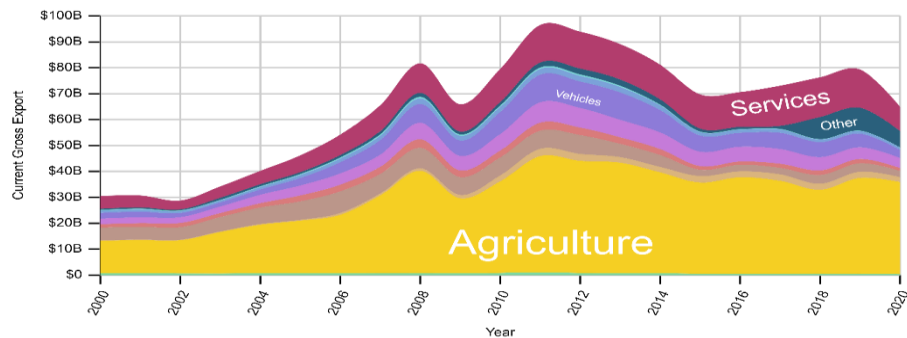
Brasil e Argentina são os dois principais parceiros do Mercosul (área de comércio comum que estabelece tarifas de importação comuns aos países do bloco - Uruguai e Paraguai). O Brasil tem peso relevante no comércio. O país exportou US\$ 240 bilhões em 2020 e a Argentina, US\$ 65 bilhões. O comércio brasileiro é quase seis vezes o volume do comércio argentino, evidenciando a importância do Brasil para a economia argentina. Os gráficos 1 e 2 mostram o perfil das exportações dos dois países, respectivamente. Ambos têm relevância na exportação produtos primários (agrícola e minério), veículos e serviços para o mundo.

Gráfico 1: Evolução das exportações brasileiras para o mundo de 2000 a 2020



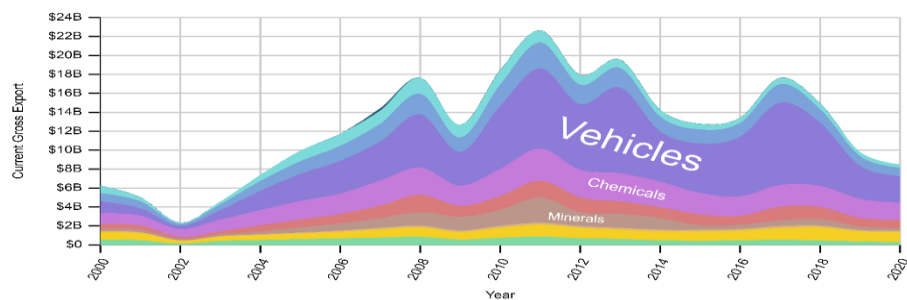
Fonte: Atlas.Cid.Harvard (2023)

¹ **Volney Gouveia.** Gestor-Adjunto da Escola de Gestão e Negócios da USCS. Coordenador do curso de Ciências Econômicas e de Ciências Aeronáuticas da mesma instituição. É doutor em Ciências Humanas e Sociais da UFABC. Mestre em Economia pela Universidade Cândido Mendes e pós-graduado pela Universidade Anhembi Morumbi. Economista pela FAAP-SP. Autor do livro *A Economia do Transporte Aéreo no Brasil: Novos Ares para o Desenvolvimento da Aviação*, lançado pela Editora Didakt, da USCS.

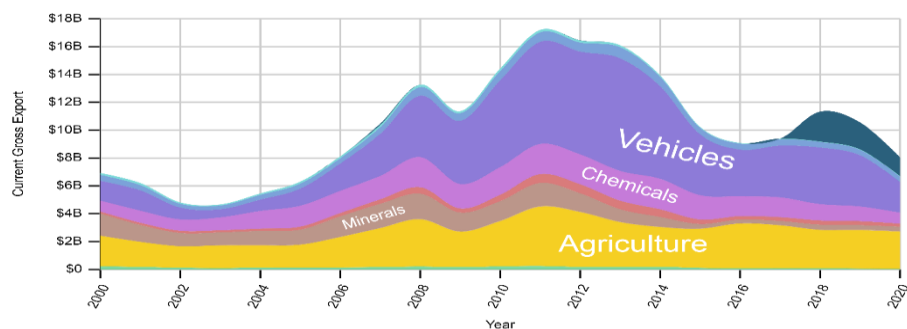
Gráfico 2: Evolução das exportações argentinas para o mundo de 2000 a 2020

Fonte: Atlas.Cid.Harvard (2023)

A Argentina é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil, com volume exportado de US\$ 9 bilhões de dólares por ano (2020); enquanto o Brasil é o primeiro parceiro comercial da Argentina, com volume exportado de US\$ 9,8 bilhões (2020). O Brasil exporta para a Argentina produtos de média-alta densidade tecnológica (veículos e químicos), enquanto a Argentina exporta para o país produtos de baixa-média tecnologia (agrícolas, minério, química e veículos). Observa-se que, nos últimos dez anos, o fluxo de comércio entre os dois países se intensificou na troca de veículos e químicos. Os gráficos 3 e 4 mostram a evolução do perfil das exportações entre os dois países nos últimos vinte anos.

Gráfico 3: Evolução das exportações brasileiras para a Argentina de 2000 a 2020

Fonte: Atlas.Cid.Harvard (2023)

Gráfico 4: Evolução das exportações argentinas para o Brasil de 2000 a 2020

Fonte: Atlas.Cid.Harvard (2023)

Os dois países têm praticamente o mesmo volume de comércio, mas suas transações são feitas em moeda americana. A proposta de criar uma moeda comum, de uso exclusivo entre os dois países, visa suspender a utilização do dólar como moeda intermediária. Pela proposta, haveria chances de aumentar o comércio entre os países, que nos últimos anos tem sido desviado para China, enfraquecendo o fluxo comercial entre os dois países. Com uma moeda

comum, cujo funcionamento ainda não está claro (quem emitirá, quem controlará, quanto valerá), os países ficam menos expostos à dependência do dólar e podem vender e comprar diretamente entre si, utilizando-se da moeda comum. A título de exemplo, um empresário argentino que exporta um motor de 1.000 dólares para o Brasil; e um empresário brasileiro que exporta uma máquina de 2.000 dólares para a Argentina. Pelo câmbio argentino, esta máquina brasileira custaria ARS 370.000 para o importador argentino; e pelo câmbio brasileiro, o motor argentino custaria R\$ 5.110 para o importador brasileiro. Atualmente, com a adoção do dólar como moeda de intermediação, a Argentina teria um déficit comercial com o Brasil de 1.000 dólares (US\$ 1.000 recebidos pela exportação do motor menos os US\$ 2.000 pagos pela importação da máquina).

A questão central é que, não tendo a Argentina os dólares disponíveis - situação vivida pelo país atualmente em razão dos sucessivos problemas de pagamento de sua dívida externa - as chances de calote se elevam. A adoção da moeda comum, em tese, eliminaria essa "fragilidade" em dólar, pois permitiria aos países negociarem utilizarem da moeda comum sem a aplicação de uma taxa de conversão. Como a Argentina tem baixa reserva em dólar e reduzida credibilidade internacional - o que compromete o ingresso de novos investimentos estrangeiros capazes de ajudar no pagamento de suas importações - a única forma de formar reservas é via exportação. Se tal caminho exige manter o preço de dólar muito alto para garantir competitividade aos produtos argentinos no exterior, por outro lado agrava o problema da inflação interna porque as importações passam a ficar mais caras. Assim, a criação de uma moeda comum visaria neutralizar a dependência do dólar, evitando seus efeitos inflacionários internos - de um lado - e fortaleceria a parceria comercial entre os dois países, de outro. As diferenças de valores seriam eliminadas com a adoção de uma moeda comum, que já vem sendo chamada de SUR (por que não MERCOSU?)

O contexto de discussão preliminar para criação de uma moeda comum

Mas o caminho para a criação da SUR não é fácil. Muitas questões ainda estão em aberto: 1) quem emitiria a nova moeda? 2) qual seria sua cotação? 3) como se harmonizariam as políticas econômicas dos dois países? A taxas de juros - importante instrumento de controle da "temperatura" do consumo e da produção interna, operaria como? 4) e como se comportariam os custos internos de produção nos dois países? Por exemplo, o motor e a máquina, caso produzidos pelos dois países, teriam custos de produção e preço similares internamente?

Diante das dúvidas, ainda é muito cedo para concluir que a adoção de uma moeda comum seja maléfica ou benéfica para qualquer um dos lados. Ainda será preciso muito estudo e conversa para se chegar a um denominador comum. Mas, preliminarmente, é possível inferir que o Brasil - sendo metade da economia da América do Sul - teria muito a ganhar. A nossa complexidade industrial e agrícola é oportunidade de ampliação das exportações, o que geraria mais renda e importações dos parceiros comerciais latino-americanos, retroalimentando um ciclo econômico favorável para todos os países do bloco.

Moeda comum ou moeda única? Existem diferenças! E muitas!

A construção de uma moeda única é, sobretudo, um grande projeto econômico conduzido por fortes ambições políticas! É importante que a América Latina avance para a criação de sua moeda única. Isto daria mais força ao bloco nas negociações bilaterais internacionais (NAFTA, Zona do Euro etc); permitiria aos países membros formarem reservas internacionais em dólar, euro e yuan e ampliaria sua força nas negociações comerciais que envolvem tarifas, direitos de propriedade sobre tecnologias e prática de subsídios dos países desenvolvidos a produtos nos quais países do Mercosul são mais competitivos, a exemplo do agrícola. Permitiria também explorar suas vantagens competitivas internas (por exemplo, trigo na Argentina mais

barato beneficiaria aqueles países dependentes do trigo; e automóveis no Brasil mais competitivos, beneficiaria os países dependentes de veículos).

Ainda que as perspectivas sejam favoráveis, o maior desafio será harmonizar/coordenar as políticas econômicas internas (controle da inflação, do déficit público e da dívida externa do conjunto de países do bloco). Para que uma eventual moeda comum seja estável, soberana e crível, uma boa dose de ambição política - combinada com aprimorados estudos econômicos - elevará o patamar de desenvolvimento dos países do continente.

Referências Bibliográficas

ATLAS HARVARD. Atlas de complexidade econômica. Disponível em <<https://atlas.cid.harvard.edu/>> Acesso em 22/02/2023.

BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. Economia internacional: teoria e experiência brasileira. São Paulo: Campus, 2004.

Jornal GGN. Não é moeda única, é financiamento de exportações. Disponível em <<https://jornalggn.com.br/economia/nao-e-moeda-unica-e-financiamento-de-exportacoes/>> Acesso em 22/02/2023.

MDIC. Balança Comercial e Estatísticas de Comércio Exterior. Disponível em <<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/>> Acesso em 22/02/2023.

Nota Técnica

2. SOCIEDADE GLOBAL, LIBERDADE ECONÔMICA E O SOFT POWER NA RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Luiz Felipe Adão Torre e Silva ²
Fabio Felipe Chamma Cakas Iljonski ³
Clayton Vinicius Pegoraro de Araújo ⁴
Andresa Silva Neto Francischini ⁵

Resumo Executivo

Nesta nota técnica serão tratados aspectos das razões históricas da liberdade econômica e a capacidade das pessoas de uma sociedade de efetuarem ações econômicas, bem com a influência do chamado soft power do livre mercado como algo extensivo para as escolhas individuais calcadas em eventuais aspectos de injustiça que podem acarretar novos conflitos advindos dos ciclos econômicos.

Palavras-chave: *Liberdade econômica; Soft power; Relações internacionais; Ciclos econômicos.*

Na Grécia antiga, entre 431 e 404 a.C. tivemos a chamada “Guerra do Peloponeso”, título da obra escrita por Tucídides. O livro conta a história do equilíbrio de poder entre as cidades de Esparta e Atenas. Esse evento pode ter sido o embrião da ciência que, séculos mais tarde, viria a ser chamada de Relações Internacionais. (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2023)

Em 24 de outubro de 1648, Suécia e França assinam o Acordo de Westfalia, marcando o fim do primeiro grande conflito europeu. Sua fundamentação foi religiosa. Teve início em 1618 num episódio conhecido como a defenestração de Praga. Tal acordo foi assinado após muita negociação feita por representantes de países envolvidos. Se por um lado os acordos não são perfeitos em mediar e encerrar definitivamente os conflitos sem que restem prejuízos que venham a alimentar futuros revanchismos, os mesmos podem ser considerados, dentro daquele contexto histórico, um denominador comum. (DW – Deutsche Welle, 2023)

Como disciplina acadêmica, o nascimento das Relações Internacionais, na visão de muitos historiadores, acontece ao final da Primeira Guerra Mundial, conflito ocorrido no continente europeu entre 28 de julho de 1914 e durou até 11 de novembro de 1918. Essa ciência surge

² **Luiz Felipe Adão Torre e Silva.** Graduado em engenharia mecânica pela UFMG, especialista em automação industrial pela UFMG, especialista em gestão de negócios pela Fundação Dom Cabral e discente do Programa de Mestrado Profissional em Economia e Mercados (MPECON-Mackenzie).

³ **Fabio Felipe Chamma Cakas Iljonski.** Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e discente do Programa de Mestrado Profissional em Economia e Mercados (MPECON-Mackenzie).

⁴ **Clayton Vinicius Pegoraro de Araújo.** Advogado, Pós-Doutor em Economia Política, Doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais, Mestre em Direito (área de concentração em Direito Internacional), Especialista em Direito Público. Professor do Programa de Mestrado Profissional em Economia e Mercados (MPECON-Mackenzie) e da USCS.

⁵ **Andresa Silva Neto Francischini.** Graduada em Ciências Econômicas pela USP, Mestre em Engenharia de Produção pela UFSCar, Doutora em Engenharia de Produção pela (POLI/USP-Produção) e possui Pós-doutorado em Economia pela FGV/SP. Atualmente é Coordenadora do Curso de Graduação em Ciências Econômicas e Professora na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

a partir da necessidade de compreender as razões que levaram ao conflito e as relações entre os Estados. Os estudos vão se intensificando, adquirindo método, e são muito fortalecidos após a Segunda Guerra Mundial, que foi compreendida entre setembro de 1939 até meados de agosto de 1945.

Em 10 de janeiro de 1920, nascia a Liga das Nações, logo após o encerramento da Primeira Guerra Mundial. O Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, antecessor da UNESCO, foi criado logo em seguida. De acordo com Jens Boel, suas intenções iniciais eram superar as excessivas visões nacionais egoístas que conduziram o mundo para este triste e ampliado conflito armado, concentrando-se no multilateralismo. Esse objetivo não sobreviveu ao período entre as duas Grandes Guerras. No entanto, os ideais dos fundadores da Liga por um mundo mais unido manteve e justificou a sua relevância (UNESCO, 2023).

A Liga das Nações foi embrião da Criação da Organização das Nações Unidas (*United Nations*). Quando a Segunda Guerra Mundial estava prestes a terminar em 1945, as nações estavam em ruínas, e o mundo queria paz. Representantes de 50 países se reuniram na Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional em São Francisco, Califórnia, entre 25 de abril a 26 de junho de 1945. Durante os dois meses seguintes, eles passaram a elaborar e, em seguida, assinar a Carta das Nações Unidas, que criou uma nova organização internacional, as Nações Unidas, que, esperava-se, impediria outra guerra mundial como a que tinham acabado de viver (ONU, 2023).

Como única organização global verdadeiramente universal do mundo, as Nações Unidas tornaram-se o principal fórum a abordar questões que transcendem as fronteiras nacionais e não podem ser resolvidas por qualquer país que atue sozinho (ONU, 2023).

O denominado debate Ontológico pode ser entendido como: “o debate entre realismo e idealismo continua a marcar a disciplina das Relações Internacionais. Por um lado, o realismo argumenta que a política internacional é uma luta pelo poder e uma procura pela sobrevivência, de onde resulta uma circunstância de conflito permanente entre os Estados, sem qualquer possibilidade de evolução e progresso. Por outro lado, o idealismo considera que é possível construir um mundo de coexistência pacífica, de prosperidade e de bem-estar, alcançados através da cooperação fundada em elementos assentes em valores e aspirações partilhados pelos seres humanos” (FERNANDES, 2017).

A pergunta sobre a possibilidade de haver um Governo Global mais forte e centralizado sempre permeou a ciência Relações Internacionais, pois muitos os desafios supranacionais em que a soberania de um país sob suas fronteiras transcende os limites que não podem ser geograficamente demarcados, inclusive este efeito é abordado do ponto de vista da teoria da internacionalização de empresas e seus efeitos econômicos por (FRANCISCHINI; FURTADO; GARCIA, 2015) que afirmam que as “operações internacionais em países em que o comércio internacional é ou foi importante, representando uma estratégia de substituir exportações ou de gerar importações. Portanto, considerando a Teoria do Poder de Mercado, é possível concluir que a formalização de operações internacionais por parte de empresas nacionais é uma maneira de explorar, no mercado internacional, vantagens já conquistadas no mercado local”.

Outro ponto de vista teórico importante é o poder estatal que possui força imperiosa e uma necessidade de haver um governo mundial dotado de poderes coercitivos sobre os Estados-nação recalcitrantes em grau suficiente para realizar aquilo que pessoas razoáveis veriam como um interesse planetário comum (PIRAGES, 1983).

No entanto, de acordo com a visão realista, as nações a exemplos dos homens possuem interesses próprios, além de culturas, formações e objetivos distintos entre si. O conceito de interesse planetário comum certamente não seria um consenso.

Neste sentido, poderia ser aplicada a solução como algo centralizado em torno de um poder ou governo global, mas sim com a criação e funcionamento de Instituições Sociais, definindo práticas sociais, designando aos seus membros funções definidas, orientando as interações, facilitando a cooperação e, se necessário, solucionando conflitos. Sua teoria aliviaria problemas gerados coletivamente em um mundo composto por atores independentes (ZÜRN, 1998).

A denominada sociedade internacional, assim, pode ser determinada como um organismo em constante mudança e evolução, pois no sistema clássico de Estados europeus a elaboração de regras de coexistência era basicamente suficiente, considerada a existência da União Europeia, por exemplo.

Com fim da Guerra Fria, entre Estados Unidos e a hoje extinta União Soviética, expandiu as ambições normativas da sociedade internacional. Também vieram outros acontecimentos que, de certa forma, inéditos, abalaram as Relações Internacionais como eram até então. Podemos citar a globalização, as interconexões econômicas provenientes desse fenômeno, questões ecológicas, democratização e novas noções de legitimidade política, aumento das empresas transacionais e conseqüentemente do poder que exercem sobre os Governos, além de fazer surgir uma sociedade transacional civil densa e com poder de influência (HURRELL, 1999).

As Nações Unidas e outros mecanismos multilaterais mais regionalizados têm atuado intermediando conflitos, no entanto sua atuação limita-se à área de Governança e não Governo. As exigências para participação dos países em alianças, instituição internacional financeira ou não financeira e até mesmo em blocos econômicos tem sido aperfeiçoada. Critérios como respeito a Direitos Humanos, intervencionismo e formas democráticas de Governo são observados, bem como a Governança Global ou mundial é um movimento transnacional, com o objetivo de negociar respostas a problemas que afetam mais de um Estado ou região (SOGUK; JAMES, 2014).

Os mecanismos internacionais nos permitem ver as Relações entre países de uma perspectiva própria, a funcionalista. Embora não seja possível a resolução de todos os problemas entre nações, a busca por meios civilizados da intermediação de conflitos é a melhor ferramenta que dispomos diante de um histórico de guerras que assolaram e assolam a humanidade.

A doutrina do direito natural é central para a obra de John Locke, Thomas Hobbes e os filósofos do Iluminismo Francês. Outro conjunto de escritores afirma que o liberalismo é a onda do presente e do futuro, em conformidade com as inevitáveis "leis da história e do progresso". Finalmente, uma certa parcela dos liberais se apega à doutrina da utilidade, realizando um cálculo de benefícios de custo de utilidades individuais voltadas para "maximizar" o bem-estar social (SALLY, 2002)

A escolha racional emprega os pressupostos do *homo economicus*, o ator racional de maximização de utilidades, para construir uma teoria dos mercados econômico e político. O liberalismo clássico, em contraste, emprega muitas vezes suposições diametralmente opostas do homem em seu ambiente político-econômico. O institucionalismo neoliberal coloca forte ênfase em mecanismos de cooperação política intergovernamental para alcançar resultados liberais consoantes com a manutenção da ordem no sistema internacional. Por outro lado, o liberalismo clássico muda a ênfase da ação política do nível internacional para o nível nacional para garantir e acelerar o progresso de uma ordem econômica internacional liberal e direciona o olhar do observador para as pré-condições nacionais ou domésticas da ordem internacional, e concebe a ação política nacional em grande parte em termos unilaterais, ou seja, não se

baseia na reciprocidade da ordem intergovernamental onde barganhas tão frequentemente enfatizadas.

Assim, o neoliberalismo refere-se ao renascimento das doutrinas do liberalismo econômico clássico, também chamado de *laissez-faire*, na política, nas ideias e na lei. Essas doutrinas revividas tomaram uma nova forma em novos cenários: o "neo" significa não apenas que eles estão de volta, mas que eles também são diferentes, uma nova geração de argumentos. O que une os dois períodos do liberalismo econômico é o seu efeito político: a afirmação e a defesa de determinados imperativos de mercado e o poder econômico desigual contra a intervenção política. (GREWAL; PURDY, 2014)

Nesta mesma esteira, temos o neoliberalismo pode ser entendido em termos de suas teorias de distribuição de renda e determinação do emprego. Segundo o primeiro, o mercado garante que os fatores de produção sejam pagos pelo que valem, evitando a necessidade de instituições de proteção social e sindicatos. De fato, as instituições de proteção social podem diminuir o bem-estar social e causar desemprego interferindo no processo de mercado. Em relação à força de trabalho, os neoliberais insistem que o ajuste de preços garante uma tendência automática para o pleno emprego. Nesse quadro, as intervenções políticas para aumentar o emprego causam inflação ou aumentam o desemprego, desestabilizando o processo de mercado. (PALLEY, 2005)

Primeiro, é importante examinar como *soft power* se diferencia dos outros tipos de poder, pois existe a capacidade de fazer com que os outros queiram o que você quer, pois se trata da capacidade de atrair, e a atração muitas vezes leva à aquiescência, vez que esta aquiescência geralmente significa assentimento passivo, e deve incluir tanto o sentido do desejo quanto o sentido de um assentimento passivo (NYE, 2004).

Alternativamente, podemos adicionar a palavra "aceitar" à definição, e o *soft power* é a capacidade de fazer com que os outros queiram ou aceitem o que você quer. No entanto, ainda há um problema com a palavra "aceitar" no sentido de que você decide que não há nada que você possa fazer para mudar um fato desagradável e, portanto, você tem que aceitá-lo ou quando você aceita algo involuntariamente. (VUVING, 2009). Assim, a *afirmação soft power* é a capacidade de fazer com que os outros queiram, ou aceitem, o que você quer e não é uma definição precisa, mas uma primeira e útil aproximação a uma definição de *soft power*

Neste sentido, *soft power* contrasta com *hard power*. Isso implica que o *hard power* é a capacidade de afetar o comportamento dos outros mudando suas circunstâncias. Em outras palavras, o *hard power* refere-se à mudança das estruturas de incentivo de atores cujos interesses são tomados como dados e *soft power* para a formação desses mesmos interesses. Essa distinção é útil, mas não clara. Fica a questão: Podemos mudar as estruturas de incentivo moral dos atores pelo exercício destes dois "poderes"?

Uma maneira de evitar esse problema é construir algo com atração, ou *soft power*, e coerção, ou *hard power*, nas duas extremidades e algum poder meio duro e meio suave, como suborno no meio. Existe "espectro de comportamentos" que vão desde a coerção no final duro até a indução para a definição de agenda e, finalmente, para a atração no final suave (NYE, 2021). O incentivo, ou pagamento, marca uma área ambígua. Às vezes, é percebido como coercitivo, mas às vezes, é uma forma de cooptação.

Observadas estas questões sobre a coercibilidade e convencimento, temos a ideia moderna de liberdade econômica que representaria o antagonismo para um período histórico de fechamento econômico. Sua evolução, ao que se indica, permitiu que diversas e excessivas burocracias se tornassem, aparentemente, desnecessárias. Isso tornaria os negócios mais ágeis, viáveis. Apesar da lei 13.874 de 2019, a liberdade econômica não é alcançada

puramente pela imposição normativa, mas faz parte de um desenvolvimento conjunto entre política de Estado, empresas e consumidores.

Numa análise perfunctória, a liberdade econômica provém do conceito de liberdade em si. Produtores e consumidores podem trabalhar, produzir, consumir, possuir, comercializar e investir de acordo com suas escolhas e decisões pessoais. Ao que tudo indica, países com maior grau e maior histórico de liberdade econômica possuem alta renda per capita, qualidade de vida e crescimento econômico sustentado (TYRRELL; KIM, 2022.).

A continuada liberdade econômica poderá trazer, se bem aplicada aos negócios internacionais, elevados níveis de flexibilidade e forte proteção dos direitos de propriedade.

Desde os primórdios da humanidade pessoas e comunidades começaram a se relacionar, de forma voluntária ou até mesmo de forma conflituosa e as relações foram construídas. Ao longo da História, com a criação e transformação da sociedade e dos Estados, tais relações foram se aprofundando, se desenvolvendo e se adequando a cada contexto a que eram apresentadas e hodiernamente, diversas teorias foram criadas em torno das relações internacionais estabelecidas.

Apesar de nenhuma delas responder todas as questões de forma definitiva, todas nos são úteis não só para entender o passado, como para compreender os atuais conflitos e, de certa forma, equacionar eventuais instabilidades futuras atuando para que as soluções encontradas possam apaziguar novos conflitos oriundos da complexidade dos ciclos econômicos e negócios transnacionais que ocorrem a todo instante nesta sociedade global.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei de Liberdade Econômica**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inmetro/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/lei-de-liberdade-economica>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

DW – Deutsche Welle. **1648: Paz da Vestfália encerrava Guerra dos Trinta Anos – DW – 24/10/2018**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1648-paz-da-vestf%C3%A1lia-encerrava-guerra-dos-trinta-anos/a-660411>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. **Thucydides Greek historian**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Thucydides-Greek-historian>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

FRANCISCHINI, A. S. N.; FURTADO, J.; GARCIA, R. **Tecnologia e trajetórias de internacionalização precoce: análise de casos na indústria brasileira**. Revista Gestão & Produção - Departamento de Engenharia de *Produção* - São Carlos, v. 22, n. 2, p. 267-279, 2015.

FERNANDES, V. R. **Idealismo e realismo nas relações internacionais: um debate ontológico**. JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 7, N.º 2, 2017.

GREWAL, D. S.; PURDY, J. **Introduction: Law and Neoliberalism**. Law and contemporary Problems. v. 77, n. 4, p. 24, 2014.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **The League of Nations: A universal dream that has stood the test of time**. Disponível em: <<https://en.unesco.org/courier/2020-1/league-nations-universal-dream-has-stood-test-time>>. Acesso em: 14 jan. 2023.

HURRELL, A. Sociedade internacional e governança global. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 55–75, 1999.

NYE, J. S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: PublicAffairs, 2004.

NYE, J. S. **Soft power: the evolution of a concept**. *Journal of Political Power*, v. 14, n. 1, p. 196–208, 2021.

ONU – Organização das Nações Unidas. **History of the United Nations**. Disponível em: <<https://www.un.org/en/about-us/history-of-the-un>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Global Issues**. Disponível em: <<https://www.un.org/en/global-issues/>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

PIRAGES, D. **The Ecological Perspective and the Social Sciences**. *International Studies Quarterly*, v. 27, n. 3, p. 243–255, 1983.

SALLY, R. **Classical Liberalism and International Economic Order**. [s.l.] Routledge, 2002.

SOGUK, N.; JAMES, P. **Globalization and Politics**, Vol. 1: Global Political and Legal Governance, 2014.

PALLEY, T. I., **From Keynesianism to Neo-liberalism: Shifting Paradigms in Economics**. *Economía UNAM* [online], vol.2, n.4, pp.138-148, 2005.

TYRRELL, P; KIM, A. **2022 Index of Economic Freedom: Economic Freedom Declining Worldwide, 2022**. Disponível em: <<https://www.heritage.org/trade/report/2022-index-economic-freedom-economic-freedom-declining-worldwide>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

ZÜRN, M. **The Rise of International Environmental Politics: A Review of Current Research**. *World Politics*, v. 50, n. 4, p. 617–649, 1998.

II – ECONOMIA NACIONAL

Nota Técnica

3. O FUTURO DO SALÁRIO MÍNIMO: PASSADO O DESMONTE, A PROMESSA DE REVALORIZAÇÃO

Mahatma Ramos dos Santos⁶

Resumo Executivo

A presente nota técnica analisa as dinâmicas sociais e políticas que deslocaram a agenda do salário mínimo para o centro do debate público e político no Brasil durante as eleições presidenciais de 2022 e, posteriormente, seja no âmbito do poder legislativo, durante a tramitação da Emenda Constitucional 126, ou do poder executivo federal, tanto na definição do reajuste aplicado em 2023 quanto na promessa de retomada de uma nova política de valorização do salário mínimo.

Palavras-chave: Salário mínimo. Política Pública. Eleições.

A disputa eleitoral presidencial de 2022 e as dinâmicas político-institucionais decorrentes da vitória da frente ampla liderada pelo Partido dos Trabalhadores recolocaram a agenda do salário mínimo no centro do debate público nacional. Nesse cenário, tanto o processo de desmonte da Política de Valorização do Salário Mínimo (PVSM) e suas consequências sociais negativas ganharam projeção, quanto se abriu a oportunidade de discussão sobre qual deverá ser o preço base da força de trabalho no Brasil e qual caminho percorrer para alcançá-lo.

O ano de 2023 será decisivo para trajetória futura do salário mínimo no Brasil e uma questão se coloca: quais são os condicionantes históricos e limites conjunturais a qualquer promessa ou proposta de política pública de revalorização do salário mínimo?

O tema do salário mínimo deveria ser incontornável no país em que cerca de 60 milhões de pessoas⁷ têm seus rendimentos referenciados no seu valor piso nacional (DIEESE, 2023) e o rendimento médio dos ocupados é pouco mais de duas vezes superior ao piso nacional⁸. Porém, em uma sociedade cuja construção social do trabalho é ancorada na escravidão e em um processo de acumulação predatório, marginalizar o debate sobre o salário mínimo e descumprir seu arcabouço legal é a regra.

Uma das maiores expressões do descompromisso do Estado brasileiro e de sua burguesia com a valorização do trabalho é que o poder de compra real do salário mínimo hoje é apenas 12,2% superior àquele do momento de sua criação, em 1940⁹.

⁶ **Mahatma Ramos dos Santos.** Diretor Técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP), doutorando em Sociologia pelo PPGSA-UFRJ e membro do núcleo de pesquisas Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA-UFRJ).

⁷ Entre beneficiários do INSS, empregados formais, conta-própria, trabalhadoras domésticas e empregadores.

⁸ Segundo dados da PNADC, no trimestre de setembro a novembro de 2022, o rendimento real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho, foi estimado em R\$ 2.787. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2022_nov.pdf Acessado em: 02/02/2023.

⁹ A preços de dezembro de 2022, segundo o Ipeadata.

O recorrente descumprimento pelo Estado das normas nacionais e convenções internacionais da OIT¹⁰ que regulam o tema do salário mínimo e a permanente burla de múltiplos setores patronais a legislação trabalhista no geral e, em especial, ao arcabouço normativo do salário mínimo são dois fatores impeditivos ao avanço na luta por recuperação e valorização do piso nacional.

No Brasil, o poder de compra do salário mínimo está, ainda hoje, associado apenas a capacidade de reprodução da força de trabalho, isto é, a sua subsistência. Para o Estado e a burguesia - do campo e da cidade -, o salário mínimo operou como um instrumento importante de política salarial que estruturou e, em parte majoritária de sua trajetória, pressionou para baixo a escala de remuneração do mercado de trabalho nacional, formal e informal.

As profundas perdas impostas ao poder de compra do salário mínimo ao longo da Ditadura Militar, sobretudo entre 1965 e 1974, e aquelas decorrentes da hiperinflação do período entre 1983 e 1994 são exemplos da superexploração do trabalho no Brasil.

O resultado geral desse processo histórico é a reprodução de um mercado de trabalho “desorganizado” (MACHADO DA SILVA, 1991) e marcado por altas taxas de desemprego, relações de emprego precárias, ampla dispersão salarial, desvalorização permanente da categoria trabalho e do preço da força de trabalho.

Essa trajetória histórica fragmentada e é um determinante potente do poder de compra do salário mínimo atual e futuro.

No período entre 1995 e 2016, o piso nacional registrou o período mais longínquo de recuperação contínua de sua história e acumulou valorização acima da inflação (INPC-IBGE) próxima de 156%, média de 4,0% ao ano. Mesmo com a lenta recuperação observada durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e a posterior aceleração dessa valorização com a Política de Valorização do Salário Mínimo (2007-2016) nos governos petistas (2003-2016), o piso nacional só voltou a atingir poder de compra equivalente ao ano de sua criação (1940) em janeiro de 2010.

Essa trajetória positiva, no entanto, foi interrompida com o golpe institucional de 2016, que não só alterou as dinâmicas do regime político brasileiro, como resultou em um processo acelerado de desmonte de diversas políticas públicas. No período pós-golpe, entre 2017 e 2022, o mínimo acumulou ganho real de apenas 0,66%, média de 0,10% ao ano.

O primeiro golpe na política de recuperação e valorização do salário mínimo ocorreu no governo de Michel Temer (2016-2018), o qual descumpriu por dois anos consecutivos as normas legais de correção do salário mínimo previstas na Lei 13.152/2015, que revalidou a PVSM até 2019. Posteriormente, Jair Bolsonaro (2019-2022), ainda em seu primeiro ano de mandato, ignorou a legislação vigente, não pautou o Congresso Nacional sobre a renovação da PVSM e, sem qualquer debate público, extinguiu essa política.

Ao longo do governo Bolsonaro o salário mínimo passou de R\$ 954,00, em dezembro de 2018, para R\$ 1.212, em dezembro de 2022. As quatro correções realizadas nesse período significaram uma correção nominal de 27,0% no piso nacional e um ganho real de apenas 1,0%, média de 0,25% ao ano., quando com parada a variação do INPC-IBGE.

Se, por um lado, o fim da Política de Valorização do Salário Mínimo, em 2019, não ganhou a visibilidade necessária na imprensa ou no Congresso Nacional, amplamente alinhado as

¹⁰ Convenções nº 26 de 1928 sobre Métodos de Fixação dos Salário Mínimos, nº 99 de 1951 sobre os Métodos de Fixação de Salário Mínimo na Agricultura e a Convenção de nº 131 de 1970 sobre Fixação de Salários Mínimos, especialmente em Países em Desenvolvimento.

propostas do Poder Executivo à época, por outro lado, os efeitos negativos da quase estagnação do poder de compra do salário mínimo no pós-2016 foi tema central na corrida eleitoral à Presidência da República, em 2022.

Ao menos dois fatores foram decisivos para esse deslocamento da agenda do salário mínimo para o centro do debate político nacional. O primeiro deles, foi o efeito negativo sobre a renda dos trabalhadores da inflação de alimentos, energia e combustíveis no último ano, que associado aos altos indicadores de informalidade e desemprego, ampliaram a vulnerabilidade social de grande parte da população. E, em segundo lugar, o fato de constar na plataforma política de Lula (PT), principal adversário de Bolsonaro, a promessa de retomada da “política de valorização do salário mínimo”. A propaganda eleitoral petista, desde o início da campanha, reforçou seu compromisso prioritário com a valorização do salário mínimo e denunciou a extinção da PVSM na gestão de Bolsonaro, apontada como um dos principais elementos da perda do poder de compra dos trabalhadores.

Tais elementos produziram um reposicionamento da candidatura de Jair Bolsonaro. Após protocolar no Superior Tribunal Eleitoral (STE) um programa político sem qualquer proposta de política pública ou meta de valorização do salário mínimo, apenas com a promessa de isenção tributária de “trabalhadores que recebem até 5 salários mínimos durante a [sua] gestão 2023-2026”. No segundo turno da corrida presidencial, Bolsonaro, durante debate na televisão, anunciou a intenção de majorar as aposentadorias e o SM e ainda prometeu a elevação do mínimo para R\$ 1.400,00 em 2023. Promessas essas que soaram vazias, dado que em proposta orçamentária enviada ao congresso dois meses antes o valor previsto do salário mínimo era de R\$ 1.302,00 e, apenas uma semana antes, seu Ministro da Economia, Paulo Guedes, havia declarado que o governo estudava desvincular os reajustes do SM e das aposentadorias do índice oficial de inflação¹¹. Nesse mesmo debate, Bolsonaro ainda refutou os argumentos da propaganda petista de que não havia garantido ganho real ao SM em sua gestão e de que colocaria fim em direitos trabalhistas.

É impossível avaliar com precisão o peso decisivo da agenda do salário mínimo na derrota de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022, mas seu reposicionamento em relação ao tema, revelou o quanto o tema era sensível ao seu eleitorado. Não obstante, o salário mínimo não saiu da agenda pública com o fim do pleito, pelo contrário, ganhou espaço no debate público após vitória de Lula.

Nos meses que se seguiram ao resultado eleitoral, a agenda do salário mínimo reapareceu tanto durante a negociação da Proposta de Emenda Constitucional 32/11, apelidada de PEC da Transição, quanto pela Medida Provisória enviada por Bolsonaro ao legislativo que definia novo reajuste no salário mínimo a ser implementado em janeiro de 2023.

Aprovada primeiro no Senado Federal, em 07 de dezembro de 2022, e, posteriormente, com algumas mudanças no Congresso Nacional, em 21 de dezembro, a Emenda Constitucional 126 (EC 126) garantia espaço fiscal para elevação do SM para R\$ 1.320,00, em janeiro de 2023, valor 3,0% acima do reajuste proposto por Bolsonaro através da Medida Provisória nº 1.143, de 12 de dezembro de 2022, que previa um aumento de R\$ 1.212,0 para R\$ 1.302,00, tal como previsto em sua proposta orçamentária enviada ao congresso em agosto de 2022.

Essas duas iniciativas geraram forte expectativa sobre qual seria o novo valor do salário mínimo em 2023, se aquele definido por Bolsonaro ou aquele previsto na EC 126. Contudo, em janeiro de 2023, foi aplicada a correção no salário mínimo tal como definida na MP 1.143

¹¹ Segundo o jornal Deutsche Welle, em artigo publicado em 29/10/2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/sal%C3%A1rio-m%C3%ADnimo-armas-e-aborto-dominam-%C3%BAltimo-debate/a-63591663>

de Bolsonaro. Com isso, o piso nacional registrou um aumento real em seu poder de compra de 1,41%, quando comparado ao INPC-IBGE.

Ancorado em uma resiliência fiscal, o novo governo federal optou, ao menos em um primeiro momento, pela manutenção do valor definido pelo antigo mandatário e adiou a tomada de decisão. Em outras palavras, o governo petista recuou do espaço fiscal aberto pela EC 126 e adiou a tomada de decisão sobre o novo valor do salário mínimo. A justificativa oficial para esse posicionamento foi de que o aumento da base de beneficiários da previdência social foi subdimensionado e o impacto fiscal nas contas públicas seria maior que o previsto anteriormente.

Ainda entre as incertezas sobre o impacto fiscal de um novo aumento do piso nacional, durante reunião com as centrais sindicais no Palácio do Planalto, em 18 de janeiro de 2023, o presidente Lula assinou despacho que criou um grupo interministerial para elaborar e instituir uma nova Política de Valorização do Salário Mínimo¹².

Esse encontro não só sinalizou para retomada de um processo de revalorização sistemática do salário mínimo, como pactuou simbolicamente a entrada e participação das centrais sindicais na frente ampla do atual governo, em especial, nos temas relativos a emprego, trabalho e renda. Além disso, esse evento marcou a retomada do protagonismo do Ministério do Trabalho na gestão federal, visto que ele foi extinto no primeiro dia do mandato do ex-presidente Bolsonaro, em 2019, e mesmo após sua recriação, em julho de 2021, ainda seguia alijado de seus alguns instrumentos de políticas públicas.

O fim das especulações sobre o novo valor do salário mínimo em 2023 ocorreu apenas um mês depois desse encontro com as centrais sindicais. Em entrevista a CNN Brasil, em 16 de fevereiro, Lula anunciou novo reajuste no salário mínimo a partir de 1º de maio, o qual elevará em 1,34% o mínimo, dos atuais R\$ 1.302,00 par R\$ 1.320,00. Dessa forma, o piso nacional acumulará, a partir de 1º de maio, correção nominal de 8,91% e aumento real de 2,34%, quando comparado a variação do INPC-IBGE de 2022 e sem considerar a corrosão do poder de compra do salário mínimo nos quatro primeiros meses de 2023.

Além da nova correção do piso nacional, nessa entrevista Lula reafirmou o compromisso de seu governo com a retomada da Política de Valorização do Salário Mínimo, nos mesmos moldes do período 2007-2016, e prometeu isentar de Imposto de Renda aqueles trabalhadores que tem salários de até R\$ 2.640, mas não indicou o início da vigência dessa isenção¹³.

Em resumo, a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores e da frente partidária que o apoia ampliou o espaço de diálogo social no subsistema de política pública do salário mínimo. A promessa de reajuste do piso nacional a partir de 1º de maio, assim como a instalação de um grupo de trabalho interministerial que contará com a participação das centrais sindicais, como dito pelo atual ministro do trabalho Luiz Marinho, são sinais evidentes do compromisso do atual governo com sua base política de caráter sindical e suas pautas prioritárias.

¹² O grupo interministerial terá até 90 dias para elaboração da proposta e será composto de sete ministérios, a saber: Ministérios do Trabalho e Emprego; da Fazenda; do Planejamento e Orçamento; da Previdência Social; e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; à Secretária-geral da Presidência da República e à Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/despacho-do-presidente-da-republica-458729810> Acessado em: 18/01/2023.

¹³ Atualmente só são isentos do IR aqueles trabalhadores formais que percebem salário de até R\$ 1.900,00. A nova faixa de isenção abrangeria todos aqueles que ganham até dois salários mínimo, a partir de maio.

No entanto, essas ações ainda são tímidas frente ao desafio de valorização do trabalho no Brasil, tanto por sua timidez e hesitação frente a agenda fiscal, quanto por ainda estar ancorada em uma experiência exitosa, porém frágil. A promessa de retomada da Política de Valorização do Salário Mínimo é sem dúvidas um ótimo sinal frente ao desmonte democrático herdado da gestão civil-militar bolsonarista, mas o atual governo e, sobretudo, o movimento sindical precisam atentar aos limites do desenho institucional da antiga PVSM. O fácil desmonte dessa política no período pós-2016, seja por seu descumprimento ou posterior extinção, reforçam que é preciso construir um arcabouço legal mais robusto, que garanta previsibilidade da evolução do salário mínimo aos atores econômicos e, ao mesmo tempo, sustente sua manutenção normativa e cumprimento legal no longo prazo.

Nota Técnica

4. DE ERROS E “CONTABILIDADE CRIATIVA”

Adhemar S. Mineiro¹⁴

Resumo Executivo

A nota técnica comenta a divulgação recente de três informações econômico-financeiras problemáticas: os números do mercado de câmbio contratado do Banco Central, as inconsistências contábeis das Lojas Americanas, e as “diferenças” nos resultados das contas públicas na gestão anterior do Governo Federal. Estes acontecimentos devem reforçar a necessidade de mecanismos de controle, transparência e publicização das informações, sob risco de perda de confiança nas informações.

Palavras-chave: Auditoria. Contas públicas. Lojas Americanas. Banco Central.

Nessas últimas semanas vivemos aqueles festivais de explicitação de números pouco confiáveis sendo divulgados – e desmoralizados – no país. Não vou abordá-los na ordem cronológica em que foram sendo divulgados, mas em uma ordem de importância frente aos impactos causados.

Em 26 de janeiro, tivemos a revisão dos dados do mercado de câmbio contratado feita pelo Banco Central do Brasil para o período de outubro de 2021 a dezembro de 2022, mais de um ano, portanto. Para o ano de 2021, essa revisão apontaria uma diferença (a menor) de cerca de US\$ 1,7 bilhão e para o ano de 2022, de cerca de US\$ 12,5 bilhões. Só para se ter uma ideia, com o erro, o fluxo do ano de 2022 passa de positivo a negativo. O Banco Central assumiu o erro e se desculpou, através de seu chefe do Departamento de Estatísticas. O erro, entretanto, com a divulgação de um superávit para 2022, não é neutro, pois impactou nas expectativas em relação ao dólar estadunidense, talvez evitando uma maior desvalorização do real. Assim, independentemente de ter sido um erro, alguém ganhou e alguém perdeu com esse erro.

Outro erro dramático, da ordem de bilhões de reais, foi a divulgação pelo principal executivo da empresa naquele momento, o então presidente-executivo Sérgio Rial, de “inconsistências contábeis” da ordem de R\$ 20 bilhões. De acordo com Sérgio Rial, o acúmulo ao longo de alguns anos se deu pelo fato do “risco sacado, que não era lançado como dívida”. Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o “risco sacado” consiste em uma modalidade de antecipação de recebíveis. Ou seja, “a companhia vendedora emite uma fatura que contempla o prazo a ser financiado pelo banco, porém não reconhece em sua contabilidade a venda pelo valor presente. E com isso apresenta um resultado “Ebitda” (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) maior”. Desta forma, as Americanas, como empresas compradoras, conseguiriam distorcer sua real situação financeira.

Essa é uma possível explicação, e está sendo apurada, mas dado o volume de recursos envolvidos, o caso está ganhando contornos legais bastante expressivos, já que de outro lado, além dos fornecedores, estão grandes bancos que financiavam as operações (BTG Pactual tomou a frente nos questionamentos, mas foi na sequência acompanhado por Itaú, Bradesco e Santander, só para ficar em alguns). Briga de cachorro grande, sabendo que os controladores das Americanas (o conhecido trio de aplicadores Jorge Paulo Lemann, Marcel

¹⁴ **Adhemar S. Mineiro.** É economista, membro da Coordenação da ABED-RJ (Associação Brasileira de Economistas pela Democracia), doutorando do PPGCTIA-UFRRJ e assessor da REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos).

Telles e Carlos Alberto Sicupira) são megainvestidores do mercado de ações, e controladores de várias empresas.

Falando em mercado de ações, o valor das ações das Americanas derreteu na bolsa, levando também a imensas perdas de aplicadores em geral. É importante tomar em consideração aqui que o trio de controladores da empresa tinha fama no mercado de uma capacidade enorme de transformar em ganhos sua gestão de aplicações, ocasião em que funcionavam como uma espécie de “farol” para outros investidores, em especial menores. Assim, se pela via judicial ou da negociação talvez as grandes instituições financeiras salvem uma parte de suas perdas, é possível que os pequenos e médios investidores acabem realizando uma perda monumental. E pelo “risco reputacional”, ou seja, o risco que vai passar a estar associado às figuras de Lemann, Telles e Sicupira, é possível que várias outras empresas que controlam ou têm aplicações substanciais tenham perdas consideráveis também.

O mercado de ações começou quente, a ponto de derreter valores e reputações nesse início de ano, mas o resultado vai depender dessa briga de cachorros grandes. Só mais um elemento aqui: a “contabilidade criativa” do setor privado nesse caso vai levar junto também a reputação das empresas de auditoria, que aprovaram sem ressalvas os números da contabilidade apresentados ao longo de anos pelas Americanas.

E por falar em “contabilidade criativa”, um rombo várias vezes maior foi apresentado pela Gestão do Governo Federal. Esse rombo, sujeito a uma disputa de “narrativas” daqui para a frente. A contabilidade do ex-Ministro da Fazenda e do ex-Presidente da República apresentou resultado positivo, para o governo central (não inclui níveis subnacionais, os estados e municípios, e nem as empresas estatais) de R\$ 54,1 bilhões no ano de 2022, revertendo uma trajetória de oito anos consecutivos de déficit, segundo anúncio feito em janeiro.

Qual o problema? Bem, pelo menos três. Um, mais subjetivo, é que parte substancial desse “superavit” é resultado da chamada “dívida social”, cortes de gastos e contingenciamentos nas áreas sociais, saúde, educação e assistência social. E dois outros problemas absolutamente objetivos, que se relacionam com a chamada “contabilidade criativa”. Apenas o primeiro praticamente zera o tal superávit: um acúmulo de cerca de R\$ 50 bilhões de precatórios não-pagos, tornado possível pela chamada PEC dos Precatórios, aprovada pela gestão do Governo Federal anterior, e que permite empurrar para o futuro o pagamento de precatórios, que são decididos pela Justiça. Mas tem mais: uma estimativa de mais de R\$ 255 bilhões de restos a pagar (valores que deveriam ter sido pagos em 2022, e passaram para o orçamento de 2023), mais de R\$ 20 bilhões a mais do que no ano anterior.

Ou seja, para “lustrar” sua reputação com um superavit, e jogar para debaixo do tapete os gastos eleitorais do segundo semestre, a contabilidade oficial do ex-Presidente da República e do ex-Ministro da Fazenda empurrou pagamentos que deveriam ter sido efetuados para a frente. Assim, “gerou” magicamente um resultado no “azul” – positivo, no jargão contábil.

A herança de números parece ser muito ruim, e esses acontecimentos devem colocar sob olhares bastante atentos as próximas divulgações de números por parte do setor público e do setor privado. Como confiar, em um quadro como este? É fundamental reforçar mecanismos de controle, transparência e publicização das informações, sob risco de ficarmos totalmente à mercê de que os números na área orçamentária, cambial e financeira virem ficções.

Nota Técnica

5. A COMPLICADA ADMINISTRAÇÃO DOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

Adhemar S. Mineiro¹⁵

Resumo Executivo

O texto discorre sobre o debate conjuntural a respeito da formação de preços dos derivados do petróleo no Brasil. Neste contexto, o novo governo tem que administrar a promessa de campanha de alterar a política de paridade de preços internacionais (PPI) adotada até aqui.

Palavras-chave: Preços. Petróleo. Derivados. Administração de preços. Distribuição de lucros e dividendos.

Um velho dito popular assegura que o ano no Brasil começa de fato com o fim do Carnaval. Não sei se é exatamente verdade, mas no caso da política de preços dos combustíveis, vai de fato funcionar assim.

Imediatamente na semana seguinte ao Carnaval, reuniões em Brasília entre o presidente da República, o ministro da Fazenda e outros ministros de “ministérios políticos” (como se todo ministério não fosse político!) e o presidente da Petrobras abriram caminho para a primeira grande definição na área dos preços dos combustíveis: a volta da tributação.

O objetivo é desfazer a medida improvisada pelo governo anterior que, na tentativa de segurar os preços dos combustíveis para obter ganhos eleitorais (e rebaixar a inflação) sem alterar a política de paridade de preços dos combustíveis aqui dentro com os preços internacionais, pura e simplesmente cortou os impostos, com enormes impactos orçamentários no nível federal e nos orçamentos dos estados.

O grande objetivo da medida agora, aparentemente, é sinalizar a preocupação do Ministério da Fazenda com o equilíbrio fiscal. Em um primeiro momento, a alíquota de PIS/Cofins sobe a R\$ 0,47 por litro de gasolina, e R\$ 0,02 por litro de etanol, um valor menor que os praticados antes da desoneração feita por Bolsonaro, e que valem por quatro meses, inicialmente.

Ou seja, a ideia parece ser ir com cuidado, para ir sentindo os efeitos. Por outro lado, fica claro o objetivo ambiental de elevar mais fortemente o imposto sobre o combustível fóssil (a gasolina, feita a partir do petróleo) do que sobre a energia renovável (o etanol). Esse é um ponto importante. Assim, fica destacada a preocupação com a recomposição orçamentária e ao mesmo tempo com a justiça ambiental. Pontos positivos, em todo caso.

Como a reoneração tributária será parcial, o governo também decidiu, pelos mesmos quatro meses, instituir uma cobrança de taxa de 9,2% sobre a exportação de petróleo bruto, para melhorar a arrecadação nesse mesmo período. É um reforço da explicitação da preocupação orçamentária, já que pelos cálculos do governo, essa taxa sobre exportações compensa a perda de arrecadação com a reoneração parcial.

Qual o grande problema, então? Bem, pelo menos dois. O primeiro ponto é que a medida é implementada quando ainda existem indicadores de subida da taxa de inflação no próximo

¹⁵ **Adhemar S. Mineiro.** É economista, membro da Coordenação da ABED-RJ (Associação Brasileira de Economistas pela Democracia), doutorando do PPGCTIA-UFRRJ e assessor da REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos).

período, e a subida do preço dos combustíveis acabará por impactar a inflação. Mas isso pode ser um efeito pequeno e de curto-prazo, e acontecendo uma vez só. Ele pode repercutir ainda mais fortemente na ponta, nas bombas de gasolina dos postos, ao aproveitar o imposto para aumentar seus lucros. As estimativas são de que no primeiro dia de vigência (1º de março), os postos amplificaram o aumento de R\$ 0,47 na gasolina para cerca de R\$ 1,00 no preço final (evidentemente, a narrativa vai atribuir o aumento à reoneração tributária, mas o aumento na bomba é bem superior à tributação reinstituída).

O maior problema parece ser continuar fazendo política de preços de combustíveis tomando a manutenção da política de paridade de preços internacionais, que não foi alterada ainda. Ou seja, quando a desoneração dos preços dos combustíveis foi instituída, o foi como um mecanismo para baixar os preços dos derivados sem alterar aquela política, como dito antes, com objetivo fundamentalmente eleitoreiro, em pleno momento da disputa eleitoral. Agora, vai se introduzir parcialmente a reoneração testando seus efeitos sem ainda alterar a política de paridade de preços internacionais (a alteração foi prometida durante a campanha eleitoral do atual presidente da República). Ou seja, vai se manter por mais um tempo a política adotada ainda no governo Temer, e reforçada no período Bolsonaro e Paulo Guedes, homem forte do ex-presidente nos temas econômicos.

Há que se tomar em consideração que as mudanças na direção da Petrobras ainda estão acontecendo, e apesar de ter sido empossado o novo presidente indicado pelo governo Lula (o ex-senador Jean Paul Prates), boa parte da diretoria indicada pelo governo anterior ainda segue operando. O provável é que o novo governo tenha maioria na diretoria a partir de abril. Mas por que então não esperar até lá e apresentar o chamado “pacote completo”, com a reoneração combinada com a mudança na política de paridade de preços internacionais? Não seria mais completo? E não passaria menos incerteza para os mercados, que ficam agora especulando sobre se a atual política de preços vai de fato mudar ou ser mantida?

E os mercados financeiros estão atentos e dispostos a manter a pressão pela continuidade dessa política – é daí que vem a pressão e as especulações. Com a política vigente, de paridade de preços internacionais, em 2022 a Petrobras foi a segunda maior pagadora de dividendos do mundo, atrás apenas da mineradora anglo-australiana BHP Billiton, ambas suplantando as estadunidenses Microsoft, Exxon e Apple, segundo levantamento internacional divulgado pelo Jornal Valor Econômico no seu site também em 01/03/2023. Afinal, é para isso que serve a política de paridade com os preços internacionais: engordar o caixa dos investidores internacionais nas ações da Petrobras.

Nota Técnica

6. REFORMAS TRIBUTÁRIA E FISCAL E O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL E DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)¹⁶

Francisco R. Funcia¹⁷

Resumo Executivo

A presente nota técnica trata de alguns aspectos das reformas tributária e fiscal priorizadas nesses primeiros dias do novo governo federal, que podem impactar o financiamento da seguridade social e do Sistema Único de Saúde (SUS), a saber: de um lado, a pretendida simplificação tributária que incide sobre a produção e consumo visa a substituição de vários tributos que integram o orçamento federal da seguridade social e/ou que estão vinculados à saúde, bem como integram a base de cálculo dos pisos estaduais e municipais do SUS; de outro lado, a Emenda Constitucional 95/2016 deve ser revisada não somente no dispositivo do “teto de gastos” congelado no valor das despesas primárias federais pagas em 2016, mas também na regra de cálculo do piso federal do SUS, que está congelado até 2036 no valor do piso de 2017. Por fim, é preciso incluir na agenda de reformas a redução da participação das emendas parlamentares sobre o orçamento federal do SUS (que saltou de 3% para 11% nos últimos 10 anos), que também devem respeitar o processo de planejamento ascendente do SUS e as diretrizes da Conferência Nacional de Saúde, em respeito à Constituição Federal e à legislação do SUS.

Palavras-chave: Reforma tributária. Reforma fiscal. SUS. Seguridade Social.

As agendas das reformas tributária e fiscal ganharam prioridade nesses primeiros dias do novo governo federal, sob a coordenação do Ministério da Fazenda. O objetivo desta Nota Técnica é apontar alguns aspectos que estão sendo anunciados preliminarmente dessas duas agendas que podem impactar o processo de financiamento da seguridade social e do SUS.

Em linhas gerais, a reforma tributária, cuja tramitação no Congresso Nacional está sendo priorizada pelo governo federal, tem como objetivo principal a simplificação da tributação que incide sobre a produção e o consumo por meio da substituição do Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de competência federal, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência estadual, e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de competência municipal, por um único imposto sobre o valor adicionado (Imposto sobre Bens e Serviços), de competência federal (conforme Proposta de Emenda Constitucional – PEC - 45), ou por dois tributos, um imposto sobre bens e serviços, subnacional, e uma contribuição sobre bens e serviços, federal (conforme PEC 110)¹⁸.

¹⁶ Versão adaptada do texto do autor publicado na Revista Domingueira da Saúde de março/2023 (disponível em <http://disa.org.br/domingueira?lang=pt>).

¹⁷ **Francisco R. Funcia.** Economista e Mestre em Economia Política (PUC-SP), Doutor em Administração (USCS), Pesquisador do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo, Conjuntura e Inovação da USCS (Conjuscs), Professor dos Cursos de Economia e Medicina da USCS, Presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABrES). Secretário de Finanças de Diadema desde 1º de janeiro de 2021.

¹⁸ Disponível em <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/brasil-aumenta-potencial-de-crescimento-com-reforma-tributaria-afirma-bernard-appy> (acesso em março/2023).

É importante destacar que há mais uma proposta de reforma tributária (a PEC 46), que visa também a simplificação da tributação sobre consumo, chamada de “Simplifica já”, que os prefeitos e prefeitas têm demandado a incorporação nos estudos que estão sendo realizados pelo Ministério da Fazenda¹⁹.

Os tributos a serem substituídos são fontes específicas de financiamento da seguridade social na esfera federal e da base de cálculo dos pisos estaduais e municipais de saúde. Nessa perspectiva, seria importante conhecer os estudos governamentais sobre os impactos dessas propostas e eventuais compensações, considerando principalmente que foram retirados recursos do SUS em mais de R\$ 37 bilhões de 2018 a 2022, por causa do congelamento do valor do piso federal da saúde conforme regra de cálculo estabelecida pela Emenda Constitucional 95/2016²⁰

A propósito da reforma fiscal, o objetivo da mudança anunciada pelo Ministério da Fazenda é substituir o “teto de gastos” fixado pela Emenda Constitucional 95/2016 por outro mecanismo de controle das despesas públicas, além de corretamente apontar que a atual regra não trata como aumentar a receita pública, que também integra a política fiscal.

Trata-se de intenção governamental bastante importante tanto para estimular a dinâmica econômica, como para o financiamento das políticas públicas em geral, e da saúde em especial. Segundo essa regra do teto de despesas primárias, o limite máximo desses gastos do governo federal corresponde aos valores pagos em 2016, atualizados somente pela variação do IPCA/IBGE.

Com isso, nenhum centavo de aumento de receita até 2036 poderia ser destinado para o financiamento federal na prestação de serviços nas áreas de saúde, educação, habitação, infraestrutura, saneamento etc., reduzindo também as transferências para esse fim aos governos estaduais e municipais.

O esgotamento dessa regra de controle das despesas apareceu no Projeto de Lei Orçamentária de 2023, encaminhado ao Congresso Nacional no final de agosto de 2022. No caso do Ministério da Saúde, várias programações tiveram grande redução de valor para 2023, algumas acima de 60%, incluindo saúde indígena, programa de vacinação, atenção primária à saúde, formação de profissionais de saúde, dentre outras.

Considerando que cerca de 2/3 dos recursos orçamentários do Ministério da Saúde são transferidos para Estados, Distrito Federal e Municípios, aquela programação federal de despesas, originalmente encaminhada pelo governo anterior, representaria o encerramento de muitos serviços prestados nas unidades de saúde em 5570 municípios brasileiros pela retirada de recursos da União no processo de financiamento do SUS.

Com a PEC da Transição, aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro/2022, houve um incremento de recursos para as despesas com ações e serviços públicos de saúde (ASPS) do Ministério da Saúde superior a R\$ 21,2 bilhões (14,2%), passando de R\$ 149,9 bilhões para R\$ 171,1 bilhões.

¹⁹ Disponível em <https://fnp.org.br/noticias/item/3019-fnp-defende-autonomia-dos-municipios-na-reforma-tributaria> (acesso em março/2023).

²⁰ Ver estudo da Nova Política de Financiamento da Saúde coordenado pela Associação Brasileira de Economia da Saúde/ABRES e disponível em [https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/GESP/gespnota2022_ABRES%20\(2\).pdf](https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/GESP/gespnota2022_ABRES%20(2).pdf) (acesso em março/2023).

Após essa revisão aprovada para o orçamento ASPS 2023, as subfunções orçamentárias específicas da Função Orçamentária “Saúde” tiveram os seguintes acréscimos: “Atenção Básica” 45,6%, “Assistência Hospitalar e Ambulatorial” 29,7%, “Suporte Profilático e Terapêutico” (ou Assistência Farmacêutica) 19,7%, “Vigilância Epidemiológica” 21,1% e “Alimentação e Nutrição” 158,0%. Outras subfunções orçamentárias classificadas como despesas ASPS no Ministério da Saúde também tiveram acréscimos expressivos, como por exemplo, “Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia” (2.932,7%), “Formação de Recursos Humanos” (158,8%) e “Assistência aos Povos Indígenas” (161,3%).

Mas esses R\$ 171,1 bilhões para ASPS representam menos de 15% da Receita Corrente Líquida da União estimada para 2023, portanto, abaixo da regra de cálculo da Emenda Constitucional 86/2015, que foi suspensa por 20 anos pela Emenda Constitucional 95/2016. Entretanto, nem a regra da Emenda Constitucional 86/2015 e muito menos a regra da Emenda Constitucional 95/2016 atendem a necessidade de financiamento do SUS para cumprir o dispositivo constitucional de que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”, cujas ações e serviços devem ser considerados como de “relevância pública”.²¹

Nessa perspectiva, seria muito importante que houvesse também a revogação das regras de cálculo do piso federal do SUS nessas duas Emendas Constitucionais e a aprovação de uma nova que não contenha fatores como “receita” ou “produto interno bruto” na base de cálculo, porque são vinculados à dinâmica cíclica da economia. Na crise econômica, por exemplo, as necessidades de saúde da população aumentam, mas a receita cai e, com isso, reduz o financiamento do SUS se esse fator estiver presente na regra de cálculo do piso (conforme abordado no anteriormente citado estudo da ABrES).

Portanto, além da mudança da regra fiscal do teto de despesas primárias, se não houver uma nova regra de cálculo do piso federal da saúde, haverá menos recursos orçamentários para 2024 em comparação a 2023, com a retomada do valor do piso congelado no valor de 2017 estabelecido na Emenda Constitucional 95/2016. Além disso, o acréscimo obtido no orçamento de 2023 é insuficiente para se cumprir o dispositivo constitucional que a saúde é direito de todos e dever do estado – não é porque a regra da Emenda Constitucional 95/2016 é ruim, que transformará em aceitável a regra da Emenda Constitucional 86/2015.

O citado estudo da ABrES apresenta também uma regra de transição para calcular o piso federal da saúde, com três cenários de crescimento gradual das despesas ASPS: num deles, o gasto público federal representaria no mínimo 50% do gasto público total, para alcançar o equivalente ao valor de 3% do PIB (superando o nível histórico que predominou nas últimas décadas em torno de 1,6% e 1,7% do PIB).

Por fim, é importante que o novo governo federal incorpore na agenda de reformas a revisão constitucional para reduzir o peso do conjunto das emendas parlamentares (individuais, de relator e de bancada) sobre o total do orçamento, especialmente o da saúde, cuja participação aumentou da média de 3% do período 2014-2016 para cerca de 11% em 2022-2023 – é preciso também que a legítima participação dos parlamentares para emendar o orçamento respeite o processo de planejamento ascendente do SUS e as diretrizes aprovadas na Conferência Nacional de Saúde, em obediência aos princípios constitucionais da participação da comunidade no SUS e aos ditames da Lei 8080/90, da Lei 8142/90 e da Lei Complementar 141/2012.

²¹ Artigos 196 e 197 da Constituição Federal do Brasil.

Nota Técnica

7. REPLICAR A EXPERIÊNCIA DO APL DE DEFESA E SEGURANÇA DO GRANDE ABC (2013-2015) EM OUTRAS CIDADES E REGIÕES DO BRASIL²²

Jefferson José da Conceição²³

Resumo Executivo

Após uma breve contextualização, a nota técnica reproduz com alguns ajustes texto publicado pelo autor sobre a experiência dos esforços de atores e instituições do Grande ABC Paulista, especialmente entre 2010 e 2015, com vistas à diversificação industrial e adensamento das cadeias produtivas da região, a partir da atração de novos mercados e investimentos representados pela indústria de defesa. Para atingir este objetivo, atores e instituições do Grande ABC Paulista, entre outras ações, constituíram, em 2013 - na esteira das ações para que a Região participasse no offset do Projeto Gripen, com a instalação em São Bernardo do Campo de uma fábrica de aeroestruturas daquela aeronave – um Arranjo Produtivo Local (APL) do Grande ABC na área de Defesa e Segurança. Este APL promoveu relevantes iniciativas visando implementar a referida diversificação e alcance de novos investimentos. O objetivo da nota técnica é sugerir que a experiência regional do APL de Defesa e Segurança, vivida durante pouco mais de dois anos, deve ser resgatada e analisada com mais atenção pelo novo Governo. Isto, para que a experiência possa ser replicada, por meio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, juntamente com o Ministério da Defesa, as Forças Armadas, as lideranças empresariais e sociais de cada região em questão, em outras cidades, regiões e Estados do Brasil, contribuindo para a expansão da base industrial de defesa e, ao mesmo tempo, tornando este programa um dos pontos importantes de diálogo e interesse comum entre a nova gestão do Governo Federal e as Forças Armadas.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local. APL. Indústria de defesa. Grande ABC. Brasil.

Atualização e contextualização

A nova Gestão da Administração Federal, que assumiu em janeiro de 2023, enfrenta inúmeros e gigantescos desafios. A redescoberta do diálogo social em um país politicamente dividido; a volta do respeito às instituições; o retorno da credibilidade do Brasil nas relações internacionais; a retomada da atividade econômica, com a expansão da produção e a geração de empregos; a reconstrução de programas e ações sociais que enfrentem desafios estruturais na saúde, educação, meio ambiente, cultura, redução de desigualdades sociais e regionais, entre outros desafios essenciais para o desenvolvimento econômico e social do País.

²² Esta nota técnica reproduz com ajustes e atualiza texto publicado pelo autor em seu livro "Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira", Didakt, 2019 (págs. 375-382).

²³ **Jefferson José da Conceição.** Economista. Professor Dr. Coordenador do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo, Inovação e Conjuntura da USCS. Atual Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundação de Apoio à Universidade Municipal de São Caetano do Sul (FAUSCS). Autor do livro: "Entre a mão Invisível e o leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira". Didakt/USCS, 2019; coautor de: "A Cidade Desenvolvimentista: crescimento e diálogo social em São Bernardo do Campo 2009-2015", Fundação Perseu Abramo, 2015; e coorganizador de "A era digital e o trabalho bancário", Coopacesso, 2020. Blog: <http://blogjeffdac.blogspot.com/>

Para cumprir seus compromissos de campanha, diante da herança de retrocessos sociais deixados pela Gestão anterior, parece ser fundamental a construção de pontes de diálogo com segmentos que, na campanha eleitoral, estiveram mais próximos do candidato derrotado, o ex-Presidente Bolsonaro. Entre estes segmentos estão o agronegócios, as comunidades evangélicas, os pequenos empreendedores, o empresariado industrial, o mercado financeiro e parte expressiva dos militares²⁴.

As razões da relativa animosidade com os Governos democrático-populares que aflorou publicamente em parte expressiva dos militares, nos diferentes níveis de comando, conforme apontam várias entrevistas e depoimentos de lideranças militares, especialmente a partir do processo de impeachment de Dilma Rouseff, merece pesquisas abrangentes, por parte de cientistas políticos, sociólogos, historiadores, entre outros especialistas, sobre as causas do fenômeno. Os acampamentos de seguidores de Bolsonaro em frente aos quartéis, por longo período, desde a derrota eleitoral; a ausência de alguns comandantes em passagens de comando ocorridas neste novo governo; e a demissão do comandante do Exército, vinte e um dias após a posse do novo Presidente, são evidências claras desta problemática relação entre o novo Governo e os militares neste início de gestão.

Neste quadro, é muito importante que o Governo estabeleça pontos de diálogo e busque encontrar pontos de convergência com as Forças Armadas e os militares em geral. Não é objetivo deste texto, evidentemente, tratar desta complexa realidade em sua totalidade. Sabe-se que a visão nacionalista, desenvolvimentista e a favor do planejamento por parte dos militares permite por si só uma perspectiva de aproximação com o novo Governo. Entretanto, nos limites desta nota técnica, a intenção aqui é tão-somente sugerir que replicar em outras cidades, regiões e Estados do País, a experiência verificada na Região do Grande ABC, entre 2013 e 2015, do Arranjo Produtivo Local (APL) de Defesa e Segurança, como parte da estratégia de adensamento da base industrial de defesa do Brasil, pode ser um ponto importante de diálogo e interesse comum entre a nova gestão do Governo Federal e o segmento militar²⁵.

Grande ABC e participação na cadeia produtiva da indústria de defesa

No início deste século, o Brasil se destacou como potência emergente e alcançou posições mais influentes nos organismos internacionais. As riquezas naturais brasileiras, como as reservas florestais, o petróleo e os mananciais hídricos, são cada vez mais essenciais para o mundo no terceiro milênio. Por estas razões, entre outras, é grande a necessidade de reaparelhamento e fortalecimento das Forças Armadas do Brasil e a criação de uma base industrial de defesa no país. A tradição pacífica das relações internacionais do Brasil implica em que este fortalecimento seja voltado prioritariamente para a defesa.

Nas últimas duas décadas do século XX e primeiros anos do século XXI, a indústria de defesa permaneceu estagnada no Brasil (anos de 1980, 1990 e início dos 2000)²⁶. É nesse quadro que a

²⁴ A aproximação dos militares com a gestão Bolsonaro explica-se por várias razões, que não são objeto desta nota técnica. Mas é claro que esta aproximação começa pela própria formação militar de Bolsonaro. Formado na Academia Militar da Agulhas Negras em 1977, Bolsonaro iniciou sua carreira militar em Resende. Logo em seguida veio a fazer parte da equipe de paraquedistas do Exército Brasileiro. Após ter sido preso por ter escrito artigo no qual critica os baixos salários dos militares, Bolsonaro foi absolvido pelo Superior Tribunal Militar e reformado no posto de capitão.

²⁵ Registre-se também que a Cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, buscou estruturar igualmente um Arranjo Produtivo Local de Defesa (o APL Polo de Defesa e Segurança de Santa Maria), conforme descrito em trabalho de Dill (2017).

²⁶ Alguns dos trabalhos que fazem parte da literatura sobre a indústria de defesa no Brasil são: Dagnino (2007 e 2009); Oliveira (2009); Almeida (2010); Winand e Saint-Pierre (2010); Ferreira (2011); Amarante (2012); Leske (2013); Brustolin; Oliveira e Senna (2016); Magnani (2020). Para um levantamento dos objetivos e da estratégia

região do Grande ABC – formada por Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra – buscou ampliar, sobretudo entre 2010 e 2015, sua participação na base industrial de defesa, especialmente por meio da reconversão de seu imenso parque industrial instalado (o maior da América Latina). A reconversão foi tomada então como sinônimo de diversificação e ampliação de linhas de produção complementares às já existentes. Esse adensamento local da base industrial de defesa não representava necessariamente uma competição com alguma outra região do país. As circunstâncias de então permitiam a construção de um cenário em que atores e entidades da Região do Grande ABC buscassem, nesta área, mais a cooperação do que a competição com outras regiões inseridas na cadeia industrial de defesa – cooperação que se buscou iniciar, por exemplo, com São José dos Campos e entorno.

O Grande ABC é conhecido por sua tradição na produção automotiva, metalmeccânica, química e petroquímica. A região é sede de grandes montadoras de veículos no país, como Volkswagen, Ford, General Motors, Mercedes-Benz e Scania. Ela concentra mais de 50% da produção de caminhões e 25% da produção total de veículos automotores do Brasil. Destaca-se também a presença de centenas de empresas de autopeças, dos mais variados portes. A indústria local abrange ainda setores como têxtil, alimentício, moveleiro, gráfico, construção civil, entre outros. Em 2013, havia 309 mil pessoas ocupadas na indústria de transformação, das quais 161 mil na indústria metalmeccânica (Seade- Dieese, abril 2013). A região está entre as maiores exportadoras do país.

Além dos laboratórios e centros de engenharia instalados nas empresas privadas, encontram-se na região instituições de excelência no ensino superior e técnico: Universidade Federal do ABC (UFABC), com destaque para o curso de Engenharia Aeroespacial; Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana (FEI – anteriormente, Faculdade de Engenharia Industrial); Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); Instituto Mauá de Tecnologia (IMT); Universidade Metodista de São Paulo (Umesp); Universidade de São Caetano do Sul (USCS); Centro Universitário Fundação Santo André (FSA); Faculdades de Tecnologia (Fatecs); Faculdade de Tecnologia Termomeccânica, da Fundação Salvador Arena; Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senais); Escolas Técnicas Estaduais (Etecs); entre outras. No plano institucional, a região inovou ao criar, na década de 1990, o Consórcio Inter municipal Grande ABC (criado em 1990) – o primeiro consórcio público do país – e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC (1997).

É respaldado nesta estrutura econômica e de conhecimento que, entre 2010 e 2015, foram empreendidos esforços por atores e instituições da Grande ABC para a maior participação na base industrial de defesa.

O Gripen e a Região do ABC

A indicação do projeto Gripen, da empresa sueca Saab, como vencedor da concorrência para o fornecimento de aeronaves supersônicas ao Brasil, foi motivo de atenção por todo o país, mas em especial pela região do ABC.

A gestão municipal da Prefeitura de São Bernardo do Campo entre 2009 e 2016 acompanhou e, em alguma medida, conseguiu interagir com a evolução destas discussões.

Em março de 2010, o prefeito da cidade chefiou delegação em visita à Suécia. O objetivo era

da indústria de defesa no Brasil a partir da visão do Estado Brasileiro, ver: “Livro Branco da Defesa Nacional do Brasil”, lançado em 2012 e disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2012/mes07/lbndn.pdf>

iniciar conversações para inserir a região no offset das negociações do Gripen, com a fabricação e o desenvolvimento de partes da estrutura do Gripen. A gestão municipal ambicionava apresentar a região como maior polo industrial da América Latina.

A imprensa divulgou que, de acordo com estudos da FAB, os custos por ano de vida útil do Gripen eram inferiores aos dos concorrentes. Este item era importante, mas a escolha levaria em conta vários fatores, inclusive geopolíticos.

Pela proposta, metade da aeronave seria produzida no Brasil e metade na Suécia. O Brasil produziria até 80% da estrutura mecânica e 40% da engenharia de projetos.

O desenvolvimento de equipamentos da área de defesa gera conhecimentos de utilidade muito além da área militar. Instrumentos da aviação civil, de infraestrutura e até utensílios domésticos derivam de tecnologias militares.

A delegação também visitou o Parque Tecnológico da Universidade de Linköping, cidade sede da empresa Saab. Ali, baseado no chamado modelo de hélice tríplice (Triple Helix), pesquisa básica e aplicada transforma-se em inovação e empreendedorismo de pequenas empresas, que, por sua vez, se inserem nos projetos do governo e da própria Saab. A cidade de São Bernardo do Campo, por meio da gestão municipal, buscava constituir, entre 2010 e 2015, seu Parque Tecnológico, que tinha a defesa como um de seus eixos estratégicos.

O projeto Gripen, ainda em sua fase de discussão, estabelecia que seriam necessários 2.090 empregos por ano na fase do desenvolvimento, 2.770 na fabricação e 1.000 na montagem. Números que podem ser multiplicados, quando se considera também o impacto indireto. A maioria dos empregos terá elevada capacitação.

Registrem-se ainda outras ações importantes realizadas sob o comando da gestão municipal, como os *workshops* organizados pela Prefeitura, juntamente com a Saab, em 2010 e 2011, bem como a inauguração, em São Bernardo do Campo, do Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro (CISB) em maio de 2011.

Como já exposto, importante também, neste processo, foi a constituição, em 2013, do APL (Arranjo Produtivo Local) de Defesa do ABC, coordenado pela Prefeitura. Contava com a participação de cerca de 50 empresas da região. Seu objetivo era aumentar a participação do Grande ABC na base industrial de defesa, por meio da diversificação de linhas de produção existentes, muitas vezes exclusivamente focadas para o segmento automotivo.

Foram importantes também as ações da Agência de Desenvolvimento Econômico Grande ABC para potencializar no Grande ABC as oportunidades geradas pelas ações da Prefeitura de São Bernardo do Campo na área de defesa e segurança. A Agência promoveu, por exemplo, a contratação de consultoria para a realização de diagnóstico das possibilidades de integração da Região com o Projeto Gripen. Um dos estudos apresentados pela Agência em meados da década passada, intitulado “Plano de Desenvolvimento do Ecossistema de Inovação Grande ABC”, tinha como objetivos: “1. Desenvolver um ecossistema de inovação a partir da instalação do complexo Gripen; 2. Potencializar o desenvolvimento sócio-econômico ambiental do Grande ABC; 3. Catalisar a inovação nas diversas cadeias de valor correlacionadas à cadeia de valor do Gripen no Brasil”.

O APL de Defesa do Grande ABC

Criado em março de 2013, o APL de Defesa possuiu um site² e lançou quatro números de sua revista. Sua finalidade era adensar a cadeia produtiva de defesa e segurança no Grande ABC, abrindo oportunidades de reconversão parcial e diversificação de mercados para o parque

produtivo instalado, bem como atrair novos empreendimentos para a região. As reuniões periódicas do APL costumavam contar com cerca de sessenta empresas, além dos sindicatos, universidades e entidades de apoio como Sebrae e Senai. Era frequente a presença de convidados das Forças Armadas para explicar pontos de interesse dos empresários nos planos, investimentos, regulamentações e ações do Ministério da Defesa.

A criação do APL de Defesa se deu após uma sequência de eventos na área realizados pela Prefeitura, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo, a partir das viagens do prefeito à Suécia e à França em 2010. No final daquele ano e no primeiro semestre de 2011, realizaram-se *workshops* com a Saab e o Consórcio Rafale. A Prefeitura deu apoio à criação do Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro (CISB), em maio de 2011. Em seguida, foram realizados: o seminário “Oportunidades da indústria de defesa e segurança para o Brasil e a região do ABC” com os presidentes do BNDES e da Finep, entidades empresariais da área, o Ministério da Defesa e autoridades militares, empresários, sindicalistas, gestores e pesquisadores universitários, em dezembro de 2011; a passagem de questionário da Boeing Company entre cerca de cem empresas do setor no ABC, culminando com a integração de duas delas à rede mundial de suprimentos daquela empresa; a realização de palestra do General Mattioli, então diretor de produtos de defesa do Ministério da Defesa, sobre catalogação no início de 2012; a inclusão, também em 2012, do setor de defesa no estatuto da Associação Parque Tecnológico de São Bernardo do Campo, como um dos seus principais eixos de trabalho; a realização de conferências das três Forças Armadas na cidade, para apresentar suas demandas de produtos e serviços ao empresariado do Grande ABC.

O APL teve em suas reuniões palestras sobre catalogação; sobre o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid), instituído por inter-médio do artigo 7º da Lei 12.598/2012; e outros temas de interesse para as empresas do setor. A tarefa de informar aos empresários o que o Ministério da Defesa vem normatizando é permanente.

A “Carta do APL de defesa do Grande ABC em prol do incremento de sua participação na base industrial de defesa do Brasil” foi discutida no APL e apresentada às Forças Armadas. Um dos momentos dessa apresentação foi a visita do prefeito, acompanhado pelo titular da Secretaria, ao Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, então Comandante da Marinha, no Rio de Janeiro, em 28 de junho de 2013. Além de apresentar a carta citada, foram tratados diversos assuntos, com destaque para a proposta de identificar as peças e componentes de uma embarcação, para levantamento das empresas da região capacitadas a produzi-las em condições competitivas. Em seguida, a Marinha se prontificou a apoiar a catalogação e homologação dessas empresas, para que pudessem participar dos processos licitatórios que poderiam ser realizados.

A seguir, sintetizam-se as principais atividades deste APL.

conferência da Marinha: antecedendo a criação do APL, a conferência “Marinha do Brasil apresenta suas demandas de produtos e serviços aos empresários do Grande ABC”, em dezembro de 2012, teve a presença do almirantado e outros oficiais da Força Naval. Além da apresentação propriamente dita, houve rodadas de relacionamento entre militares e empresários. O comparecimento foi elevado: cerca de 450 representantes de empresas da região estiveram presentes. O formato desta conferência serviu de modelo às das outras Forças, já sob os auspícios do APL;

conferência do Exército: o evento “O Grande ABC recebe o Exército e suas demandas de produtos”, em 24 de julho de 2013, com a presença do comando logístico do Exército e mais de 430 empresários, na Universidade Metodista, organizado pela Prefeitura por meio da Secretaria, integrou-se ao calendário do APL de Defesa. A carta do APL (já citada) também foi apresentada nessa oportunidade. Um importante encaminhamento decorrente do evento foi o envio, pelo Comandante do Exército, de uma lista de três produtos de cada departamento daquela Força à

Secretaria, para que o APL identificasse os interessados e estes recebessem apoio das autoridades militares para sua catalogação;

conferência da Aeronáutica: “O comando da Aeronáutica apresenta seus projetos e demandas de produtos às empresas do Grande ABC”, em 30 de julho de 2014, no salão nobre da Universidade Metodista em São Bernardo do Campo, reuniu mais de 600 empresários. Destaque para a presença do então Comandante da Força Aérea, Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito. Assim como nos eventos com as demais Forças, houve ao final uma rodada de relacionamento entre representantes de empresas e oficiais militares.

Participação em curso da Escola Superior de Guerra (ESG): A ESG oferece, na sede da Fiesp, curso de Gestão de Recursos de Defesa, com o objetivo de capacitar os diversos segmentos da sociedade para o adensamento da base industrial de defesa. O APL de Defesa do Grande ABC tem participado do curso. Em 2013 e 2014, essa participação envolveu representantes dos componentes do APL: empresários, sindicalistas, membros de instituições acadêmicas e gestores públicos. Em 2013, o Secretário de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo do Campo ministrou, no âmbito desse curso, palestra intitulada “O APL de Defesa do Grande ABC: antecedentes históricos, desenvolvimento e perspectivas”. Em 2015, o Secretário voltou a ser convidado e ministrou palestra sobre o tema na ESG.

Posto de atendimento à pré-catalogação em produtos da defesa: sob a orientação do prefeito, insistiu-se que um dos eixos estratégicos do desenvolvimento econômico do ABC reside na atração de investimentos associados à indústria de defesa. É grande a capacidade desta indústria de gerar empregos qualificados, impulsionar a tecnologia e favorecer a dualidade da estrutura industrial (fornecimento voltado para a indústria de defesa combinado com o fornecimento para outros segmentos, como o automotivo, entre outros). As empresas que participavam do APL de Defesa do Grande ABC buscavam, entre outros objetivos, participar dos processos de fornecimento de equipamentos e insumos às Forças Armadas. Entretanto, as empresas somente podem fornecer às Forças Armadas ou aos seus fornecedores, caso estejam catalogadas no sistema criado pelo Ministério de Defesa. O processo de catalogação é requisito essencial para integrar as empresas à rede de fornecedores de defesa no Brasil. Por esta razão, a Prefeitura de São Bernardo do Campo buscou apoiar os empresários em sua caminhada visando à catalogação. Na estrutura física da Sala do Empreendedor, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo do Município, em parceria com pessoas jurídicas especializadas em processo de catalogação, prestou serviços gratuitos de orientação às empresas da região que tinham interesse em fornecer seus produtos à base industrial de defesa e seus fornecedores.

O posto não realizava serviço de catalogação, que é função das Forças Armadas, mas viabilizava uma espécie de esboço preliminar das orientações visando a obtenção da catalogação. Os serviços prestados no Posto consistiam em:

- esclarecimentos quanto aos procedimentos, registros e documentações específicas que as empresas atendidas no posto de pré-catalogação necessitavam para iniciar os procedimentos de catalogação e homologação de empresas e produtos perante o Ministério da Defesa;
- realização de palestras direcionadas às micro e pequenas empresas, que esclareciam os conceitos, legislações, estruturas organizacionais e vantagens de habilitarem-se junto ao Ministério da Defesa e órgãos competentes;
- avaliação de viabilidade de catalogação e homologação das empresas atendidas no posto de apoio ao esboço da catalogação da Sala do Empreendedor, bem como de seus produtos, indicando e justificando eventuais inviabilidades ou impedimentos da empresa ou dos produtos;

- elaboração de orçamento e esboço de Ficha de Catalogação de Item, atendendo ao preconizado pelo Sistema Militar de Catalogação e pelo Sistema OTAN de Catalogação, visando atribuição de NATO Stock Number, bem como sua publicação nos catálogos.
- Elaboração de projeto de centro de simulação de São Bernardo do Campo: a Prefeitura de São Bernardo do Campo buscou realizar audiências com as Forças Armadas sobre a intenção de a Prefeitura implantar um centro de simulação na cidade. Parcerias foram sendo constituídas para dar consistência ao projeto. A Prefeitura de São Bernardo do Campo, a UFABC, os sindicatos dos metalúrgicos e empresários elaboraram um projeto para implementar na cidade centros de simulações focados em voos e testes de fadigas.

Entre outras ações do APL de defesa, destacam-se ainda:

- a declaração conjunta entre os representantes sindicais dos trabalhadores do Brasil e Suécia sobre cooperação com relação à decisão do governo Brasileiro pelos caças supersônicos Gripen;
- as articulações com a FEI para a criação de um curso de MBA em gestão da produção e comercialização de produtos de defesa;
- a missão à Suécia, composta por representantes dos diversos segmentos integrantes do APL: empresários, sindicalistas, acadêmicos e o poder público local (representado pelo titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo, que foi o coordenador da missão). A missão visitou empresas suecas, incluindo a Saab, Parques Tecnológicos como o de Linköping, cidade-sede da Saab que é cidade-irmã de São Bernardo do Campo; e manteve conversações e articulações para futuros negócios e atividades em comum, como *workshops*;
- a articulação com São José dos Campos, por meio do Centro para Inovação e Competitividade do Cone Leste Paulista (Cecompi), para ações conjuntas, destacando-se um protocolo de intenções de ambas as cidades com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para ações de reforço à indústria de defesa e automotiva nos dois municípios;
- a participação na Feira Internacional de Defesa (LAAD Defense) onde ocorreu a rodada de relacionamentos entre empresas do APL e empresas suecas e a assinatura do Memorando de Entendimento (MOU) entre ABI-MDE e SOFF (Associação das Indústrias de Defesa, respectivamente, do Brasil e da Suécia), com o objetivo de que os projetos e articulações aconteçam em São Bernardo do Campo.

Conclusão

A necessidade de se reduzir gradativamente a animosidade observada na relação entre o novo governo e parcela expressiva dos militares e a urgência da modernização e reaparelhamento das forças armadas brasileiras contribuem para que aqui se apresente ao novo governo a proposta da constituição de Arranjos Produtivos de Defesa e Segurança em cidades espalhadas estrategicamente no País, alinhados com a estratégia de adensamento da base industrial de defesa.

Neste sentido, a curta (2013-2015), porém dinâmica experiência do APL de Defesa e Segurança do Grande ABC, pode de fato se constituir em um Programa de Governo, que é o de replicar (com ajustes a cada caso, é claro) a experiência do APL do Grande ABC em outras

regiões do país. Este programa deve ser conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços juntamente com o Ministério da Defesa, as Forças Armadas, as lideranças empresariais e sociais de cada região em questão. Além de colaborar para o alcance dos objetivos em si do adensamento da base industrial de defesa do País, este Programa contribuiria também para uma aproximação, diálogo e execução de um interesse comum entre o nova gestão do Governo Federal e os militares.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carlos Wellington de. Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas. **Opinião Pública**, v. 16, p. 220-250, 2010.

AMARANTE, José Carlos Albano do. A base industrial de defesa brasileira. 2012.

BRASIL. Livro Branco da Defesa Nacional do Brasil. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>

BRUSTOLIN, Vitelio Marcos; DE OLIVEIRA, Cleber Almeida; SENNA, Claudio José D.'Alberto. Análise das práticas de OFFSET nos contratos de defesa no Brasil. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 22, n. 1, p. 169, 2016.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. A retomada infeliza da desindustrialização do ABC e a rota para a sua reindustrialização. 23ª Carta de Conjuntura da USCS, outubro de 2022. Disponível em: <https://www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjuscs>. Acesso em 14 nov.2022

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira. São Caetano do Sul: USCS/Didakt, 2019.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. Indústria de defesa, pilar da estratégia de desenvolvimento econômico de São Bernardo do Campo. In: Prefeitura de São Bernardo do Campo. São Bernardo do Campo: nova fronteira da indústria de defesa. São Paulo: MP Editora, 2011.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da; KLINK, Jeroen Johannes; OLIVEIRA, Nilza Aparecida de; ANAV, Rovertto Vital. A cidade desenvolvimentista: crescimento e diálogo social em São Bernardo do Campo, 2009-2015. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

DAGNINO, Renato Peixoto; CAMPOS FILHO, Luiz Alberto Nascimento. Análise sobre a viabilidade de revitalização da Indústria de Defesa brasileira. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 4, n. 3, p. 191-207, 2007.

DAGNINO, Renato. Em que a Economia de Defesa pode ajudar nas decisões sobre a revitalização da Indústria de Defesa brasileira?. **ÍNDICE| INDEX**, v. 7, n. 8, p. 187-210, 2009.

DILL, Rafael Augusto et al. O capital social do arranjo produtivo local polo de defesa e segurança da cidade de Santa Maria-RS. 2017.

FERREIRA, Marcos José Barbieri et al. Diagnóstico: base industrial de defesa brasileira. 2011.

LESKE, Ariela Diniz Cordeiro. Inovação e políticas na indústria de defesa brasileira. **Universidade Federal do Rio de Janeiro**, 2013.

MAGNANI, Randal. A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA E O MODELO TRÍPLICE HÉLICE: contribuições para a modernização da Indústria de Defesa no Brasil. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS**, v. 11, n. 22, 2020.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A estratégia nacional de defesa e a reorganização e transformação das Forças Armadas. **Interesse Nacional, Abril/Junho**, p. 71-83, 2009.

Prefeitura de São Bernardo do Campo. São Bernardo do Campo: nova fronteira da indústria de defesa. São Paulo: MP Editora, 2011.

WINAND, Érica; SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. **História (São Paulo)**, v. 29, p. 3-29, 2010.

III – EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

Nota Técnica

8. A NOVA ONDA DE MECANISMOS PÚBLICOS DE FOMENTO À INOVAÇÃO QUE O BRASIL PRECISA

Bruno Rondani¹

Resumo Executivo

A nota técnica apresenta o potencial que existe na inovação por meio da colaboração entre corporações e startups e por que os editais de fomento à inovação, que devem ganhar força nos próximos anos, devem estar atentos a esse potencial.

Palavras-chave: fomento, inovação, startups, open innovation

A inovação é um processo cada vez mais relevante para o desenvolvimento econômico e social de um país. Para impulsionar a inovação e tornar o país mais competitivo no cenário internacional, é necessário contar com mecanismos de fomento que estimulem o desenvolvimento de soluções disruptivas e colaborativas, capazes de gerar valor para a sociedade e para as empresas. Nesse sentido, é fundamental que esses mecanismos estejam sempre atentos à iniciativa privada, já que o *locus* principal da inovação é o mercado.

No Brasil, os mecanismos públicos de fomento à inovação em empresas têm tradicionalmente priorizado estimular dispêndios em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Alguns dos principais mecanismos de fomento à inovação são a Lei do Bem, editais de subvenção econômica, programas de crédito subsidiado, contratação de mestres e doutores e parceria empresa-universidade. Além disso, alguns setores, como o de energia elétrica, petróleo e gás informática, possuem mecanismos próprios de investimento em P&D de forma compulsória.

Uma outra vertente de mecanismos públicos de fomento à inovação no país tem colocado foco na criação e financiamento de empresas de base tecnológica ou as chamadas startups. Esse financiamento se dá especialmente por meio de mecanismos de estímulo à atividade de venture capital, crédito subsidiado para empresas nascentes e, inclusive, programas de estímulo à atividade de P&D em pequenas empresas.

Adaptando-se à nova realidade da inovação no país

Os mecanismos de fomento à inovação foram e continuam sendo essenciais para o desenvolvimento do país. No entanto, o cenário da inovação mudou muito nos últimos anos: o mercado tem mostrado que a inovação é cada vez mais colaborativa e resultado de ecossistemas de inovação. Esse é um caminho sem volta, e os mecanismos de fomento precisam se atualizar diante das novas demandas decorrentes dessa realidade.

¹ **Bruno Rondani.** Fundador e CEO da 100 Open Startups. Engenheiro e mestre pela Unicamp, e doutor pela FGV. Investiu em mais de 25 startups, obteve cinco saídas por aquisição corporativa e um IPO. É Eisenhower Fellow, presidente do Inova Venture Partners, chairman da Open Innovation Week. Coopera academicamente com FIA, FGV, Unicamp, USP e diversas outras universidades no país e no exterior em temas relacionados a inovação e empreendedorismo. Foi membro de conselho, executivo e consultor em diversas organizações líderes em inovação no país e multinacionais.

Como evidenciado pelo Ranking 100 Open Startups - publicação anual que mede e premia a prática de inovação aberta no país e na América Latina a partir de dados fornecidos pelo próprio mercado - a parceria entre empresas e startups tem se mostrado uma tendência crescente no Brasil, com quase 70 mil contratos de *open innovation* estabelecidos entre corporações e startups desde 2016, sendo que mais de 42,5 mil desses contratos estavam em vigor na medição mais recente do Ranking, referente ao período de julho de 2021 e junho de 2022.

O potencial de crescimento da inovação aberta no ecossistema de inovação brasileiro é imenso. O Ranking 100 Open Startups mapeia cerca de 25 mil startups abertas ao relacionamento com o mercado corporativo e 7 mil médias e grandes empresas que buscam ou buscaram startups como parceiras para a inovação. Como destacado no Panorama de Open Innovation com Startups no Brasil 2016-2022, publicado em 2022 pela 100 Open Startups, a inovação é um fenômeno cada vez mais coletivo, que envolve uma rede de atores interconectados.

Entretanto, o que mais impressiona não é o volume de negócios gerados no ano, mas o resultado do crescimento das startups premiadas pelo método do Ranking. Entre 2016 e 2021, foram premiadas 728 startups. Destas, 82 atingiram o status de scaleup, 4 captaram mais de R\$ 500 milhões em investimento e uma se tornou unicórnio. Ao todo, as startups premiadas nesse período captaram mais de R\$ 9 bilhões em investimentos.

Se avaliarmos apenas o batch mais antigo, que teve maior tempo de maturação, o resultado é ainda mais impressionante. O grupo das TOP 100 Open Startups premiadas na edição de 2016 atingiu uma valorização de mercado de R\$ 10 bilhões, tendo formado até o momento 13 scaleups e 1 unicórnio, em apenas 6 anos. E, nesta primeira edição, a quantidade de startups participantes era de 1.000, muito diferente da atual marca de 25 mil. Quando comparada à edição atual do Ranking, dividida em 25 categorias setoriais, temos que cada um dos setores premiados movimentou, individualmente, volumes maiores do que a soma da primeira edição do Ranking de 2016, ou seja, podemos esperar, em cada uma das 25 categorias do Ranking atual, um desempenho similar ao batch de 2016.

Atingimos, em nosso ecossistema brasileiro, a massa crítica e o efeito de rede, elementos que sustentam as métricas de inovação em ecossistemas maduros. Nos referimos à métrica da proporção 100-10-1, muito conhecida do *venture capital*, onde, a cada 100 startups que recebem apoio e investimento, 10 se tornam empresas relevantes e 1 se torna líder de categoria de mercado. Tomando como base o desempenho da rede até aqui, com o volume de negócios gerados em 2022, podemos projetar que o batch atual irá produzir algo em torno de 300 scaleups e 30 startups capazes de atingir status de unicórnio em menos de uma década.

Esses resultados demonstram que a prática de *open innovation* é muito benéfica para o desenvolvimento das startups. Se hoje essa afirmação é sustentada pelos dados, em 2015, no início do movimento 100 Open Startups, havia muito ceticismo sobre a aproximação de startups em etapas iniciais com corporações maduras. Na época, o principal argumento contra a prática era de que as corporações, por não possuírem uma cultura aberta à inovação, poderiam mais prejudicar do que acelerar o desenvolvimento das startups. O que aconteceu, no entanto, é que o volume de empresas se abrindo ao mesmo tempo criou uma comunidade de prática que possibilitou o aprendizado em rede, e então formou-se uma corrida entre as corporações pelo aprimoramento de seus programas e processos de *open innovation*.

Mas quais têm sido os resultados para as corporações?

Claramente, o principal ganho apontado pelas corporações no relacionamento com startups é o efeito que essa relação trouxe para a cultura e gestão das empresas. Ao se relacionarem com startups, as corporações foram impactadas e, em grande parte, absorveram métodos de gestão mais propícios à inovação. Inovação passou a ser uma competência muito mais presente na cultura corporativa, e as startups desempenharam um papel extremamente relevante em catalisar os processos de transformação digital pelos quais passaram e passam corporações em praticamente todos os setores.

Hoje, podemos afirmar que se uma corporação fizer uma boa gestão de *open innovation* e formar um ecossistema de startups ao seu redor, ela terá excelentes resultados, pois o ecossistema já produz esses resultados. A boa gestão de ecossistemas implica em compreender que o ecossistema de startups não deve ser encarado como uma "mina de ouro" a ser extraída, e sim como um terreno fértil que deve ser cultivado. No novo jogo da inovação, captura valor do ecossistema aquele que é capaz de contribuir e compartilhar valor com o próprio ecossistema.

Dentro desse novo cenário, de um ecossistema de inovação extremamente vibrante e dinâmico, com milhares de corporações e startups conectadas entre si, os modelos lineares de *open innovation*, baseados na ideia de identificar desafios e ir buscar startups para resolvê-los, não fazem mais o mesmo sentido que faziam há pouco tempo. Para avançar e produzir resultados, as corporações precisam adotar novos modelos que incorporem a visão de gestão de ecossistemas.

Diante desse contexto, é fundamental que os mecanismos de fomento à inovação no Brasil olhem cada vez mais para a inovação que se dá por meio da colaboração não só entre academia e empresas maduras, mas também entre corporações e startups. Os resultados dos últimos anos da colaboração entre startups e corporações demonstraram que esse modelo contribuiu efetivamente para o desenvolvimento de soluções inovadoras e disruptivas em diversos setores do mercado e da sociedade, além de fomentar a competitividade das empresas no mercado global.

Para que essas parcerias sejam cada vez mais efetivas, é necessário investir em novos mecanismos de fomento ao próprio ecossistema de inovação e à prática de *open innovation*, promovendo a colaboração e o compartilhamento de recursos entre empresas, startups, universidades, institutos de pesquisa, investidores privados e outros atores relevantes. Por isso, é fundamental que os mecanismos de fomento à inovação também promovam a criação e o fortalecimento desse ecossistema, por meio de políticas públicas e infraestrutura adequada.

Pelo fato de a atividade de *open innovation* com startups se tratar de uma prática relativamente mais recente, é também necessário investir em metodologias de gestão de ecossistemas que contribuam para o fortalecimento de comunidades de inovação e a criação de uma rede de inovação cada vez mais ampla e colaborativa. Isso inclui, por exemplo, o fomento a programas de capacitação e treinamento em metodologias de gestão de ecossistemas de inovação, além de investimentos em infraestrutura e políticas públicas que incentivem a colaboração e o compartilhamento de recursos. Os mecanismos de fomento à inovação devem estar atentos a essa necessidade.

Cenário promissor para a inovação

O cenário para o investimento em inovação não poderia ser melhor. Historicamente, os anos em que ocorre a troca de governo nos níveis federal e estadual, como é o caso de 2023, são sempre momentos adequados e propícios para a revisão de políticas públicas de incentivo à ciência, tecnologia e inovação.

Outro indicador positivo foi destacado na reportagem “Bases para reconstruir a capacidade científica do Brasil”, publicada pela revista FAPESP na Edição 324, de fevereiro de 2023. O texto destaca a expectativa que há em torno da recuperação dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação nos próximos anos, considerando, por exemplo, que o montante de recursos não reembolsáveis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), destinados a projetos científicos e inovação, teve seu pior patamar histórico entre 2019 e 2021.

Nessa mesma toada, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já indicou que deve dobrar o crédito destinado a escolas, universidades e startups. A ideia da entidade é apoiar a inovação no país e contribuir para o desenvolvimento econômico e social. O recém-empossado presidente do BNDES afirmou que a nova meta do banco é conceder apoio à modernização tecnológica e aos novos negócios, e a entidade pretende investir cerca de R\$ 9 bilhões em projetos de inovação e empreendedorismo nos próximos anos.

Em resumo, o momento de olhar para as novas necessidades e modelos de inovação é agora, e os mecanismos de fomento à inovação no Brasil devem levar em consideração a tendência crescente de parcerias entre corporações e startups, incentivando a colaboração e o desenvolvimento de soluções inovadoras e disruptivas. Além disso, é necessário investir em mecanismos de fomento ao próprio ecossistema e à prática de *open innovation*, para que o potencial desse ecossistema se concretize, gerando ganhos inestimáveis à sociedade, por meio do surgimento e crescimento de novas empresas, geração de empregos, além do desenvolvimento de inovações disruptivas, que podem impactar positivamente a sociedade e o mercado no médio e longo prazo.

Nota Técnica

9. OS CRIMES CIBERNÉTICOS E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM AMBIENTE DE CONECTIVIDADE GLOBAL

Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo ²⁷

Resumo Executivo

Esta nota técnica parte de análise da conectividade humana com a análise da Convenção sobre crimes cibernéticos do Conselho da Europa (Convenção de Budapeste) bem como a necessidade de cooperação global em matéria de repressão de análise dos crimes cibernéticos ou cibercrimes.

Palavras-chave: *Convenção internacional; Cibercrime; Crime cibernético; Cooperação; Conectividade.*

Com o crescimento da conectividade global, a vida social e política mudou imensamente. O papel amplamente citado que a internet desempenhou durante a primavera árabe na promoção da liberdade de discurso afirma que as redes de computadores estão na linha de frente da defesa da liberdade, fundamental direitos e Estado de direito. No entanto, a liberdade on-line, assim como off-line, também exige segurança. De fato, a internet pode igualmente ser usada como um instrumento eficiente para vigiar e atacar adversários ou cometer danos e crimes de qualquer forma possível. O grau em que o ciberespaço trouxe liberdade aos usuários, da mesma forma, deram origem a ameaças à segurança que podem ser usadas contra o mesmo cidadão. Neste sentido é a lição de (NUNZI, 2012, p. 4) “As ameaças à segurança em nossas sociedades estão crescendo em escala e sofisticação e o desafio que representam é cada vez mais transfronteiriço e intersetorial. O crime cibernético, que ocupa um lugar de destaque entre as preocupações dos cidadãos e dos governos (...)”.²⁸

Entre os pontos do direito à liberdade e a garantia de segurança, a segurança cibernética é desafiada a garantir, de algum modo, a democracia, o Estado de Direito e dos direitos fundamentais aos cidadãos e, ao mesmo tempo, controlar o abuso da liberdade que pode, em tese, prejudicar vidas alheias. Consequentemente, a segurança cibernética e o crime cibernético estão ganhando crescente atenção no discurso público. No entanto, noções divergentes dos conceitos são que está colocando desafios quando se trata de abordar a questão de forma sistêmica.

Para obter certeza sobre os conceitos trazidos na Convenção de Budapeste partimos da premissa que o crime cibernético é definido, como os ataques cibernéticos que são conduzidos com potenciais ameaças para os serviços essenciais da União Europeia. Portanto, além disso está a noção de segurança cibernética, ou seja, a infraestrutura para defender computadores, servidores, dispositivos móveis, sistemas eletrônicos, redes e dados de ataques maliciosos.

²⁷ **Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo.** Advogado, Pós-Doutor em Economia Política, Doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais, Mestre em Direito (área de concentração em Direito Internacional), Especialista em Direito Público. Professor do Programa Mestrado Profissional em Economia e Mercados (MPECON-Mackenzie) e da USCS.

²⁸ *Security threats to our societies are growing in scale and sophistication and the challenge they pose is increasingly cross-border and cross-sectoral. Cybercrime, which ranks high among the concerns of citizens and governments, perfectly matches this profile as it relies upon and targets internet infrastructures and their users. Citizens, businesses, governments and critical infrastructures need protection from criminals who exploit modern technologies.*

Assim, o conceito de segurança cibernética e Infraestrutura crítica possuem várias definições e são usadas dentro de discussão acadêmica sobre o tema. Enquanto alguns estudiosos se referem à defesa cibernética e resiliência como componentes de uma estratégia global de segurança cibernética, outros usam o termo o que já indica discordância na abordagem do tema. Em geral, segurança cibernética concentra-se na proteção de computadores, redes e dados de forma não intencional ou acesso não autorizado, mudança ou destruição. Desta forma, de modo técnico, cabe a definição de (ROSSINI, et al., 2015, p. 10)²⁹

Na verdade, um grande exemplo é o próprio termo segurança cibernética, que a União Europeia define como "salvaguardas e ações que podem ser usadas para proteger o domínio cibernético", tanto no campo civil como militar, das ameaças que estão associadas a ou que possam prejudicar suas redes interdependentes e infraestrutura de informação. A UIT define segurança cibernética como "a coleta de ferramentas, políticas, segurança conceitos, salvaguardas de segurança, diretrizes, abordagens de gerenciamento de risco, ações, treinamento, melhores práticas, garantia e tecnologias que podem ser usadas para proteger o ambiente cibernético e os ativos da organização e do usuário".

Portanto, o alcance, a severidade e a natureza transnacional da Comissão Europeia, induzem a aplicação da lei e organizações de segurança internacional, juntamente com governos e o setor privado para definir e abordar a questão da segurança de dados. Desta feita, busca-se garantir a segurança cibernética como uma prioridade máxima na política da União Europeia, de onde existe uma noção de trincheira como uma primeira linha de defesa contra o crime cibernético.

Além disso, a Comissão estabelece princípios que devem realmente orientar a política de alcançar segurança cibernética como a proteção dos direitos fundamentais, a liberdade de expressão, dados pessoais e privacidade, acesso para todos, governança democrática e eficiente de múltiplas partes interessadas e uma responsabilidade compartilhada para garantir, claramente, na direção da sustentação de um direito que deve protegido por meio de uma abordagem de segurança comum a todos.

A prevenção de crimes cibernéticos é parte integrante de uma segurança cibernética transnacional e de informações críticas estratégia de proteção. Isto inclui a adoção de uma legislação apropriada tanto no âmbito nacional como a nível internacional. Neste contexto, deve ser avaliado como determinante a relação entre crimes cibernéticos e relacionados, pois crimes cibernéticos têm um significado mais restrito em comparação com os crimes relacionados aos computadores de modo geral. Para elucidar esta questão interpretativa e conceitual, cabe o esolio de (FIGUEIREDO, 2014, p.90), com apoio no Direito Penal, de onde extrai:

Logo, o Direito Penal desempenha um importante papel não somente de repressão, mas também de prevenção geral negativa ao criminalizar determinadas condutas que ameacem ou quebrem os princípios básicos do ciberespaço que são a confidencialidade, integridade e disponibilidade. Neste aspecto, a Convenção do Cibercrime possibilitou uma repressão e prevenção uniforme aos perigos causados pelo uso indevido do sistema de informática entre os Estados europeus e também serve de inspiração aos demais países para legislarem acerca

²⁹ *In fact, a great example is the term cybersecurity itself, which the European Union defines as "safeguards and actions that can be used to protect the cyber domain, both in the civilian and military fields, from those threats that are associated with or that may harm its interdependent networks and information infrastructure"3 . The ITU defines cybersecurity as "the collection of tools, policies, security concepts, security safeguards, guidelines, risk management approaches, actions, training, best practices, assurance and technologies that can be used to protect the cyber environment and organisation and user's assets"*

do tema, contribuindo desta forma para delimitar os parâmetros de um conceito operativo de cibercriminalidade de âmbito global.

Com isso, as legislações definem o crime responsabilidades por qualquer ação possível. O potencial ilimitado das tecnologias de computação aponta ao fato de que a situação atual é um começo deste problema que hoje se torna perigoso e ameaçador. No mais, quando as tecnologias estão se desenvolvendo tão rapidamente e há tantos cientistas e progresso técnico, a criminalidade informática, está se transformando em um dos crimes mais perigosos entre todos. Os crimes informáticos causam ameaças particulares ao campo das finanças, escolas, serviços, governos etc. Grupos criminosos roubam milhões de Reais por meio do uso ilegal de novas metodologias ilegais, sem falar no crime cibernético em nível internacional, que tem claramente uma dificultosa prevenção dada a velocidade de cometimento e possibilidade de escapatória dos delinquentes.

Como já dito anteriormente, o crime cibernético consiste em atos criminosos cometidos on-line através do uso de redes de comunicação eletrônica e sistemas de informação. A União Europeia implementou leis e apoia a cooperação operacional através de ações não-legislativas e financiamento de estruturas de combate. A colaboração entre países é essencial para o bom funcionamento do sistema repressivo. Neste sentido comenta (DELGADO, 2007, p.57/58):

[...] atendendo à diversidade dos sistemas jurídicos dos Estados envolvidos nos procedimentos de cooperação, pode-se admitir sob a rubrica de cooperação judicial penal internacional aqueles atos de colaboração praticados não só entre juízes, mas também entre as autoridades do Ministério Público¹⁵⁸, razão pela qual – admite o autor – apesar de se utilizar do termo cooperação judicial penal internacional, considera que, sob este ponto de vista, seria tecnicamente mais adequado fazer uso da expressão, mais compreensiva, “cooperação jurisdicional penal internacional.

Portanto, o crime cibernético ou cibercrime é uma questão sem fronteiras que pode ser de várias maneiras classificado, que vão desde ataques contra sistemas de informação ou *phishing* (por exemplo, falsos sites bancários para solicitar senhas que permitam o acesso às contas bancárias das vítimas), fraude e falsificação on-line, com instrumentos para o roubo de identidade, *phishing*, spam e código malicioso para conteúdo ilegal, incluindo material sobre abuso sexual infantil, incitação ao ódio racial, incitação a atos terroristas e glorificação da violência, terrorismo, racismo e xenofobia.

É sabido que, muitos destes tipos de crimes, têm se movimentado on-line ou são facilitados on-line. Como consequência, a maioria das investigações criminais tem um componente digital muito importante e uma necessidade especialização dos investigadores.

A Convenção sobre crimes cibernéticos, discutida e aprovada no âmbito do Conselho da Europa foi aberta para assinatura em Budapeste, em novembro de 2001. Quinze anos depois, ela continua sendo o acordo internacional de suma relevância que versa sobre crimes cibernéticos e provas eletrônicas. A adesão continua crescendo, enquanto tanto a qualidade da implementação quanto o nível de cooperação entre as Partes continuam melhorando, e o próprio tratado está evoluindo para enfrentar novos desafios. Parte disso é a complementação por meio de um mecanismo de acompanhamento eficaz e por programas de capacitação, que são alimentados pelo comitê responsável, fato que, sobremaneira, vem contribuindo para a evolução da Convenção. Inclusive, no dia 15/12/21, o Senado brasileiro aprovou a adesão do Brasil à Convenção de Budapeste³⁰, o que se trata de um grande avanço em nosso sistema de proteção e combate aos crimes cibernéticos.

³⁰ BRASIL. Senado Federal. Aprovada adesão do Brasil à Convenção sobre crime cibernético. Acesso: 20 jan 2023.

Oficialmente conhecida como a Convenção do Conselho da Europa sobre Cibercriminalidade, a Convenção de Budapeste - aberta para assinaturas em 2001 e que entrou em vigor em 2004 - foi o primeiro tratado internacional a focar explicitamente o crime cibernético. Desde a redação deste artigo, 64 países ratificaram a Convenção de Budapeste - incluindo os Estados Unidos, que ratificaram o tratado em 2006. Vários outros países também estão em processo de aderir ao tratado. Hoje, no mundo, somos cerca de 5,3 bilhões de pessoas conectadas, segundo dados da ONU – Organização das Nações Unidas.³¹

Os objetivos do tratado são três: I- harmonizar as leis nacionais relacionadas aos crimes cibernéticos; II- apoiar a investigação desses crimes; e III- aumentar a cooperação internacional na luta contra os crimes cibernéticos. Entre outras coisas, o tratado obriga os países participantes a adotar legislação que proíba os crimes cibernéticos especificados. Ele também exige que os países participantes adotem certas regras de coleta de provas, tais como mecanismos para apoiar a preservação rápida de dados armazenados.

Portanto, a prevenção de incidentes globais envolvendo os crimes cibernéticos é matéria de grande utilidade para o desenvolvimento das relações não só pessoais, mas também comerciais, considerando a importância da matéria somada aos inúmeros modos de conexão entre as pessoas para obtenção de informações, lazer, trabalho, sem se falar na presença do Estado pelo meio digital na vida do cidadão moderno.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Senado Federal. Aprovada adesão do Brasil à Convenção sobre crime cibernético. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/15/aprovada-adesao-do-brasil-a-convencao-sobre-o-crime-cibernetico>> Acesso: 20 jan 2023.

DELGADO, Vladimir Chaves. **COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL NA CONVENÇÃO SOBRE O CIBERCRIME**. Dissertação (mestrado em Direito das Relações Internacionais). Centro Universitário de Brasília, 315p., 2007.

FIGUEIREDO, Herivelton Rezende de. **CIBERCRIME**. Revista Jurídica UNIGRAN. Dourados, MS | v. 16 | n. 32 | Jul./Dez, 2014.

NUNZI, Alfredo. *Cybercrime: A new challenge for the European Union*. *Revue Internationale de Droit Penal*, vol. 83., 2012. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-internationale-de-droit-penal-2012-1-page-289.htm>> Acesso: 12 jan 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. Crescimento da internet desacelera e 2,7 bilhões ficam fora da rede.

<https://news.un.org/pt/story/2022/09/1801381#:~:text=Ao%20todo%2C%20existem%205%2C3,da%20pandemia%20de%20Covid%2D19>. Acesso: 20 jan 2023.

ROSSINI, Carolina; GREEN, Natalie. **CYBERSECURITY AND HUMAN RIGHTS**. GCCS - WEBINAR SERIES TRAINING SUMMARIES, 2015. Disponível em: <<https://www.gp-digital.org/wp-content/uploads/2015/06/GCCS2015-Webinar-Series-Introductory-Text.pdf>> Acesso: 10 jan 2023.

³¹ ONU. Organização das Nações Unidas. Crescimento da internet desacelera e 2,7 bilhões ficam fora da rede. Acesso: 20 jan 2023.

Nota Técnica

10. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O CHAT GPT

Leo Gmeiner³²
Luciano Calchi³³

Resumo Executivo

Esta nota técnica visa abordar a chegada do Chat GPT, suas funcionalidades, riscos, utilidades no mercado de trabalho e na educação, além de seus possíveis impactos na rotina dos profissionais e no mercado de trabalho.

Palavras-chave: *Inteligência artificial. Tecnologia da Informação. Automação. Machine learning. Deep learning.*

Lançado em novembro de 2022, o Chat GPT (sigla para *Generative Pre-Trained Transformer*) é um modelo de linguagem baseado em *deep learning* (braço da inteligência artificial - IA), desenvolvido pela empresa Open AI, organização que tem como foco o desenvolvimento de inteligência artificial. A empresa nasceu em São Francisco em setembro de 2015 e tem, entre seus fundadores, Sam Altman e Elon Musk (fora do quadro diretivo desde 2018).

Criada como uma organização sem fins lucrativos, o sucesso da OpenAI levou a empresa a abrir o capital de mercado. Uma das principais investidoras é a Microsoft, que injetou U\$ 10 bilhões na desenvolvedora do Chat GPT e já começou a agregar as funções da plataforma a seus sites, programas e aplicativos, como o buscador Bing e o Microsoft Teams.

Em cinco dias de seu lançamento, o Chat GPT já reuniu mais de um milhão de usuários. Em dois meses de existência, já contava com 100 milhões de usuários, podendo se dizer que trata-se da aplicação com crescimento mais rápido da história. Como comparação, o TikTok levou nove meses para chegar aos mesmos números e o Instagram, dois anos e meio.

O Chat GPT pode ser utilizado como assistente virtual de dispositivos móveis, sites de comércio eletrônico, chatbots, trazendo informações e respostas “precisas” de maneira rápida e fácil.

Diferente de outros sistemas, essa ferramenta atua com um algoritmo baseado em redes neurais, que procura simular o comportamento de uma rede neural biológica, como o cérebro humano, aprendendo assim como os humanos. Então, a partir do processamento de um grande volume de informações, permite que seja estabelecida uma conversa com o usuário, buscando compreender o significado das frases, interpretando esses conteúdos, o que resulta em um número infinito de diferentes respostas, desenvolvendo conversas mais complexas do que, por exemplo, em um sistema de Chatbot. No caso, este último somente responde a demandas que foram programadas, seguindo um script previamente definido, que o limita somente a atender apenas às questões informadas.

Como o sistema ainda está em estágio de desenvolvimento e se baseia em informações da internet, podem ocorrer falhas devido a esta tecnologia não ter como diferenciar se as informações captadas e interpretadas são confiáveis ou corretas. Constantemente, a

³² **Leo Gmeiner.** Empreendedor da startup School Guardian, Presidente do Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul (ITESCS) e Pesquisador convidado do Observatório Conjucscs.

³³ **Luciano Calchi.** Co-founder da Trader Crypto, Vice-Presidente do Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul (ITESCS) e Pesquisador convidado do Observatório Conjucscs.

tecnologia vem sendo atualizada e alimentada com novas informações, buscando evitar mensagens erradas ou imprecisas.

Após o lançamento de uma versão gratuita a usuários (novembro de 2022), em fevereiro de 2023, a empresa lançou uma assinatura do Chat GPT para pessoas físicas, com melhorias em relação à versão anterior. No valor de US\$ 20 mensais, a assinatura garante a preferência nas respostas e em futuras atualizações do sistema aos seus assinantes, que também podem usar o serviço de forma ilimitada profissionalmente. Ainda não se tem a informação do atual número de assinantes.

O fato de o Chat GPT poder ser utilizado como uma ferramenta de busca, representando uma ameaça ao Google, fez com que a empresa lançasse sua versão da ferramenta de linguagem inteligente, o *Bard*. Porém, em seu lançamento, apresentou falhas e logo foi desvalorizado pelo mercado, inclusive derrubando as ações da empresa.

IMPACTO DO CHAT GPT NOS EMPREGOS

Apesar do “encantamento” por parte de empresários, profissionais de diversas áreas e usuários sobre as funcionalidades da ferramenta, existe a preocupação sobre como ela irá impactar no mercado de trabalho, se substituirá a força de trabalho humana, com isso, cortando empregos. O canal BuzzFeed, por exemplo, demitiu parte dos seus redatores e adotou o Chat GPT para redigir conteúdos de listas e testes.

Porém, ao mesmo tempo que essa tecnologia pode substituir algumas das funções desempenhadas por humanos, ela pode ser útil para automatizar tarefas, liberando tempo para que os profissionais dediquem-se a atividades estratégicas e de maior relevância para a empresa.

Por mais que a ferramenta possa criar textos sobre diversos assuntos a partir de perguntas ou indicações específicas, ela é vista como uma ferramenta auxiliar de escrita, isto é, pode criar um texto simples e um especialista deve revisá-lo e/ou complementá-lo. Por ser uma tecnologia ainda em desenvolvimento, não há garantia da precisão e veracidade das informações, demandando de um profissional para fazer essa verificação final. Além disso, o senso crítico humano, para textos opinativos, é uma ferramenta que o Chat GPT não tem como substituir.

Devido a esses fatores, conclui-se que conteúdos personalizados e autorais devem continuar em destaque em meio ao grande número de textos gerados por inteligência artificial.

Além disso, o Chat GPT tem a contribuir para a educação, da mesma forma como auxilia na escrita. É possível desenvolver conversas em outros idiomas, por exemplo, o que tende a facilitar o aprendizado, principalmente para quem estuda sozinho. Testes do Chat GPT foram realizados em provas de universidades, com bons resultados e em redações para o Enem, obtendo resultados razoáveis.

As questões educacionais relativas ao Chat GPT são bastante relevantes, algo que se deve prestar atenção, pois nem sempre os mecanismos anti-plágio conseguem identificar quando um texto foi escrito por IA. Considerando que sua versão atual já vem sendo utilizada por alunos de diferentes níveis de ensino, é preciso discutir então suas regras e adaptações a modelos de ensino das instituições.

O Chat GPT é uma tecnologia que analisa informações gerando respostas que soam de forma natural, como uma conversa entre humanos, possuindo uma grande gama de funcionalidades. Assim, apesar da preocupação de muitos profissionais, sobre ocasionar corte de empregos, o cenário é positivo quando se fala em otimização de tarefas, para que o profissional tenha

maior produtividade, se liberando de funções repetitivas e se dedicando ao planejamento e desenvolvimento de novos serviços.

Segundo Marina Feferbaum, Coordenadora do Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação de Direito da Fundação Getúlio Vargas (CEPI FGV Direito SP), em matéria do VALOR INVESTE (2023), a versatilidade de uso faz com que ele seja útil em diversas funções e áreas. Além de responder a perguntas em chatbots, por exemplo, a tecnologia pode atuar na elaboração de textos, cálculos e até em escrever algoritmos em linguagem de programação, realizando não só tarefas repetitivas. Então um profissional pode se utilizar da tecnologia para a produção de conteúdo em menos tempo e então se dedicar a atividades mais complexas.

Algumas das aplicações que podem ser colocadas para o Chat GPT executar, segundo Marina, são: serviços de atendimento e apoio ao cliente, de escrita de texto para veículos de mídia, de orientações médicas em chats, de criação de roteiros de viagem, de reservas de hotéis e de recrutamento de profissionais. Para isso, é necessário “ensinar” a ferramenta a fazer um filtro de determinadas informações, cruzando-as a outros dados. E é nessa tarefa de gerir o caminho para o Chat GPT fazer seu trabalho que aparecem oportunidades aos profissionais.

Junior Borneli, fundador da StartSe, também para o site VALOR INVESTE (2023), explica que muitas das oportunidades vindas com o Chat GPT são baseadas em aumento de produtividade. Então, um profissional que presta serviços a um cliente pode, com a tecnologia do Chat GPT, atender cinco clientes.

Por exemplo, no caso de um gestor de redes sociais, ele deve ter contato com o seu cliente, entender o conteúdo que deve escrever, e também o formato e a linguagem a serem usados, de acordo com cada perfil trabalhado. Com o Chat GPT, ele consegue fazer isso de forma rápida, pois conforme ele vai trabalhando com a tecnologia, ela vai aprendendo qual o tipo de linguagem usada por ele, se ajustando e escrevendo conforme o padrão necessário. Assim, o gestor de redes sociais otimiza seu tempo com o Chat GPT produzindo os textos e pode se concentrar em outras funções, como desenvolver mais postagens ou ainda atender mais clientes.

Borneli explica ainda que outra área que a atuação do Chat GPT é bem vista é a dos desenvolvedores. Para a construção de uma página que um profissional levaria 10 horas, o Chat GPT pode levar duas, basta o gestor pedir para a ferramenta, informando as características que a página precisa ter.

Marina Feferbaum reforça que, com a aplicabilidade do Chat GPT, os profissionais se tornarão editores dos serviços desenvolvidos, eles serão responsáveis por abastecer e filtrar as informações dos robôs. Ainda se sabe que falta precisão, que é importante que um ser humano revise o produto criado pela tecnologia, faça esse refinamento do trabalho bruto produzido por ela. Além disso, é importante uma avaliação ética das respostas dadas pela plataforma, coisas que só humanos estão aptos a fazer.

Neste novo cenário, profissionais que souberem trabalhar com tecnologia terão espaço no mercado de trabalho. Saber programação continuará sendo promissor para a carreira. Profissões ligadas ao cuidado humano também serão cada vez mais necessárias, sendo ainda mais valorizadas no futuro, deixando as tarefas automatizadas para as máquinas.

CONCLUSÃO

O Chat GPT mostra-se como tecnologia promissora, que tende a atuar produzindo, com rapidez, tarefas que demandam muito mais tempo quando realizadas por humanos. Porém, a novidade abriu discussões acerca de limites éticos da tecnologia e possibilidade de substituir

a mão de obra das empresas. Ainda estamos em um momento inicial, com uma versão que passa por melhorias a cada dia. A chegada dessa tecnologia mostra que a automatização de tarefas já é uma realidade e que, a partir disso, profissionais que possam se diferenciar, tanto no fator humano, quanto no de saber comandar essa tecnologia continuarão sendo fundamentais.

Referências Bibliográficas

FIA USP. O que é Chat GPT, impactos e como usar esta inteligência artificial?, 2023. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/chat-gpt/> Acesso em: 1/3/2023.

GAUCHA ZH. Google lança ferramenta para concorrer com Chat GPT, 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/tecnologia/noticia/2023/02/google-lanca-ferramenta-para-concorrer-com-chatgpt-cldtea1hy005i014s7nze8eld.html>. Acesso em: 1/3/2023.

ISTO É DINHEIRO. Chat GPT: 100 milhões de usuários em dois meses, 2023. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/chat-gpt-100-milhoes-de-usuarios-em-dois-meses/> Acesso em: 1/3/2023.

REPÓRTER DIÁRIO. A inteligência artificial e o Chat GPT, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t0vIAVES1Ms> Acesso em: 1/3/2023.

VALOR INVESTE. O Chat GPT vai roubar meu emprego? Veja as oportunidades que a ferramenta traz, 2023. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/empreenda-se/noticia/2023/02/15/o-chatgpt-vai-roubar-meu-emprego-veja-as-oportunidades-que-a-ferramenta-traz.ghtml> Acesso em: 1/3/2023.

#EUCOMMERCE. Notion I.A. muito melhor que Chat GPT, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bcjp-TIwyNE>. Acesso em: 1/3/2023.

#EUCOMMERCE. A revolução da inteligência artificial: Como Usar Chat GPT e Midjourney Exemplos Reais, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k8q171_husU. Acesso em: 1/3/2023.

Nota Técnica

11. PROFISSIONAIS SÃO IMPULSIONADOS PELA ASCENSÃO DO CHATGPT PORQUE FACILITA SEUS TRABALHOS E AJUDA AS PESSOAS A ENCONTRAR UMA CARREIRA LUCRATIVA EM TECNOLOGIA

Bárbara Soares³⁴

Resumo Executivo

As pessoas começaram a pensar que com o ChatGPT sendo capaz de “cuspir código”, esse é o fim do programador humano. Não é bem assim, dizem os especialistas. Mas as mudanças na indústria tecnológica estão a caminho.

Palavras-chave: ChatGPT. Tecnologia. Inteligência Artificial. Pessoas.

ChatGPT é a boa nova de maiores oportunidades

A ameaça da automação é o *bicho-papão* no escuro para muitos trabalhadores. Agora que as pessoas viram o que o ChatGPT pode fazer, o medo de perder seus empregos para a IA despertou de novo para muitos funcionários. A IA pode escrever livros infantis, assumir algumas funções bancárias, ou tornar mais provável que outro humano possa substituí-lo no trabalho. Na verdade, é cada vez mais óbvio que se as pessoas quiserem permanecer empregadas, elas devem estar familiarizadas com a IA. *Bem, nem todos sentem isso.* Pelo menos um grupo de trabalhadores de tecnologia está entusiasmado com o ChatGPT e aplicativos alimentados por IA como ele para o que - e, talvez, quem - ele pode trazer para sua profissão.

Os programadores estão entusiasmados porque os avanços na automação os tornam muito mais eficientes, permitindo-lhes escrever mais e melhor código. Ainda mais empolgantes, dizem os especialistas da indústria, ferramentas como ChatGPT e GitHub Copilot são capazes de remover grande parte da dor de aprender a codificar, permitindo que mais pessoas entrem em uma carreira lucrativa na codificação. Isso também teria o benefício adicional de enfrentar a perpétua crise de talento da indústria tecnológica.

"Desenvolvedores, engenheiros DevOps, engenheiros de plataforma, eles estão procurando automatizar tantas das tarefas mundanas quanto possível e libertá-los para ter esse nível mais alto de pensamento", disse Adam Frank, vice-presidente sênior de produto para o startup de implantação de software Armory. "A IA pode ajudar a automatizar muitas dessas tarefas rotineiras". A IA nivela o campo de atuação para programadores. Programadores profissionais, em todos os níveis de experiência, raramente codificam no vácuo: Websites como Stack Overflow conectam programadores entre si para ajudar a resolver problemas; uma piada da indústria é que uma grande parte do aprendizado de codificar é apenas dominar copiar e colar. ***O surgimento do ChatGPT é apenas uma extensão dessa dinâmica, dando a um robô que pode ajudar a gerar exatamente o código de que você precisa no momento (às vezes para usos mais maliciosos).***

³⁴ **Bárbara Soares.** Prof^a Dr^a. Diretora na Casa da Tradução. Docente na FATEC Praia Grande. Pesquisadora Voluntária do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo, Inovação e Conjuntura da USCS.

Para os codificadores novatos, isso por si só remove uma das maiores barreiras à entrada, ajudando-os a acompanhar os codificadores mais experientes, ajudando-os em seu caminho com respostas para seus problemas específicos. Ainda há lugares para os programadores humanos brilharem, diz Frank da Armory. AI dá a um programador todas as peças de que ele pode precisar, mas cabe ao programador colocá-lo todo junto de uma maneira que faça sentido.

"Há um nível de criatividade, e um nível de emoção que os humanos têm de que a IA ainda está muito, muito longe de ter experimentado", disse Frank. "Esse nível de criatividade, emoção e compreensão humana é o que nos permite, como humanos, construir experiências específicas para os humanos que estão usando nossos produtos". Esta, por sua vez, é uma oportunidade emocionante para aqueles desenvolvedores mais experientes, diz Frank.

Ao automatizar o tédio, dá a eles a oportunidade de serem mais criativos e realmente se diferenciarem da concorrência.

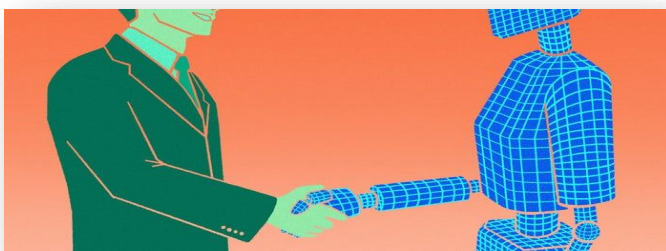
Novos trabalhos estão por vir

Os engenheiros de computação e desenvolvedores de software já eram uma mercadoria quente mesmo antes do ChatGPT ser um vislumbre aos olhos do OpenAI. Mas com as recentes demissões massivas em tecnologia, há uma ideia de que ser um programador pode não ser tudo o que está rachado para ser.

As pessoas começaram a pensar que com o ChatGPT sendo capaz de "cuspir código", esse é o *fim do programador humano*. Não é bem assim, dizem os especialistas. Mas as mudanças na indústria tecnológica estão a caminho.

"A IA torna a tecnologia significativamente mais acessível para as empresas que tradicionalmente não são especializadas em tecnologia e à medida que a adoção aumenta, você começa a precisar de mais desenvolvedores que possam implementar e entender esses sistemas para manter a tecnologia", disse Sagar Patel, vice-presidente de engenharia da Ampla.

Ao mesmo tempo, o trabalho de um desenvolvedor pode mudar a médio ou longo prazo. O ChatGPT e seus males só estão ficando mais inteligentes e melhores na escrita de códigos a cada dia, o que significa que pode haver menos necessidade de engenheiros que façam esse trabalho de graça. Ao mesmo tempo, haverá uma chamada para profissionais que possam monitorar, manter e montar esse código em produtos funcionais, o que significa que as habilidades envolvidas permanecerão valiosas por muito tempo. Os programadores, é claro, ajudaram a dar o pontapé inicial da atual onda de IA. Portanto, se as pessoas estão preocupadas, os programadores se escreveram fora de um trabalho, eles estão errados. Em vez disso, os programadores apenas garantiram que suas habilidades fossem mais requisitadas do que nunca.



Nota Técnica

12. A SAÚDE DIGITAL NA (RE)VOLUÇÃO TECNOLÓGICA NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Gabrielle Jacobi Kölling³⁵

Resumo Executivo

Esta nota técnica parte de análise da saúde digital inserida na sociedade atual, especialmente no contexto das revoluções industriais até a chegada da revolução 4.0 ou 5.0 como alguns autores denominam e como essa revolução tecnológica se insere na área da saúde. No contexto internacional, a Organização Mundial da Saúde já discutiu o tema e destacou que a ferramenta da saúde digital pode ser um mecanismo de inclusão e acessibilidade dos povos e pessoas de modo geral à saúde. É nesse cenário que se pretende, por meio desta nota técnica, analisar o estado da arte da saúde digital a partir da OMS e como ele está sendo implantado no Sistema Único de Saúde

Palavras-chave: Organização Mundial da Saúde. Saúde digital. Sistema Único de Saúde. TIC. Ciberinfraestrutura.

A OMS divulgou recentemente novas recomendações sobre 10 maneiras como os países podem usar a tecnologia de saúde digital – acessível via telefones celulares, tablets e computadores – para melhorar a saúde das pessoas e os serviços essenciais. Em última análise, a saúde digital serve de ferramenta essencial para promover a saúde, especialmente no tocante aos vulneráveis.

A Organização Mundial da Saúde revisou sistematicamente as evidências sobre tecnologias digitais e consultou especialistas de todo o mundo para produzir recomendações sobre algumas maneiras de utilizá-las para maximizar o impacto nos sistemas de saúde e na saúde das populações. A ocorrência da 71ª Assembleia Mundial de Saúde foi muito importante, pois foi nela que foi aprovada a resolução WHA 71.7 sobre Saúde Digital; trata-se de uma atualização da política e dos termos relacionados à utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no contexto da saúde. As discussões travadas durante a votação da resolução reconheceram as experiências anteriores de países e organizações; a interconectividade das tecnologias digitais ou ciberinfraestrutura; a coleta, gestão e avaliação de dados e informações em saúde; a robustez do ambiente favorável, em consonância com as boas práticas estabelecidas, considerando a sustentabilidade e as inovações; e a atual viabilidade, a escalabilidade e o aspecto de inclusão da TIC em Saúde.

O tema está em pauta na OMS desde 2005 e ganhou relevo nas Assembleias Mundiais de Saúde, especialmente com as resoluções WHA 58.28 (2005), sobre telessaúde, e WHA 66.24 (2013), sobre e-Saúde. Reconheceu-se o potencial das tecnologias digitais para apoiar os sistemas de saúde em todos os países, desde a promoção da saúde e da prevenção até melhoria da acessibilidade, qualidade e disponibilidade dos serviços.

³⁵ **Gabrielle Jacobi Kölling.** Pós-doutora (Universidade do Distrito Federal/UDF - bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal). Doutora em Direito Público. Mestre em Direito Público. Especialista em Direito Sanitário. Bacharel em Direito. Professora do Mestrado Profissional em Direito do CERS - Complexo Educacional Renato Saraiva, na linha de pesquisa "Mercado e Segurança Humana". Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq "Direito Digital, Mercado e Regulação" e do grupo "Mercado, regulação e segurança humana no contexto da saúde e do meio ambiente".

Os movimentos institucionais dentro da OMS na discussão do tema são muito latentes; a Organização vem trabalhando na saúde digital desde 2012, ocasião na qual desenvolveu o eHealth Strategy Toolkit, que foi fruto de uma cooperação com a International Telecommunications Union (ITU). Uma das ferramentas de apoio aos governos no monitoramento e na coordenação de investimentos digitais em seus países foi o desenvolvimento do Digital Health Atlas, que se trata, em última análise, de um repositório global virtual no qual os implementadores podem registrar suas atividades de saúde digital. Mais recentemente, pensando no cenário das doenças crônicas não transmissíveis, a OMS inovou com a iniciativa BeHe@lthy, BeMobile, BeMobile; a pretensão é construir a capacidade digital de saúde por meio do Escritório Regional da OMS para a África.

A postura institucional da OMS tem focado no fortalecimento da pesquisa e na implementação da saúde digital (especialmente por meio de financiamentos de pesquisa), incluindo o kit mHealth Assessment and Planning for Scale (MAPS): trata-se de um manual para monitoramento e avaliação da saúde digital e mecanismos que usam a saúde digital para acabar com a tuberculose. Recentemente, em 2019, a OMS anunciou a criação do Departamento de Saúde Digital para melhorar o papel da instituição na avaliação de tecnologias digitais e apoiar os Estados-membros na priorização, integração e regulamentação do tema.

É inegável a transformação no nível global, liderada pela OMS, e a econômica, provocada pela (r)evolução tecnológica, intensificada pelo uso acelerado de TIC. A cadeia produtiva da saúde não fica de fora da percepção e da crença de que as TICs podem ser transformadoras e, inclusive, elemento-chave para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Saúde e Bem-estar, o que inclui a transformação dos sistemas de saúde em universais, gerando a tão desejada Cobertura Universal da Saúde (UHC - Universal Health Coverage), proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

A prática digital da saúde é formada por um conjunto de técnicas, práticas, atitudes e modos de pensar e novos valores que se desenvolvem como consequência do crescimento do espaço digital. Assim, em que pese a tecnologia e as inovações possam melhorar as capacidades dos serviços de saúde, a interação humana segue sendo primordial para o bem-estar dos pacientes (PEREIRA, 2006).

A saúde digital está relacionada ao uso intensivo de TIC na área da saúde; vejamos algumas situações exemplificativas: Registro Eletrônico de Saúde (RES), sistemas de apoio à decisão, sistemas de protocolos clínicos eletrônicos, estações de trabalho portáteis, ferramentas de comunicação e convergência com outras tecnologias (biotecnologia, nanotecnologia, neurociências, robótica), além da própria telemedicina, telessaúde e e-Saúde (consumo eletrônico em saúde e bem-estar). Contemporaneamente, inclui-se no tema as técnicas de aprendizado de máquina (machine learning) para análise, predição, mecanismos para Sistemas de Inteligência Artificial e Internet das Coisas (IoT), dentre outras na saúde.

As diretrizes demonstram que os sistemas de saúde precisam responder à maior visibilidade e disponibilidade de informações. As pessoas também devem ter certeza de que seus próprios dados estão seguros e de que não estão sendo colocados em risco porque acessaram informações sobre tópicos sensíveis de saúde, como saúde sexual e reprodutiva. Já os profissionais de saúde precisam de treinamento adequado para aumentar sua motivação na transição para essa nova maneira de trabalhar, usando a tecnologia com facilidade (NOVOA; NETTO, 2019).

É essencial que se proporcionem ambientes de apoio para treinamento, para lidar com infraestruturas instáveis, bem como políticas para proteger a privacidade dos indivíduos, governança e coordenação, para garantir que essas ferramentas não sejam fragmentadas em todo o sistema de saúde e, também, alcancem populações vulneráveis e que a saúde digital

não as coloque em risco de forma alguma (NOVOA; NETTO, 2019). Trata-se, em última análise, de uma estratégia de saúde para os gestores públicos revisarem os modelos existentes e se adaptarem ao novo cenário tecnológico, visto que a consequência é o bem comum (COBE, 2020).

No ano de 2017, a Comissão Intergestores Tripartite do SUS (CIT) discutiu a Estratégia de Saúde Digital para o Brasil, um documento elaborado com a participação de mais de sessenta especialistas de origens e perfis diversos. A visão estratégica, uma iniciativa do Ministério da Saúde (MS), foi construída utilizando a primeira parte do conjunto de métodos propostos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em colaboração com a União Internacional de Telecomunicações (UIT). Conforme o documento, espera-se que a saúde digital venha a ser “reconhecida como a estratégia de melhoria consistente dos serviços de saúde por meio da disponibilização e uso de informação abrangente, precisa e segura que agilize e melhore a qualidade da atenção e dos processos de saúde, nas três esferas de governo e no setor privado, beneficiando pacientes, cidadãos, profissionais, gestores e organizações de saúde” (BRASIL, 2020).

As Estratégias de Saúde Digital estão divididas, hodiernamente, em três eixos: Eixo 1 – Ações do MS para o SUS; Eixo 2 – Definição de diretrizes para colaboração; e Eixo 3 – Implantação do espaço. Dentro do plano de ação, tem-se um rol de prioridades, quais sejam: Prioridade 1: Governança e liderança para a ESD; Prioridade 2: Informatização dos três níveis de atenção; Prioridade 3: Suporte à melhoria da atenção à saúde; Prioridade 4: O usuário da Saúde Digital como protagonista.

Sabemos que a construção de uma Estratégia de Saúde Digital (ESD) foi proposta pelo Pacote de Ferramentas da Estratégia Nacional de e-Saúde (National eHealth Strategy Toolkit), elaborado pela Organização Mundial de Saúde, em conjunto com a União Internacional das Telecomunicações (OMS/UIT), no ano de 2012.

Assim, a ESD deve ser construída e desenvolvida com o objetivo de utilizar recursos de TIC para resolver problemas do sistema de saúde. Logo, é fundamental que ela tenha o planejamento do sistema de saúde como norte para, a partir dele, prospectar possíveis soluções de TIC capazes de apoiar a consecução e o monitoramento de seus objetivos. Nessa linha, o Brasil apostou no DATASUS/SE/MS para nortear e alinhar as diversas atividades e projetos públicos e privados, potencializando o poder de transformação da saúde digital no Brasil. No entanto, ainda é pouco, pois é uma iniciativa muito tímida.

A atual conjuntura pandêmica vivenciada a partir do Coronavírus dimensionou, ainda mais, a relevância da informação em saúde como necessário instrumento para a tomada de decisão frente às necessidades de curto, médio e longo prazos em saúde. O cenário dinâmico, baseado no risco sanitário, exigiu respostas efetivas e rápidas do sistema de saúde e, em especial, do SUS, para coordenar as ações nacionais e orquestrar os esforços de estados, municípios e mesmo da Saúde Suplementar (CARRION, 2018).

Nesse cenário, o Programa Conecte SUS (leia-se: principal iniciativa da Estratégia de Saúde Digital) foi reforçado e impulsionado para priorizar as ações para que estejam em pleno alinhamento com as necessidades nacionais de combate à COVID-19. A Rede Nacional de Dados em Saúde, RNDS, foi disponibilizada com um repositório nacional de dados da COVID-19, passando a integrar as ações de recebimento, processamento e disponibilização de notificações de agravos, resultados de exames e ocupação de leitos por Coronavírus. Já o DATASUS movimentou-se para que a RNDS passasse a ser, também, a grande integradora de serviços sobre a COVID-19, como a teleconsulta, os novos aplicativos voltados para autoavaliação de usuários e a disponibilização de informação para o usuário sobre a doença e, também, sobre a situação da pandemia para cidadãos, profissionais de saúde e gestores (BRASIL, 2020).

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Informática do SUS. Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Departamento de Informática do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

CARRION, P.; QUARESMA, M. J. A. Internet das coisas (IoT): definições e aplicabilidade aos usuários finais. **Human Factors in Design** – Edição Especial – P&D Design 2018, [S. l.], v. 8, n. 15 (2019), p. 49-66, mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5965/2316796308152019>

CÓBE, R. M. O.; NONATO, L. G.; NOVAES, S. F.; ZIEBARTH, J. A. Rumo a uma política de Estado para inteligência artificial. **Revista USP**, [S. l.], n. 124, p. 37-48, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i124p37-48. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/167914>>.

NOVOA, Claudia; NETTO, Antonio Valerio. **Fundamentos em gestão e informática em saúde**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2019.

PEREIRA, Teresa & Areco, Kelsy & Tarcia, Rita Maria & Sigulem, Daniel. (2016). Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação por Professores da Área da Saúde da Universidade Federal de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação Médica**. 40. 59-66. <https://doi.org/10.1590/19812>.

Nota Técnica

13. ECONOMIA CRIATIVA – NOVOS NÚMEROS E PERSPECTIVAS NO “PÓS PANDEMIA” NO GRANDE ABC

Alessandra Santos Rosa³⁶

Resumo Executivo

A nota técnica retoma o estudo da Firjan já apresentado em 2019 na Carta de Conjuntura de nº 7, porém com dados atualizados e uma visão do crescimento do setor (ou não) no período pós pandemia. A abordagem novamente faz um recorte do Grande ABC e aponta possibilidades para crescimento futuro do setor, considerado importante nas novas perspectivas econômicas.

Palavras-Chave: Economia criativa. Pós pandemia. Grande ABC.

Retomando o tema Economia Criativa

Este importante tema já foi apresentado na 7ª edição da Carta de Conjuntura em abril de 2019, quando ainda não se imaginava as mudanças no mercado de trabalho que ocorreriam por conta da Covid-19.

Na respectiva carta, já era mencionado o potencial do segmento após crises mundiais, visto que, assim como descreveu Klamer (2016), o conceito ainda novo visa “substituir a noção popular de economia informacional e de conhecimento”, sendo que os elementos norteadores são o conhecimento e a tecnologia.

Neste sentido, o relatório do *British Council* já apresentava, em 2010, a importância do olhar da gestão pública para o desenvolvimento do setor. Para o órgão, as gestões modernas possuem a capacidade de realizar solicitações de bens e serviços, ainda que por meio de licitações, de forma mais rigorosa e com padrões criativos:

Além de produzir melhores resultados para os cidadãos, uma abordagem mais criativa a respeito das aquisições públicas pode economizar dinheiro e estimular novos empregos e novas habilidades.

Outra característica importante observada pelo relatório britânico é o fato de muitas indústrias criativas estarem atreladas a uma especificidade geográfica. Este fator fortalece a economia local visto que será muito mais difícil o setor criativo buscar outras regiões, estados ou países por custos mais baixos como impostos e mão de obra, o que é muito comum nas indústrias de transformação convencionais.

O ambiente ao entorno e a cultura local também contribuem para a economia criativa, além da diversidade ser considerada um elemento fundamental para estes tipos de conhecimentos e criatividade num só espaço, ou seja, tanto acadêmicos e técnicos quanto sociais e culturais.

³⁶ **Alessandra Santos Rosa.** Doutoranda em Administração pela USCS. Mestra em Administração e graduada em Economia pela USCS. Atuou como Professora auxiliar na USCS e Professora na Universidade Anhanguera. Foi assessora econômica na Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo do Campo; Coordenadora de Desenvolvimento Econômico da Cidade de São Paulo, e Assessora Econômica e de Inovação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Inovação de Hortolândia. Atualmente, é Assessora na Reitoria da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4077500398552186>.

O novo estudo do Firjan denominado Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil (2022), apresenta um conceito importante: a Economia do Conhecimento, em que os fatores de produção comuns são “substituídos” pelo conhecimento e pela criatividade. Nesta perspectiva os profissionais criativos geram novos valores e são capazes de desenvolver capacidades essenciais neste novo cenário do mercado de trabalho.

A economia do futuro prevê a necessidade de superar as limitações materiais, a famosa escassez de recursos, por meio da promoção efetiva da sustentabilidade, uso do conhecimento e das tecnologias de informação e comunicação.

Desta forma, o mapeamento realizado pelo Firjan (2022), por meio dos dados do Ministério do Trabalho e Previdência, traz com detalhamento dados importantes deste setor, realizando uma análise profunda em cinco estados do país: Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Amazonas e Rio Grande do Sul. Esta nota técnica está delimitada no Estado de São Paulo e mais especificamente no Grande ABC. Em aspectos gerais o estudo apresenta 13 segmentos do setor, separados em quatro grandes áreas conforme Quadro 1.

Quadro 1: Segmentos e Grandes Áreas da Economia Criativa

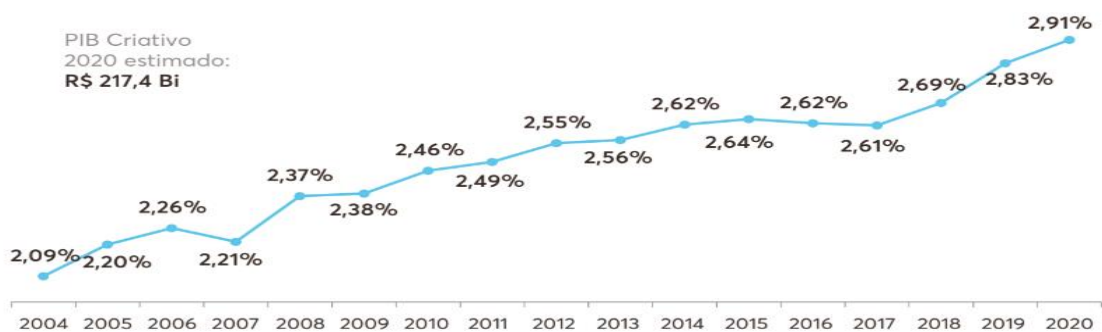
Consumo	Mídias	Cultura	Tecnologia
Design		Patrimônio e Artes	Biotecnologia
Arquitetura	Editorial	Música	P&D
Moda	Audiovisual	Artes Cênicas	TIC
Publicidade e Marketing		Expressões Culturais	

Fonte: Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do FIRJAN, 2022

Em tempo, o estudo aponta que a Economia Criativa teve uma alta de 11,7% no quesito geração de emprego (2017 a 2020), o que corresponde a 935 mil empregos, porém houve uma discrepância entre as áreas de Tecnologia que apresentou um aumento representativo, em relação a Cultura e Mídia que apresentaram fortes quedas. Acredita-se que a pandemia elevou ainda mais esta diferença entre os setores, visto que a primeira obviamente foi mais explorada devido as novas formas de trabalho como o home office e a segunda depende quase que exclusivamente de público presencial.

Por fim, nos aspectos de produção a indústria criativa tem sido um importante ator nas cadeias produtivas proporcionando alto valor agregado aos setores que fazem parte desta cadeia. A Figura 1 demonstra o crescimento histórico do segmento e sua participação no PIB do país.

Figura 01: PIB Criativo do País 2004 a 2020



Fonte: Firjan, 2022.

A indústria Criativa no Estado de São Paulo e no Grande ABC

O Estado de São Paulo apresentou a segunda maior participação do segmento no PIB brasileiro (4,41%), produzindo o equivalente a R\$104,3 bilhões, ficando atrás apenas do estado do Rio de Janeiro. Em números absolutos, ele lidera o ranking do país, com 99.775 números de estabelecimentos, cerca de 380,4 mil vínculos empregatícios (um aumento de 15,7% em relação a 2017). Quanto à remuneração o estado lidera nos seguintes segmentos: Design (R\$ 3.949), Expressões Culturais (R\$ 2.415) e TIC (R\$ 9.639).

O potencial e a resiliência do mercado criativo em São Paulo são observados com maior destaque durante os maiores momentos de crise do COVID- 19. Enquanto vários estados apontaram queda no período de 2020, São Paulo criou 15mil novos empregos, apresentando um crescimento de 4,1% em relação ao ano anterior de 2019. Além disso, o estudo afirma que após as fases mais críticas da pandemia o setor volta a expandir rapidamente no estado, reiterando as informações sobre sua capacidade de resistir as grandes crises.

Norteadas pelos demonstrativos do Estado de São Paulo esta nota técnica apresenta a seguir os números e análises do segmento em um importante recorte do estado: o Grande ABC. É importante ressaltar o histórico da região quanto a indústria de transformação, especialmente no setor automobilístico e suas recentes perdas, assim é possível considerar que a indústria criativa é uma importante alternativa para a retomada da vocação da região. Na tabela 1, observamos em números absolutos os empregos gerados em cada segmento e em cada município do Grande ABC.

Tabela 1: Números de Empregos na Indústria Criativa por setores e municípios (2018 a 2020)

Municípios	Arquitetura			Artes Cênicas			Audiovisual			Biotecnologia		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Santo André	359	366	364	69	98	16	94	73	49	173	166	181
São Bernardo	331	364	352	28	21	15	134	106	113	99	115	138
São Caetano	105	122	138	21	41	39	39	37	39	56	70	75
Diadema	92	107	93	9	8	4	92	107	93	18	13	13
Mauá	75	54	87	6	7	9	25	23	13	27	25	22
Ribeirão Pires	34	32	25	38	32	35	4	6	5	11	10	7
Rio Grande da Serra	8	7	6	0	0	0	1	4	1	1	2	2
São Paulo	27.981	28.516	28.099	2.666	2.675	2.195	10.861	10.688	10.222	11.674	12.055	13.492
Brasil	93.444	97.317	97.424	10.129	9.852	7.930	41.586	40.905	38.496	33.355	34.880	38.044

Continua

Municípios	Editorial			Expressões Culturais			Moda			Música		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Santo André	138	122	98	155	167	154	72	71	59	52	58	51
São Bernardo	131	114	122	138	167	157	42	38	30	17	15	10
São Caetano	62	48	30	91	99	76	27	29	19	68	62	56
Diadema	30	24	17	42	40	35	17	20	19	1	1	2
Mauá	25	23	17	37	36	32	37	36	37	4	4	3
Ribeirão Pires	12	11	13	13	15	12	17	11	11	1	9	9
Rio Grande Da Serra	2	3	3	0	0	0	1	0	0	0	0	0
São Paulo	15.438	15.130	14.554	10.467	11.204	10.021	14.517	13.984	12.232	3.351	3.372	3.108
Brasil	52.958	51.680	46.815	31.310	32.958	30.621	43.283	41.475	37.138	11.773	11.961	10.369

Continua

Municípios	Pesquisa e Desenvolvimento			Publicidade e Marketing		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Santo André	643	678	764	770	802	798
São Bernardo	3.092	3.000	2.827	1.340	1.716	2.635
São Caetano	1.122	1.055	1.066	497	515	655
Diadema	576	543	543	225	224	256
Mauá	334	334	361	144	149	157
Ribeirão Pires	63	64	53	46	58	49
Rio Grande da Serra	8	5	5	4	8	9
São Paulo	64.664	65.079	64.874	92.006	106.492	122.334
Brasil	158.775	165.478	166.023	75.862	199.491	223.497

Continua

Municípios	TIC			Design			Patrimônio e Artes		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Santo André	351	368	343	433	423	399	39	45	35
São Bernardo	889	888	885	929	875	778	42	38	45
São Caetano	387	333	372	270	324	273	18	20	19
Diadema	169	178	159	313	340	325	10	13	10
Mauá	85	73	77	151	143	143	6	5	3
Ribeirão Pires	17	14	15	46	41	38	2	5	4
Rio Grande da Serra	0	0	0	2	3	1	1	2	2
São Paulo	56.749	60.110	64.361	30.380	31.001	30.624	4.975	5.033	4.273
Brasil	129.757	137.695	146.263	79.006	81.666	81.458	13.958	13.652	11.246

Fonte: Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do FIRJAN, 2022.

O total de empregos na indústria criativa no Grande ABC representou 10,13% (2018), 6,13% (2019) e 4,21% (2020) do estado de São Paulo, apesar dos percentuais significativos é possível observar queda no decorrer dos anos estudados. O mesmo ocorre com os percentuais relacionados ao Brasil sendo: 2,09% (2018), 1,79% (2019) e 1,71% em 2020. É possível verificar também, que os setores que mais sofreram queda no período foram Artes Cênicas, Expressões Culturais, Moda e Música, o que corrobora com o estudo do Firjan que aponta estes setores os que mais enfrentaram dificuldades durante a pandemia, e mesmo os setores que o estudo apresenta maior resistência durante o período pandêmico tiveram leve queda como TIC, Pesquisa e Desenvolvimento e Publicidade e Marketing.

Algumas questões também podem ser observadas quando segmentamos o número de empregos de acordo com as grandes áreas conforme tabela 2.

Tabela 2: Número de empregos da Indústria Criativa no ABC de acordo com as grandes áreas (2018 a 2019)

Municípios	Consumo			Mídias			Cultura			Tecnologia		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Santo André	1.634	1.662	1.620	232	195	114	315	368	256	1.167	1.212	1.288
São Bernardo	2.642	2.993	3.795	265	220	235	225	241	227	4.080	4.003	3.850
São Caetano	899	990	1.082	101	170	69	198	222	190	1.565	1.458	1.513
Diadema	647	691	693	122	131	110	62	62	51	763	734	715
Mauá	407	382	424	50	46	30	53	52	47	446	432	460
Ribeirão Pires	143	142	123	16	17	18	54	46	60	91	80	75
Rio Grande Da Serra	13	16	16	3	7	4	1	2	2	9	7	7
Total	6.385	6876	7753	789	786	580	908	993	833	8121	7926	7908

Fonte: Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do FIRJAN, 2022.

Identifica-se que o setor de tecnologia, assim como no estado de São Paulo, é a área com maior número de empregos na região do ABC, embora tenha apresentado queda no período. Na sequência aparece a área de consumo, que apresentou crescimento no período estudado, cultura e mídias, respectivamente, ambas com queda entre 2018 a 2020.

Diante das apresentações é importante observar que apesar da indústria criativa apresentar percentual significativo na geração de empregos na região do Grande ABC e no Estado de São Paulo, o setor possui fragilidades no enfrentamento a crises.

Conclusão

Sendo a região do Grande ABC um celeiro de novas atividades e empregos, a indústria criativa é uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento para os municípios do ABC. Além disso, as universidades públicas e privadas que estão inseridas na região, possuem cursos que compõem as grandes áreas da indústria criativa e obviamente um papel importante no incentivo à inovação e ao empreendedorismo, algumas inclusive com projetos específicos neste sentido. Um exemplo é a própria USCS, com seu hub de inovação e projetos aprovados em órgãos de fomento. Como mencionado pelo estudo do mapeamento do Firjan, há também um papel importante da gestão pública no incentivo deste segmento, por meio da aquisição de bens e serviços com maior valor agregado, a partir de processos mais rigorosos e exigentes.

Desta forma, pode-se afirmar que um diálogo entre estes atores, talvez com um modelo de tríplice hélice, pode contribuir com o desenvolvimento deste importante setor que promete novas perspectivas econômicas para a sociedade.

Referencias Bibliográficas

NEWBIGIN, John. A ECONOMIA CRIATIVA: Um guia introdutório. Série Economia Criativa e Cultural do *British Council*. Editora Cerlalc. 2010.

Federação das indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN. Mapeamento da indústria criativa no Brasil. Rio de Janeiro. Julho de 2022. Disponível em: <https://firjan.com.br/economiacriativa/pages/Default.aspx>.

Federação das indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN. Mapeamento da indústria criativa no Brasil. Análise Especial São Paulo. Rio de Janeiro. Julho de 2022. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/economiacriativa/downloads/Mapeamento2022-SP.pdf>

Rosa, Alessandra Santos. Novas vertentes da economia, economia criativa e mercado de trabalho no Grande ABC Paulista. Nota técnica. 7ª Carta de Conjuntura do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – CONJUSCS. São Caetano do Sul. Abril de 2019. Disponível em: <https://www.uscs.edu.br/boletim/273>.

Nota Técnica

14. O PROCESSO DE PLANEJAMENTO DE PEQUENOS NEGÓCIOS: PREMISSAS ELEMENTARES PARA ROMPER UM CÍRCULO VICIOSO

Edgar Nóbrega³⁷

Resumo Executivo

Neste ensaio, apresento cinco premissas que considero elementares para que possamos buscar romper o círculo vicioso dos processos de mortalidade dos pequenos negócios. Partindo da perspectiva de que o empreendedorismo é elementar para a agenda econômica nacional se faz necessário a construção de soluções que possam fortalecer a perspectiva de planejamento estratégico. É neste contexto que se faz necessário compreender em que medida o poder público local pode contribuir para valorizar o sentido necessário de sinergia. Afinal de contas no mundo dos negócios o fechamento de uma empresa é sinal de morte, desesperança e de crise para aqueles que buscam empreender e para outros tantos que dependem direta ou indiretamente dos seus resultados. Não existe infelizmente o mesmo nível de preocupação em relação a crise dos pequenos empreendimentos quando comparamos com as instabilidades dos grandes negócios. O texto sugere que a centralidade dos processos de planejamento no mínimo poderá contribuir para minimizar os problemas diagnosticados pelo SEBRAE e outras tantas organizações nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Planejamento. Desenvolvimento local. Parcerias.

*“Emancipem-se da escravidão mental
Ninguém além de nós mesmos pode libertar nossa mente
Não tenha medo da energia atômica
Porque nenhum deles pode parar o tempo
Por quanto tempo vão matar nossos profetas
Enquanto ficamos parados e olhando
É, alguns dizem que é só uma parte disso
Temos que completar o livro”.*

Bob Marley, Canção da redenção

Quando perdemos um ente querido sentimos na pele o seu passamento e a dor muitas vezes revela a necessidade de tomar novas atitudes.

No mundo dos negócios o fechamento de uma empresa é sinal de morte, desesperança e de crise para aqueles que buscam empreender e para outros tantos que dependem direta ou indiretamente dos seus resultados.

Quando uma grande empresa fecha as portas ou transfere a sua unidade produtiva há uma verdadeira pane nos debates sobre os caminhos do desenvolvimento. Prefeitos e outras autoridades se reúnem para buscar soluções, sindicalistas renunciam ao que outrora consideravam direitos inegociáveis, pastores, padres e outras entidades religiosas fazem orações para a vida volte ao normal.

Mas é fato que o normal na atualidade, especialmente depois da Pandemia da COVID 19 assumiu outros status e exige novas e concretas atitudes.

³⁷³⁷ **Edgar Nóbrega.** Professor, escritor, economista. Mestre em Economia Política, Dr. em Ciência Política. Consultor de empresas, organizações não governamentais e gestão pública.

Examino a bibliografia sobre os pequenos negócios e percebo que há uma enorme vastidão no Brasil e no mundo, há extensas pesquisas, trabalhos acadêmicos e processos de assessoramento sérios que são desenvolvidos, no entanto ainda não conseguimos vislumbrar uma luz no final do túnel capaz de cessar a mortandade das micro e pequenas empresas.

Fico sempre atônito porque a mesma sensibilidade existente, o mesmo clamor em relação aos grandes de fato não existe em relação aos pequenos.

Os números do SEBRAE e outras instituições apontam que boa parte das pequenas empresas fecham as portas antes do quinto ano de existência e entre os grandes problemas que contribuem para esta situação aponto a centralidade da falta de planejamento.

Jean Cocteau disse: “A história é a verdade que se deforma, a lenda é a falsidade que se encarna”. Quando pensamos a questão do desenvolvimento do empreendedorismo sempre ficamos com a sensação de uma certa deformação no processo de fortalecimento da economia em relação aos pequenos, que são exatamente que mais precisam, mais geram oportunidades de negócios e contribuem diretamente para um percentual significativo do PIB nacional.

Ao longo das últimas décadas tenho combinado minhas reflexões entre as questões relacionadas ao desenvolvimento local, ao planejamento e a economia solidária, estes são elementos que de alguma forma esbarram o tempo todo no desafio de fortalecer os pequenos empreendimentos.

Neste ensaio, apresento a ideia de que sem planejamento não existe a menor possibilidade de garantir que o caminho a ser enfrentado pelos empreendedores independente das suas áreas de atuação tenham sucesso e para justificar esta opinião apresento cinco premissas.

Primeira premissa: Vivemos em um tempo em que a economia assumiu para muitos o status de ciência exata, e diante desta visão enviesada invariavelmente busca-se apresentar opiniões como sendo verdades únicas e absolutas, o que é uma tremenda bobagem, o que leva a análises incorretas da realidade econômica e suas relações sociais, culturais entre outras.

É fato que a economia ciência apresentada por Adam Smith e sua teoria do “equilíbrio dos mercados” segue sendo a visão hegemônica, o que não significa que seja única. Mas a sua força segue ofuscando a visão de muitos fazendo com que de maneira recorrente alguém aqui e acolá diga que os mercados sozinhos conduzirão todos e todas “ao reino dos céus”.

A reflexão em torno desta primeira premissa sugere que o empreendedor precisa ter um olhar amplo, crítico e atento, o que convenhamos é uma questão necessária, mas é absolutamente complexa.

Segunda premissa os pequenos empreendedores desde a criação do negócio assumem diferentes papéis, o que exigem múltiplos conhecimentos, desde gestão, passando pela necessidade de engenharia, comunicação, direito, psicologia, relações humanas e muitas outras multitarefas.

Quando pensamos estas variáveis diante de diferentes expectativas dos sujeitos há outros dramas a serem considerados. Isto porque, existem empreendedores que desenvolvem seu trabalho em função de oportunidades surgidas na cena que atuam, e que em variadas situações possibilitam para muitos o alcance da independência no trabalho ou aumento da sua renda, e de outro lado existem os empreendedores por necessidade, pessoas que se desafiam em negócios autônomos devido à falta de alternativas profissionais.

Em relação a esta segunda premissa há que se considerar estas diferenças especialmente porque o empreendedorismo é algo que possuem estas e outras dificuldades.

A terceira premissa que apresento é a base dos argumentos deste ensaio e apresento como sendo aquela que poderá ajustar os caminhos e oportunizar o desenvolvimento do empreendedorismo e está diretamente relacionada a necessidade de se desenvolver um processo de planejamento estratégico.

O planejamento não pode ser um exercício formal e burocrático. Precisa estar relacionado aos valores e propósitos do empreendedor e poderá ter êxito à medida que estimular e valorizar o potencial de cada indivíduo.

Há muitas situações que alguém antes de começar a construção do caminho já sugere que o projeto não tem viabilidade ou o empreendedor é incapaz.

Lembro de uma boa história que conheço como sendo a “A Lógica de Einstein!” “Conta certa lenda, que estavam duas crianças patinando num lago congelado em uma tarde nublada e fria, e as crianças brincavam despreocupadas quando de repente, o gelo quebrou e uma delas caiu, ficando presa na fenda que se formou. A outra, vendo seu amigo preso, e se congelando, tirou um dos patins e começou a golpear o gelo com todas as suas forças, conseguindo por fim, quebrá-lo e libertar o amigo. Quando os bombeiros chegaram e viram o que havia acontecido, perguntaram ao menino: Como você conseguiu fazer isso? É impossível que tenha conseguido quebrar o gelo, sendo tão pequeno e com mãos tão frágeis. Nesse instante, um ancião que passava pelo local, comentou: - Eu sei como ele conseguiu e todos perguntaram se poderia dizer como. É simples respondeu o velho. - Não havia ninguém ao seu redor para lhe dizer que não seria capaz”.

Esta história é a base da agenda do planejamento neste processo é necessário construir a convicção e em seguida as estratégias para que a aposta possa ter êxito.

A quarta premissa diz respeito a necessidade elementar de se escolher um caminho para que se possa desenvolver um negócio.

Quando tomamos a referência de Sêneca que disse e outros tantos pensadores já reinterpretem a ideia de que: “Para quem não sabe aonde ir, qualquer caminho serve”, ou seja, desde o primeiro momento é elementar saber exatamente para onde se deseja seguir e para que isto aconteça será essencial fazer o planejamento.

Precisamos sempre enfatizar que quando se escolhe o caminho certamente estaremos ajudando a combater a mortandade de pequenos negócios.

Ou seja, desde quando se escolhe a área de negócio que se pretende desenvolver, deve-se considerar os mercados, o quanto há de demanda em função dos serviços ou produtos que entregará, como está estruturada a concorrência, qual o preço poderei cobrar para ter uma margem de lucro garantidora de sustentabilidade financeira.

A escolha do caminho passa obrigatoriamente por uma grande dificuldade dos pequenos negócios, que diz respeito, a falta de pesquisa e de capacitação para fazer bem o que é a essência do negócio. O mercado está repleto de empresas fazendo coisas parecidas, e o empreendedor precisa conseguir desenvolver um diferencial para que o seu negócio prospere.

Foram inúmeras as situações que, em aulas ou desenvolvendo consultoria, que me deparei com uma triste realidade. Empreendedores não sabem exatamente o que é a essência do seu negócio.

Neste sentido, antes de iniciar um empreendimento sempre apontamos a necessidade de se fazer um plano de negócio, e cada empreendedor precisa encontrar a melhor forma e desde então estabelecer os elementos centrais para que a empresa tenha o sucesso desejado.

A quinta e última premissa, mas não menos importante, parte da ideia de que eu valorizo demais a iniciativa empreendedora e tenho bastante convicção de que esta é uma alternativa muito relevante para que possamos gerar renda, trabalho e oportunidade. Mas sempre destaco a necessidade de um olhar o mais amplo possível. Tenho certeza de que quando isto acontece haverá um bom planejamento e o negócio terá muito mais chances de prosperar.

No entanto para que este caminho possa ter de fato todo o êxito exigido é elementar considerar a relação dos pequenos negócios com os entes públicos para que possamos dar um passo mais efetivo.

Na primeira premissa já indiquei o quanto considero equivocada a percepção única da economia e neste momento digo mais, não é possível o desenvolvimento de uma ação estratégica na economia sem que exista uma sinergia da área privada com as questões públicas.

Na medida que os pequenos negócios sejam considerados de fato como sendo relevantes econômica e socialmente para o país é necessário desenvolver uma agenda estratégica de valorização e fortalecimento local do empreendedorismo.

É necessário que sejam construídos mapas para que as Associações Comerciais e outros órgãos de representação possam saber o que está sendo feito em cada uma das cidades e para que exista mais condições garantidora dos caminhos do desenvolvimento.

Na sequência é elementar o desenvolvimento de parcerias para a viabilização de planos de capacitação técnica e profissional dos empreendedores e de seus funcionários e parceiros.

Do contrário, se não existir uma agenda estratégica local para o fortalecimento do empreendedorismo, seguiremos acreditando que apenas e tão somente a “meritocracia” dará conta da solução dos dilemas existentes nos pequenos negócios.

A genialidade de Bob Marley em sua “Canção da redenção” dá um grito muito forte para que sejamos capazes de nos emancipar da escravidão mental, e com sua veemência sugere que “Ninguém além de nós mesmos pode libertar nossa mente”. Acredito nas palavras deste grande poeta e tenho certeza de que “enquanto ficamos parados e olhando” estamos deixando de fazer a nossa parte.

Este é, portanto, o tempo de “completar o livro” e fazer tudo aquilo que pode ser feito para que os possamos romper o trágico círculo vicioso de mortandade dos pequenos negócios.

É necessário buscar um caminho que seja mais resultado da reflexão em torno de vivências práticas e reais do que apenas exercícios teóricos e suas complexas aplicabilidades. Quando finalizo este ensaio o faço, portanto com a convicção de que Daniel (Emilio Estevez) o filho do oftalmologista Tom Avery (Martin Sheen) no filme *The Way* estava correto.

Daniel cuja relação com o pai era distante o convida para fazer o Caminho de Santiago de Compostela na Espanha. E foi quando o pai diz que havia escolhido uma vida diferente. O jovem rapaz de maneira serena sugere, “a vida não se escolhe, a vida se vive”, da maneira mais leve, simples e solta possível.

No entanto quando pensamos em negócios e resultados, há que se fazer escolhas que precisam ir muito além do que sugere a nossa vã filosofia. Para tanto haveremos sempre de buscar aqueles que podem nos ajudar a construir o caminho.

IV – SOCIEDADE, DIREITO E LEGISLAÇÃO

Nota Técnica

15. A QUESTÃO YANOMAMI SOB AS LENTES DA CRIMINOLOGIA VERDE

David Pimentel Barbosa de Siena³⁸

Resumo Executivo

Esta nota técnica explica sobre o conceito da criminologia verde, suas áreas de atuação e como a criminologia verde se aplica à proteção dos direitos do povo Yanomami.

Palavras-chave: *Criminologia. Criminologia verde. Direito. Yanomami. Meio ambiente.*

Criminologia verde se refere à área de estudo que aborda as questões de criminalidade e delitos relacionados ao meio ambiente, incluindo a degradação ambiental, a poluição, a exploração ilegal de recursos naturais, entre outros. Além disso, a Criminologia verde também estuda a forma como a sociedade constrói a noção de criminalidade ambiental e os processos de justiça ambiental que visam proteger o meio ambiente e garantir a responsabilização dos infratores. Em resumo, a Criminologia verde é uma área interdisciplinar que combina elementos da criminologia, direito ambiental, sociologia, ecologia e outras áreas relevantes para compreender e abordar questões criminais relacionadas ao meio ambiente.

A Criminologia verde surgiu na década de 1990, com o trabalho de Lynch e outros pensadores, que enfatizaram a importância de incorporar a perspectiva ambiental na criminologia. Sua origem está ligada aos movimentos de justiça ambiental que emergiram na época, e sua abordagem é crítica e radical, levando em conta as estruturas econômicas, políticas e sociais que estão por trás da construção social do crime ambiental. Além disso, a Criminologia verde destaca a importância de considerar as dinâmicas raciais, coloniais e patriarcais na compreensão dos danos ambientais e da responsabilização dos infratores. Em resumo, a Criminologia verde é uma área de estudo que busca compreender a relação entre crime ambiental, justiça ambiental e as estruturas sociais e políticas que as envolvem, em uma abordagem crítica e interdisciplinar.

O campo da criminologia verde, portanto, tem como objetivo principal estudar os danos causados ao meio ambiente e suas consequências para a sociedade e o planeta como um todo. Ele se concentra em entender a dinâmica dos processos sociais que levam à perpetuação de atividades criminosas que afetam o meio ambiente e, conseqüentemente, a saúde e bem-estar humano. Além disso, procura identificar as barreiras institucionais e jurídicas que impedem a responsabilização dos perpetradores destes crimes ambientais.

Para atingir esses objetivos, a criminologia verde utiliza uma abordagem interdisciplinar que combina elementos da criminologia, da sociologia, da ecologia, da biologia e de outras áreas relevantes para entender e prevenir o crime ambiental. Ela destaca a importância de se levar em conta a perspectiva das vítimas destes crimes e de suas comunidades, que muitas vezes são afetadas diretamente por suas consequências.

³⁸ **David Pimentel Barbosa de Siena.** Delegado de Polícia do Estado de São Paulo (PCSP). Professor de Criminologia da Academia de Polícia de São Paulo (ACADEPOL) e Direito Penal da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Doutorando e Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Segurança, Violência e Justiça (SEVIJU) da UFABC.

Em resumo, a criminologia verde é uma área em constante evolução e desenvolvimento, que busca entender e prevenir o crime ambiental e seus impactos negativos na sociedade e no meio ambiente, tendo como foco principal a proteção e preservação dos recursos naturais e do bem-estar das pessoas e comunidades afetadas.

A abordagem decolonial para a criminologia verde destaca a importância da compreensão dos impactos desiguais e interconectados dos danos socioambientais em diferentes partes do mundo. Ela reconhece que a questão ambiental é uma questão política e econômica, e não apenas técnica ou científica, e que esses impactos são fruto das desigualdades econômicas, políticas e históricas entre regiões do norte e sul global.

Essa perspectiva crítica da criminologia verde tem como objetivo denunciar as injustiças e os danos causados pelas atividades criminosas relacionadas ao meio ambiente, e cobrar responsabilidade e justiça para as vítimas e as comunidades afetadas. Isso inclui a denúncia da migração de tecnologias poluidoras para países do sul, que acabam por suportar os custos ambientais e humanos mais graves, bem como o reconhecimento das dinâmicas de exploração econômica e colonial que permitem essas condutas criminosas.

Ao estudar as questões ambientais desde uma perspectiva decolonial, a criminologia verde busca contribuir para uma compreensão mais profunda e crítica dos impactos dos danos socioambientais e para a promoção da justiça ambiental em todo o mundo.

Os Yanomami têm uma rica tradição cultural, incluindo a crença em deuses da floresta, rituais religiosos e uma profunda ligação com a natureza. A floresta é vista como uma fonte de vida e os Yanomami acreditam que seu bem-estar é intrinsecamente ligado ao equilíbrio ecológico da região. Essa cultura é transmitida de geração a geração e é vista como uma fonte de orgulho e identidade.

No entanto, a chegada de invasores econômicos, como garimpeiros, madeireiros e exploradores de petróleo, tem causado graves impactos negativos na cultura e na saúde dos Yanomami. A degradação ambiental, a disseminação de doenças e a violência são apenas alguns dos problemas enfrentados pela comunidade. Além disso, a exploração econômica do seu território sem o seu consentimento e sem o devido respeito aos seus direitos tem ameaçado a integridade do seu modo de vida e a preservação da sua cultura.

A proteção dos direitos dos Yanomami e a preservação de sua cultura e território são questões de importância internacional e é crucial que sejam implementadas medidas para garantir a sua segurança e bem-estar. Isso inclui a revisão e a implementação de políticas públicas que reconheçam e protejam os direitos dos povos indígenas, bem como a garantia da participação desses povos nas decisões que afetam suas vidas e territórios.

Mesmo com a proteção legal da Terra Indígena Yanomami, a presença de garimpeiros e madeireiros ilegais tem sido uma ameaça constante à sobrevivência dos Yanomami e ao meio ambiente. O garimpo ilegal, especialmente, tem causado sérios danos ambientais, como a destruição de florestas, a contaminação do solo e dos rios com mercúrio e a introdução de doenças que afetam diretamente a saúde da população yanomami. Além disso, a invasão de suas terras por pessoas fora da comunidade também tem levado a conflitos e à expropriação de recursos naturais, como o petróleo e o ouro.

A proteção da cultura e dos direitos dos Yanomami é, portanto, um importante desafio para o Estado brasileiro e para a sociedade como um todo. É necessário garantir a implementação eficaz da legislação de proteção à cultura e ao meio ambiente, bem como o fortalecimento da participação dos Yanomami nas decisões que afetam suas vidas e seu território. A construção de uma criminologia crítica, capaz de incluir as dinâmicas de danos socioambientais nessas

regiões, é fundamental para a compreensão desses processos e para a garantia da proteção da cultura e do meio ambiente na região da Amazônia.

Os Yanomami têm uma cosmologia complexa que se expressa em sua religiosidade e seu modo de vida. Eles acreditam que os seres humanos, a natureza, os animais, os alimentos e as doenças têm espíritos que interagem uns com os outros. Eles praticam rituais, cerimônias e oferendas aos espíritos para assegurar a harmonia, a fertilidade e a saúde. Os xapiripê são importantes na vida yanomami, pois têm o poder de curar e de ajudar a resolver conflitos entre as pessoas. A cosmologia yanomami inclui crenças em muitos seres espirituais, como os espíritos da floresta, dos animais, das doenças e das tempestades. A sociedade yanomami é organizada em clãs patrilineares que são compostos por parentes consanguíneos. Eles vivem em aldeias comunitárias e compartilham o trabalho, os alimentos e as decisões políticas. A hospitalidade é uma virtude importante entre os Yanomami e é uma forma de manter a paz e a harmonia entre as aldeias. A agricultura é importante para a subsistência, mas a caça e a pesca também são importantes para a alimentação. Eles cultivam plantas como a mandioca, o milho e o feijão e mantêm relações comerciais com outros povos indígenas. A cultura yanomami é rica e diversa, incluindo danças, música, arte corporal, joalheria e cerâmica. A oralidade é muito valorizada entre os Yanomami e as histórias são transmitidas de geração a geração através de cantos e contos.

De acordo com estudos realizados por geneticistas e lingüistas, os Yanomami não possuem afinidade genética, antropométrica ou lingüística com seus vizinhos atuais, o que leva a crer que são descendentes de um grupo indígena que se manteve relativamente isolado desde uma época distante. A tradição oral Yanomami e documentos antigos apontam a Serra Parima como o centro histórico do habitat dos Yanomami. Entre os séculos XIX e XX, houve uma expansão geográfica deste grupo, provocada pelo crescimento demográfico, que foi possibilitado pela aquisição de novas ferramentas e plantas de cultivo através de trocas e guerras com grupos indígenas vizinhos. Até o fim do século XIX, os Yanomami mantinham contato apenas com outros grupos indígenas. Os primeiros contatos diretos com a sociedade regional ocorreram nas décadas de 1910 a 1940, e foram seguidos pela abertura de postos do SPI, missões católicas e evangélicas na década de 1940 a 1960. Estes postos estabeleceram pontos de contato permanente com o grupo Yanomami, mas também foram fontes de surtos epidêmicos graves.

Os Yanomami foram submetidos a formas de contato maciço com a fronteira econômica regional nas décadas de 1970 e 1980, resultando em perdas demográficas, degradação sanitária e desestruturação social. A implantação de projetos de desenvolvimento, como a abertura da estrada Perimetral Norte e programas de colonização, juntamente com a descoberta de jazidas minerais na região, desencadeou a invasão garimpeira na terra yanomami. Na década de 1980, a corrida do ouro atraiu cerca de 30 a 40.000 garimpeiros para a área, cinco vezes a população indígena residente. Embora a intensidade da corrida tenha diminuído, núcleos de garimpagem ainda existem na terra yanomami, causando violência e graves problemas sanitários e sociais. Além disso, outras atividades econômicas, como agricultura comercial, empreendimentos madeireiros e mineração, continuam ameaçando o território e os direitos dos Yanomami.

No contexto do povo Yanomami, a criminologia verde tem se concentrado na análise de atividades como a invasão garimpeira, que tem causado graves danos à sua cultura, saúde e meio ambiente, bem como na promoção de políticas e medidas que visem proteger o seu território e garantir o direito à sua terra. A criminologia verde é uma importante ferramenta para compreender as interações complexas entre questões ambientais e criminais, bem como para desenvolver estratégias eficazes de proteção ao meio ambiente e às comunidades indígenas, como os Yanomami.

Referências Bibliográficas

- Beirne, Piers (1999). For a nonspeciesist criminology: Animal abuse as an object of study. *Criminology* 37, 1: 117-148.
- Beirne, Piers (2009). *Confronting animal abuse: Law, criminology, and human-animal relationships*. Rowman & Littlefield Publishers.
- Beirne, Piers; South, Nigel (2013). *Issues in Green Criminology: confronting harms against environments, humanity and other animals*. New York: Routledge.
- Brisman, Avi, and Nigel South (2013). A green-cultural criminology: An exploratory outline. *Crime, Media, Culture* 9, 2: 115-135.
- Commoner, Barry (1990). "After 20 Years: The Crisis of Environmental Regulation". *New Solutions*. 1 (1): 22–29. doi:10.2190/ns1.1.g. PMID 22910312.
- Dahl, Richard (2010). "Greenwashing: Do You Know What You're Buying?". *Environmental Health Perspectives*. 118 (6): a246–a252. doi:10.1289/ehp.118-a246. PMC 2898878. PMID 20515714.
- Gibbs, Carole; McGarrell, Edmund F.; Axelrod, Mark (2010-08-01). "Transnational white-collar crime and risk". *Criminology & Public Policy*. 9 (3): 543–560. doi:10.1111/j.1745-9133.2010.00649.x. ISSN 1745-9133.
- Gore, Meredith L. (2011). "The Science of Conservation Crime". *Conservation Biology*. 25 (4): 659–661. doi:10.1111/j.1523-1739.2011.01701.x. ISSN 1523-1739. PMID 21771074.
- Gore, Meredith L.; Lute, Michelle L.; Ratsimbazafy, Jonah H.; Rajaonson, Andry (2016a). "Local Perspectives on Environmental Insecurity and Its Influence on Illegal Biodiversity Exploitation". *PLOS ONE*. 11 (4): e0150337. doi:10.1371/journal.pone.0150337. ISSN 1932-6203. PMC 4833313. PMID 27082106.
- Gore, Meredith L.; Ratsimbazafy, Jonah; Rajaonson, Andry; Lewis, Amanda; Kahler, Jessica S (2016b). "Public perceptions of poaching risks in a biodiversity hotspot: Implications for wildlife trafficking interventions".
- Gore, Meredith L.; Ratsimbazafy, Jonah; Lute, Michelle L. (2013). "Rethinking Corruption in Conservation Crime: Insights from Madagascar". *Conservation Letters*. 6 (6): 430–438. doi:10.1111/conl.12032. ISSN 1755-263X.
- Kangun, N., Carlson, L., & Grove, S. (1991). Environmental Advertising Claims: A Preliminary Investigation. *Journal of Public Policy & Marketing*, 10(2), 47-58. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/30000235>.
- Long, Michael A., Paul B. Stretesky, Michael J. Lynch and Emily Fenwick (2012). Crime in the Coal Industry: Implications for Green Criminology and Treadmill of Production Theory. *Organization & Environment* 25,3: 299-316.
- Lynch M J (1990) The greening of criminology: a perspective for the 1990s *Crit. Criminologist* 2 3–4, 11–12.
- Lynch, M J and Stretesky, Paul B (1998). Uniting Class and Race with Criticism Through the Study of Environmental Justice. *The Critical Criminologist*. Fall: 1, 4-7.
- Lynch, Michael J., Michael A. Long, Kimberly L. Barrett and Paul B. Stretesky (2013). Is it a Crime to Produce Ecological Disorganization? Why Green Criminology and Political Economy Matter in the Analysis of Global Ecological Harms. *British Journal of Criminology* 55, 3; 997-1016.
- Moran, D., & Jewkes, Y. (2014) Green' Prisons: Rethinking the 'Sustainability' of the Carceral Estate' *Geographica Helvetica*, vol 69: 345-353.

Solomon, Jennifer N.; Gavin, Michael C.; Gore, Meredith L. (2015). "Detecting and understanding non-compliance with conservation rules". *Biological Conservation*. Detecting and Understanding Non-compliance with Conservation Rules. 189: 1–4. doi:10.1016/j.biocon.2015.04.028.

PAGOTTO, Erico Luciano. Greenwashing: os conflitos éticos da propaganda ambiental. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-22072013-141652/en.php>>. Acesso em: 24 set. 2019.

Pires, Stephen, and Ronald V. Clarke (2012). Are parrots CRAVED? An analysis of parrot poaching in Mexico. *Journal of research in crime and delinquency* 49, 1: 122-146.

Ramus, C. A., & Montiel, I. (2005). When Are Corporate Environmental Policies a Form of Greenwashing? *Business & Society*, 44(4), 377–414. <https://doi.org/10.1177/0007650305278120>.

Ruggiero, Vincenzo, and Nigel South (2013). Green criminology and crimes of the economy: theory, research and praxis. *Critical Criminology* 21, 3: 359-373.

Schnaiberg, A. (1980). *The environment: From surplus to scarcity*. New York, NY: Oxford University Press.

South, Nigel (2007). The 'corporate colonisation of nature': Bio-prospecting, bio-piracy and the development of green criminology. Pp. 230-247 in P. Beirne and N. South's (ed), *Issues in green criminology*. Devon, UK: Willan.

South N and Beirne P. (1998) Editors' introduction. *Theoretical Criminology* 2(2): 147–148.

South, Nigel, Avi Brisman, and Piers Beirne. (2013). A guide to a green criminology. Pp. 27-42 in N. South and A. Brisman (eds), *The Routledge international handbook of green criminology*. UK: Routledge.

Walters, Reece (2006). Crime, bio-agriculture and the exploitation of hunger. *British Journal of Criminology* 46, 1: 26-45.

Walters, Reece (2007). Food crime, regulation and the biotech harvest. *European Journal of Criminology* 4, 2: 217-235.

Walters, Reece (2010). Toxic atmospheres air pollution, trade and the politics of regulation. *Critical Criminology* 18, 4: 307-323.

Watson, B. (2017). The troubling evolution of corporate greenwashing. *Chain Reaction*, (129), 38.

White, Rob (2011). *Transnational environmental crime: Toward an eco-global criminology*. UK: Routledge; Ellefsen, Rune, Guri Larsen, and Ragnhild Sollund (eds). 2012. *Eco-global Crimes: Contemporary Problems and Future Challenges*. UK: Ashgate Publishing, Ltd.

White, Rob (2009). Researching Transnational Environmental Harm: Toward an Eco-Global Criminology. *International journal of comparative and applied criminal justice* 33, 2: 229-248.

White, R., & Graham, H. (2015) 'Greening Justice: Examining the Interfaces of Criminal, Social and Ecological Justice' *British Journal of Criminology* [Advance Online Access]: 1-21.

White, Rob. (2008). *Crimes Against Nature: Environmental Criminology and Ecological Justice*. Cullompton: Willan Publishing.

Wyatt, Tanya. *Green criminology & wildlife trafficking: The illegal fur and falcon trades in Russia Far East*. LAP Lambert Academic Publishing, 2012.

Nota Técnica

16. ANÁLISE DE DADOS DE AÇÕES JUDICIAIS RELACIONADAS À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) JULGADAS PELO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO NO ANO DE 2022

Cinira Gomes Lima Melo³⁹
Daniel Bushatsky⁴⁰

Resumo Executivo

A presente nota técnica tem por objetivo estudar os dados levantados pelo OPICE BLUM, em janeiro de 2023, em trabalho de jurimetria, sobre as ações judiciais envolvendo violação de direitos protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados julgadas pelo Superior Tribunal de Justiça e sete Tribunais de Justiça de diferentes Estados da federação. O estudo pretende analisar os dados apresentados considerando, especialmente, a motivação das ações ajuizadas, bem como, a natureza das condenações proferidas à luz da legislação vigente.

Palavras-Chave: Proteção de dados. Privacidade. Indenização. Poder Judiciário.

Introdução

A Lei nº 13.709/18, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)⁴¹, em vigor desde 2020, incitou uma nova visão da sociedade e das empresas sobre o cuidado e preocupação com a proteção dos dados e a privacidade das pessoas e, conseqüentemente, de seus dados pessoais, com reflexo direto no Poder Judiciário.

Na verdade, a LGPD somente aprofundou o tema. A Constituição Federal de 1988 já assegura, no inciso X, do seu Art. 5º⁴², a todos o direito a intimidade. Ao longo do tempo e com o desenvolvimento tecnológico, outras leis como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11) e, posteriormente, o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14) sinalizaram a necessidade de proteção dados e sensibilização no que diz respeito ao resguardo dos dados pessoais que transitam dentro das organizações e a interação destas com a sociedade civil. Explica-se: associações, sociedades empresárias, fundações colhem dados pessoais da população e, não raro, alienam esses dados para terceiros sem o consentimento de seus titulares.

Para ajudar a resolver a questão foi promulgada a LGPD que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de

³⁹ **Cinira Gomes Lima Melo.** Doutora em Direito Comercial pela PUC/SP. Advogada. Professora de Direito Empresarial da Universidade Municipal de São Caetano do Sul e da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

⁴⁰ **Daniel Bushatsky.** Doutor e Mestre em Direito Comercial pela PUC/SP. Professor de Direito Empresarial na Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (COGEAE). Professor do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Professor de Arbitragem e Mediação na Universidade Municipal de São Caetano. Sócio da Advocacia Bushatsky.

⁴¹ A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020 parcialmente, ficando de fora a parte das sanções administrativas que passaram a ser exigíveis a partir de 1º agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

⁴² Art. 5º, Constituição Federal: (...) X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. (...).

direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, bem como cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) que tem como objetivo regular, normatizar e fiscalizar o cumprimento da legislação, através de Portarias e Resoluções.

Neste caminho, fundamental analisar como o Poder Judiciário está lidando com a LGPD. Quais são as reclamações da população que “paravam” no Poder Judiciário? As alegações são provadas e acolhidas? Há punição? Quais são os valores das eventuais indenizações?

Para responder as questões acima, a Opice Blum divulgou, no início de fevereiro de 2023, o LGPD_LOOKOUT – Relatório Anual de Jurimetria 2022 (“Relatório”) (OPICE BLUM, 2023) com dados e informações substanciais a respeito da aplicação da LGPD em processos judiciais e as respectivas decisões, com o objetivo de destacar situações relevantes, sendo consideradas apenas decisões proferidas em segunda instância nos Tribunais de Justiça da Bahia, Goiás, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal e Territórios, Paraná, Rio de Janeiro e no Superior Tribunal de Justiça, com filtro específico para decisões que tratam, no mérito, de temas dispostos na LGPD.

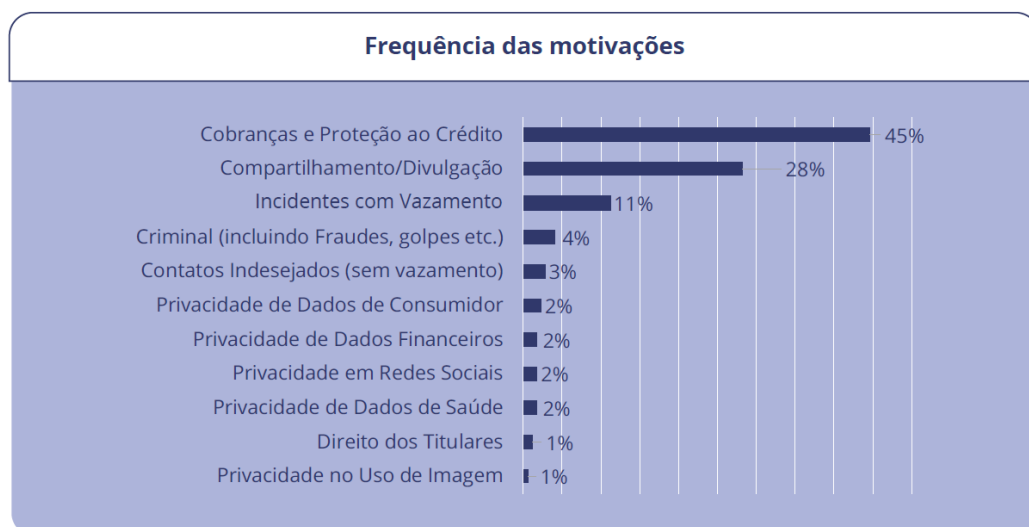
No Relatório foram analisadas, num primeiro momento, 438 decisões judiciais, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, porém, constatou que somente 177 (cento e setenta e sete) decisões judiciais tratam de matéria da LGPD, e 261 (duzentos e sessenta e uma) decisões somente mencionavam a LGPD sem tratar, especificamente, da matéria.

Relevante ressaltar que a maioria absoluta das ações, ou seja, 84% delas, são oriundas do Estado de São Paulo, sendo julgadas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP).

Dos tópicos apontados no Relatório, destaca-se aqui dois: Motivação das ações judiciais e a Natureza das condenações.

As principais motivações das decisões judiciais

O relatório apontou os principais argumentos que motivaram o ajuizamento das ações judiciais e os resultados obtidos para cada um deles. Observe-se o gráfico abaixo:



Fonte: OPICE BLUM, 2023.

Diante dos dados informados, observa-se a existência de quatro grupos que concentraram as demandas judiciais relativas à LGPD no ano de 2022: (i) Cobrança e Proteção ao Crédito; (ii) Compartilhamento/Divulgação; (iii) Incidentes com Vazamento; e, (iv) Crimes.

Analisando o Relatório, percebe-se que o ponto fulcral das ações está centrado em três motivações: cobranças e proteção de crédito, com 45%, e, não é de se espantar, a quebra da privacidade e o compartilhamento de dados pessoais sem autorização expressa do titular, com 28% e 11%, respectivamente.

Com relação ao compartilhamento de dados para cobrança e proteção de crédito, importante ressaltar que tal hipótese é permitida pela LGPD, dispensando-se o consentimento do consumidor nesses casos. Como se verá a seguir, tal permissão impacta no número de ações não acolhidas pelo Poder Judiciário.

No que se refere ao compartilhamento sem autorização e à quebra de privacidade, vale lembrar que o Art. 2º, Inciso II, da LGPD, estabelece a autodeterminação informativa, que é o direito que cada indivíduo tem de controlar e proteger seus dados pessoais. É compreendido como forma de garantir o controle do cidadão sobre suas próprias informações⁴³.

Além destes, outros temas foram recorrentes nas ações analisadas, como falta de transparência, desvio de finalidade, direito dos titulares e segurança/vazamento.

O relatório cita que 82% das situações em que se identifica o tratamento de dados pessoais para finalidades inadequadas ao contexto dado ao tratamento geraram algum tipo de condenação (OPICE BLUM, 2023, p. 10).

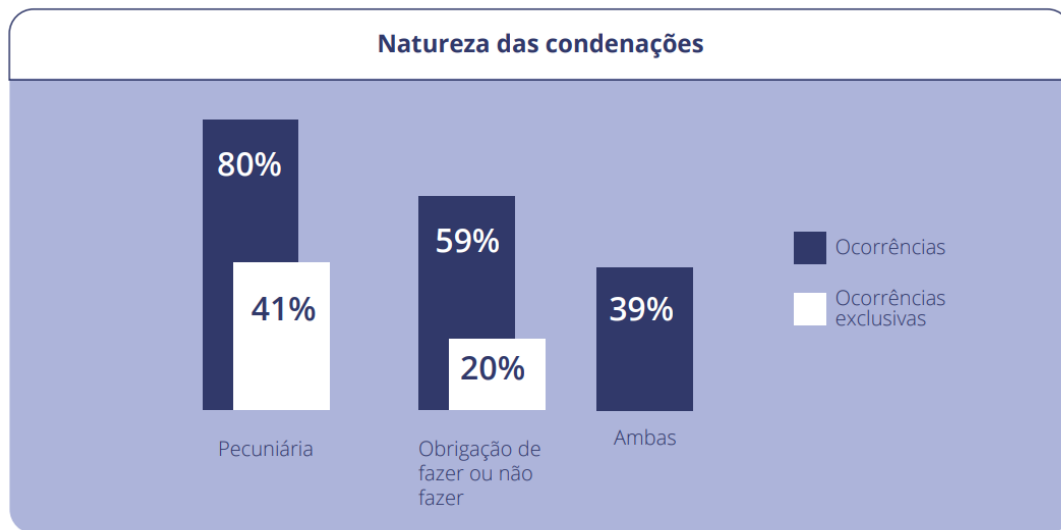
Percebe-se que, embora o Poder Judiciário venha sendo demandado por causas relacionadas aos direitos protegidos pela LGPD, um número expressivo ainda diz respeito ao compartilhamento de dados em razão cobrança de dívidas e proteção de crédito, o que não constitui violação e reflete a necessidade de maior estudo e conhecimento da legislação.

Natureza das condenações

Em decisões cujo objeto girava em torno de matérias relacionadas à LGPD, verificou-se que a maioria não resultou em condenação ou manutenção da condenação, sendo que 57% das ações analisadas não resultaram em condenações (OPICE BLUM, 2023, p. 9).

Nos casos em que a condenação efetivamente ocorreu, identifica-se que as sanções se concentram nas Pecuniárias (Dano Moral e Material) e da Obrigação de Fazer ou Não fazer, ou em alguns casos, ambos:

⁴³ Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos: I - o respeito à privacidade; II - a autodeterminação informativa; III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.



Fonte: OPICE BLUM, 2023.

As decisões judiciais que têm por base a pecúnia condenam o violador dos dados ao pagamento de indenização pelos danos morais e materiais sofridos pela vítima.

Sobre os danos morais, Gonçalves ensina: “(...) *Dano moral é o que atinge o ofendido como pessoa, não lesando seu patrimônio. É lesão de bem que integra os direitos da personalidade, como a honra, a dignidade, a intimidade, a imagem, o bom nome, etc (...)*” (GONÇALVES, 2014, p. 387).

Já o dano material ou patrimonial, por sua vez, é representado pelo efetivo prejuízo sofrido pela vítima em razão da conduta do agente opressor.

Assim, a condenação ao pagamento de indenização deve recompor o patrimônio do ofendido e provocar no ofensor o receio de não repetir a violação. Trata-se do caráter repressivo e preventivo da responsabilidade civil, respectivamente.

No âmbito da LGPD, o Relatório demonstrou que as condenações envolvendo danos morais tiveram por motivações: compartilhamento e divulgação indevida dos dados, cobranças indevidas, privacidade em redes sociais, privacidade de dados do consumidor e crimes, especialmente golpes e fraudes (OPICE BLUM, 2023, p. 20).

Ainda com relação aos danos morais, o Poder Judiciário admite a presunção dos danos decorrentes de determinadas situações, como negativação indevida, o chamado dano moral *in re ipsa*. Nos casos envolvendo a LGPD, entretanto, o Relatório retrata que referidos danos morais, em 65% dos casos, devem ser efetivamente comprovados pelas vítimas, não se aplicando qualquer presunção (OPICE BLUM, 2023, p. 10).

Já os danos materiais são representados pelo montante efetivamente dispendido pelo usuário ou pelo que deixou de ganhar em razão da violação (danos emergentes e lucros cessantes). No âmbito da LGPD, tais prejuízos decorrem de crimes, especialmente, golpes e fraudes, cobranças indevidas e compartilhamento e divulgação indevida dos dados (OPICE BLUM, 2023, p. 19).

Quando a condenação tem por objeto a Obrigação de fazer ou não fazer, o Poder Judiciário determina a adoção de providências no sentido de cessar a violação, dentre elas: (I) Exclusão de Dados Pessoais; (II) Abstenção de Divulgação/Compartilhamento; (III) Fornecimento de

Dados Pessoais e (IV) Prestação de informações. O direito à exclusão dos dados violados é o mais pleiteado, representando 67% das condenações (OPICE BLUM, 2023, p. 15).

Por fim, no que se refere ao valor das condenações de natureza pecuniária, resumidamente (OPICE BLUM, 2023, p. 17-20):

- Em geral, variaram de R\$ 280,00 (Duzentos e oitenta reais) a R\$ 25.849,00 (Vinte e cinco mil e oitocentos e quarenta e nove reais);
- Há tendência mais forte para condenações arbitradas em números redondos de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) em 13% dos casos; R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) em 15% dos casos; e, R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) em 41% dos casos;
- As ações de motivação criminal, incluindo fraudes e golpes, tiveram as condenações fixadas em valores mais altos, variando entre R\$ 2.399,00 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais) e R\$ 25.849,00 (Vinte e cinco mil e oitocentos e quarenta e nove reais);
- A menor média de valores indenizatórios concentra-se nas ações motivadas por Compartilhamento/Divulgação de dados, valores entre R\$ 1.000,00 (Um mil reais) e R\$ 3.000,00 (Três mil reais);

No que se refere à quantificação do dano moral, fundamental é a lição de Gonçalves: “(...) O problema da quantificação do dano moral tem preocupado o mundo jurídico em virtude da proliferação das demandas, sem que existam parâmetros seguros para sua estimativa. Enquanto o ressarcimento do dano material procura colocar a vítima no estado anterior, recompondo o patrimônio afetado mediante a aplicação da fórmula ‘danos emergentes-lucros cessantes’, a reparação do dano moral objetiva apenas uma compensação, um consolo, sem mensurar a dor.” (2014, p. 407).

O autor citado relata o problema enfrentado pelo Poder Judiciário ante a falta de critérios objetivos para fixação das condenações envolvendo danos morais, considerando o seu caráter repressivo e preventivo. Tal discussão é objeto de inúmeros estudos jurídicos. Quando as condenações envolvem danos materiais, entretanto, os critérios são objetivos e o prejuízo deve se comprovado por documentos.

Assim, esse parece ser o motivo pelo qual se verifica a discrepância entre os valores de indenizações em casos distintos e a tendência por valores arredondados entre R\$ 3 mil, R\$ 5 mil e R\$ 10 mil reais, como visto acima.

Considerações finais

Diante das informações coletadas e analisadas, pode-se constatar que a sociedade em geral está, a cada dia, mais preocupada com a proteção de seus dados pessoais, bem como, mais conscientes de seus direitos, buscando no Poder Judiciário indenização por danos materiais e morais.

Percebe-se, ademais, a necessidade de estudo mais aprofundado sobre a aplicação da referida legislação, diante do número de casos não acolhidos pelo Poder Judiciário, por tratarem de hipóteses permissivas de compartilhamento de dados, especialmente relacionados à cobrança e proteção do crédito.

Os autores, ainda, esperam que o Poder Judiciário considere a necessidade de se cumprir o caráter repressivo e preventivo das condenações pecuniárias, estabelecendo valores que

efetivamente desestimulem a prática reiterada das violações aos direitos protegidos pela LGPD.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

GONÇALVES. Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume 4: responsabilidade civil.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

OPICE BLUM. **Relatório Anual de Jurimetria 2022.** Disponível em: <https://opiceblum.com.br/wp-content/uploads/2019/07/09-relatorio-jurimetria-2022.pdf>. Acesso em 15.02.2023.

Nota Técnica

17. APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NOS ÓRGÃOS SUPERIORES DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Regina Rossetti⁴⁴

Resumo Executivo

A nota técnica identifica aplicações de Inteligência Artificial no STF, STJ e CNJ. Esses Órgãos Superiores do Poder Judiciário Brasileiro utilizam sistemas de Inteligência Artificial para algumas atividades no intuito de maior celeridade na gestão processual.

Palavras-chave: *Inteligência Artificial. Poder Judiciário. Tribunais Superiores.*

O relatório do CNJ, Justiça em números 2021⁴⁵, ao tratar da atuação inovadora do Poder Judiciário durante o período da pandemia, concluiu que a pandemia da covid-19 em 2020 foi um momento de reinvenção dos fluxos de trabalho no âmbito do Poder Judiciário, em que se empregou diversas medidas inovadoras e tecnológicas para a continuidade da prestação jurisdicional. Segundo o relatório, além de o Poder Judiciário ter desenvolvido medidas reativas especificamente em atendimento ao direito de acesso à Justiça no contexto pandêmico, no caso o Juízo 100% Digital e o Balcão Virtual, também foi capaz de planejar e estruturar prospectivamente através de uma atuação estratégica de iniciativas digitais encadeadas no Programa Justiça 4.0. Há, portanto, tanto uma atuação de mitigação dos efeitos da pandemia quanto um planejamento de macrovisão para pensar a Justiça 4.0 do futuro.

O Juízo 100% Digital é a possibilidade de o cidadão valer-se da tecnologia para ter acesso à Justiça sem precisar comparecer fisicamente nos Fóruns, uma vez que todos os atos processuais serão praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto pela internet. Isso vale, também, para as audiências e sessões de julgamento que podem ocorrer por videoconferência. Essa iniciativa foi instituída por meio da Resolução n. 345, de 9 de outubro de 2020. O projeto “Balcão Virtual” tem o objetivo de disponibilizar no sítio eletrônico de cada tribunal uma ferramenta de videoconferência que permita imediato contato com o setor de atendimento de cada unidade judiciária (popularmente denominado como balcão) durante o horário de atendimento ao público. A iniciativa foi regulamentada por meio da Resolução n. 372, de 12 de fevereiro de 2021, em atenção à necessidade de manutenção de um canal

⁴⁴ **Regina Rossetti.** possui Pós-Doutorado e Doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo, Mestrado e Graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Especialista em Direito Digital pela Escola Brasileira de Direito e Bacharel em Direito pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Atualmente é docente e gestora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS.

⁴⁵ Conselho Nacional de Justiça. *Justiça em números 2021*. Brasília: CNJ, 2021. p.12. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-justica-em-numeros2021-221121.pdf>

permanente de comunicação entre os jurisdicionados e as secretarias e serventias judiciais durante o horário de atendimento ao público, mormente em período de pandemia.

O Poder Judiciário finalizou o ano de 2020 com 75,4 milhões de processos em tramitação, que aguardavam alguma solução definitiva. O uso de Inteligência Artificial se encontra em franca expansão nos Tribunais brasileiros em busca de maior celeridade na gestão processual.

O Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da Fundação Getúlio Vargas (CIAPJ/FGV), sob a coordenação do Ministro Luís Felipe Salomão, realizou uma interessante pesquisa sobre “Inteligência Artificial: Tecnologia aplicada à gestão dos conflitos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro”⁴⁶ coordenado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça Luís Felipe Salomão. O objetivo da pesquisa é realizar um levantamento do uso da inteligência artificial em determinados tribunais brasileiros, cuja amostra abrangeu o Supremo Tribunal Federal - STF, o Superior Tribunal de Justiça - STJ, o Tribunal Superior do Trabalho - TST, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Tribunais Regionais Federais e os Tribunais de Justiça. Os dados levantados apontam que cerca de metade dos tribunais brasileiros possuem projeto de inteligência artificial em desenvolvimento ou já implantados.

Destaca-se da pesquisa realizada pela FGV os estudos das ferramentas de Inteligência Artificial utilizadas pelos órgãos superiores do Poder Judiciário de atuação geral: o Superior Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho Nacional de Justiça. Esses sistemas de Inteligência Artificial são: VICTOR, Athos, Sócrates, E-juris, TUA e Sinapses, cujas funcionalidades são descritas no Quadro 1 que foi elaborado a partir dos resultados da pesquisa publicada no relatório “Inteligência Artificial: Tecnologia aplicada à gestão dos conflitos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro” do CIAPJ/FGV.

⁴⁶ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Inteligência artificial**: tecnologia aplicada à gestão de conflitos no âmbito do Poder Judiciário. Coordenação Luis Felipe Salomão, 2020. Disponível em: https://ciapj.fgv.br/sites/ciapj.fgv.br/files/estudos_e_pesquisas_ia_1afase.pdf

Quadro 1

Órgão	Inteligência Artificial	Funcionalidades
STF Superior Tribunal Federal	VICTOR	Executar a identificação dos recursos que se enquadram em um dos 27 temas mais recorrentes de repercussão geral e a respectiva devolução aos tribunais de origem. Proceder à identificação e à separação das cinco principais peças dos autos: acórdão recorrido, o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário, petição do recurso extraordinário, sentença e agravo no recurso. Trabalhar com a funcionalidade de agrupamento por similaridade em sua próxima versão.
STJ Superior Tribunal de Justiça	Athos	Possibilitar o agrupamento automático por similares, a busca por similares, o monitoramento de grupos e a pesquisa textual. Atuar na rotina de identificação de acórdãos similares aos que já constam na base de dados de jurisprudência, a fim de que sejam agrupados, evitando-se, assim, a poluição da base. Atuar na identificação de processos que têm a mesma controvérsia jurídica, com vistas à fixação de teses vinculantes. Atuar na identificação de matéria de notória relevância; entendimentos convergentes e/ou divergentes entre órgãos do STJ; possíveis distinções ou superações de precedentes qualificados.
	Sócrates	Realizar o monitoramento, o agrupamento de processos e a identificação de precedentes. Identificar grupos de processos similares em um universo de 100 mil processos, realizando a comparação de todos entre si em menos de 15 minutos. É destinado aos gabinetes dos Ministros.
	E-Juris	Realizar a extração das referências legislativas e jurisprudência citadas no acórdão do STJ para auxílio da tarefa de cadastro das que efetivamente embasaram os votos dos Ministros na composição do acórdão e de descarte das que foram meramente citadas. Apontamento dos acórdãos publicados principais e sucessivos de mesmos temas jurídicos. É destinado à Secretaria de Jurisprudência.
	TUA	Identificar o assunto do processo pelo sistema, de forma automática, para fins de distribuição às seções do STJ conforme o ramo do direito em que atuam: Direito Público (Primeira), Direito Privado (Segunda) e Direito Penal (Terceira).
CNJ Conselho Nacional de Justiça	Sinapses	O sistema Sinapses é uma plataforma para desenvolvimento e disponibilização, em larga escala, de modelos de inteligência artificial por outros tribunais que poderão operá-las de forma independente, consumindo micros serviços. Dentre as funcionalidades presentes na Plataforma, podemos elencar as seguintes: . Treinamento supervisionado para modelos de <i>machine learning</i> (classificação de documentos, extração de texto); . Versionamento de modelos, auditabilidade dos modelos; . Interface para importar <i>datasets</i> ; . Ambiente <i>multi-tenant</i> ; . Aprendizado por reforço. Os seguintes modelos estão sendo desenvolvidos no ambiente da Plataforma: • Movimento Inteligente: tem por finalidade sugerir o movimento que será aplicado no despacho (gratuidade de justiça, mero expediente, dentre outros); • Prevenção: identifica casos possíveis de prevenção; • Similaridade processual: identifica similaridade entre documentos, a partir de um documento escolhido; • Acórdão Sessões: identifica e extrai partes de um acórdão, como ementa, relatório e voto; • Gerador de texto jurídico (<i>autocomplete</i>); • Sumarizador: realiza resumos customizados de textos, reduzindo conforme o parâmetro recebido; • Triagem de Grande Massa: classifica as petições iniciais de acordo com temas pré-estabelecidos; • Verifica Petição: classifica um documento, informando se constitui ou não uma petição inicial.

Fonte: Relatório de pesquisa Inteligência Artificial, CIAPJ/FGV.

Além do Poder Judiciário, o Poder Executivo e nos órgãos de controle também se tem utilizado tecnologia de processamento de dados e análise de dados em grande escala. No Tribunal de Contas da União -TCU conta com os robôs Alice, Sofia e Mônica. Alice faz análise de Licitações e Editais e identifica indícios de irregularidades; Sofia é um sistema de orientação de fatos e indícios para o auditor; Mônica é painel que mostra todas as compras públicas.

Portanto, o setor público está usando cada vez mais sistemas de Inteligência Artificial para a automação de atividades ordinárias, para tomar decisões automatizadas sem a intervenção humana por meio de algoritmos decisórios e para amparar decisões ainda tomadas por humanos. Trata-se de um novo ambiente digital e interconectado em que agentes humanos e agentes não-humanos compartilham procedimentos na gestão pública.

Nota Técnica

18. ASSÉDIO: REALIDADE QUE PRECISA SER COMBATIDA NO BRASIL

Rita Serrano⁴⁷

Resumo Executivo

Esta nota técnica aborda o tema do assédio moral e sexual.

Palavras-chave: Assédio moral. Assédio sexual. Violência contra a mulher. Lei Maria da Penha.

O assédio moral no local de trabalho é um fenômeno antigo. Realidade de grande parte dos ambientes corporativos, é um assunto mais presente nos espaços acadêmicos, jurídicos e sindicais. Apesar de viver as situações de abusos de forma recorrente, o debate sobre este tema é quase inexistente nas camadas mais populares da classe trabalhadora. A falta de ferramentas de combate, canais de denúncias e conscientização sobre práticas de assédio contribuiu para a criação de uma realidade de subnotificação de casos no Brasil.

Margarida Barreto, professora e pesquisadora, que foi pioneira nos estudos sobre assédio moral e sexual no Brasil, conceitua que a prática consiste na “exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, com o objetivo de forçar o empregado a desistir do emprego”.

A pesquisadora classifica o assédio em dois fenômenos chamados de vertical e horizontal. De acordo com Margarida, “o fenômeno vertical se caracteriza por relações autoritárias, desumanas e aéticas, onde predomina os desmandos, a manipulação do medo, a competitividade, os programas de qualidade total associada à produtividade.”

Já o fenômeno horizontal é relacionado à pressão para produzir com qualidade e baixo custo. Margarida defende que “o enraizamento e disseminação do medo no ambiente de trabalho reforçam atos individualistas, tolerância aos desmandos e práticas autoritárias no interior das empresas que sustentam a ‘cultura’ do contentamento geral”. Para ela, neste processo, os trabalhadores assediados escondem as humilhações e quem está “sadio” trabalha com medo de adoecer e incorpora o padrão discursivo da liderança contra quem adoeceu criando uma espiral de humilhação.

Uma outra realidade que assombra são os assédios de cunho sexual. De acordo com dados do Ministério Público do Trabalho (MPT), o volume de denúncias em locais de trabalho foi maior em 2022. O procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos, afirmou que as queixas recebidas pelo órgão até junho representavam 63% das notificações de todo o ano de 2021. Foram 300 denúncias até junho de 2022, contra 474 do ano anterior.

⁴⁷ **Rita Serrano.** É presidenta da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Entre 2017 e 2022, representou os empregados no Conselho de Administração da CAIXA. É mestra em Administração e graduada em história. Autora de vários artigos e livros, entre eles: “Caixa, banco dos brasileiros” (2018); “Rompendo Barreiras” (2022). Coautora nos livros “Se é Público é para todos” (2018), “O Futuro é Público (2020)”. É pesquisadora voluntária do Observatório Conjucscs da USCS.

A realidade na CAIXA

Infelizmente, o ano de 2022 também foi marcante para a CAIXA devido às denúncias de assédio sexual e moral atribuídas ao então presidente do banco, Pedro Guimarães, que foram responsáveis por abrir um portal para a realidade das condições enfrentadas pelos empregados e empregadas. A Corregedoria do banco estatal desenvolveu um relatório final sobre o caso com cerca de 500 páginas, elaborado com base em 50 depoimentos de vítimas e testemunhas. A conclusão da corregedoria foi encaminhada para os órgãos competentes e aguarda decisão final.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) também produziu um relatório da Ação Civil Pública que investigou, pela primeira vez na história, as denúncias do tipo contra um dirigente do alto escalão do banco. O documento apresentou dados internos alarmantes sobre as condições de trabalho a que os empregados e empregadas estavam submetidos. Desde que foi designado ao cargo por Jair Bolsonaro, em 2019, os casos de assédio e afastamentos médicos explodiram sob a gestão anterior. Os dados analisados mostram que a média de denúncias por assédio entre 2012 e 2018 era de 80 por ano. Já em 2019, até a saída do ex-presidente em 2022, a média anual era de 157 denúncias e depois que o caso se tornou público e notório, o número chegou a 561.

Os casos dentro da CAIXA deixaram evidente a necessidade de avançarmos no desenvolvimento e aprimoramento de mecanismos de denúncia e combate a este tipo de violência. Mostraram também que é necessário aprimorar políticas de enfrentamento de todos os tipos de agressão contra a mulher, seja física, psicológica, econômica ou sexual, no ambiente doméstico, público ou no local de trabalho.

Assédio Organizacional

+Os estudos sobre o tema desenvolvidos ao redor do mundo apontam que o assédio moral pode ser praticado de forma interpessoal, contra um indivíduo, mas também pode fazer parte do modelo de gestão da empresa. Neste caso é conhecido como "Assédio Moral Organizacional". As características são gestão por estresse, gestão por injúria e gestão por medo, que são promovidas por gestores da empresa com objetivos administrativos. Esta realidade pode ser analisada a partir da dinâmica do capitalismo na fase neoliberal, que intensifica as disputas e competições entre as corporações. Neste cenário, somado às transformações no mundo do trabalho a partir da interferência do mercado nas legislações trabalhistas, promovendo perda de direitos, modelos de criação de programas de metas abusivas, intensificação de competição entre os trabalhadores, rankings e outras práticas, os assédios deste tipo passam a se intensificar nos ambientes de trabalho.

Durante o governo Bolsonaro, a CAIXA apresentou indícios das práticas já que não foram apenas os índices de assédio que subiram, mas também o número de afastamentos previdenciários em consequência da piora nas condições de trabalho e das mudanças na cultura organizacional do banco. Por trás do discurso da meritocracia presente nos últimos anos, o ex-presidente implantou um modelo de gestão baseado no medo e na intimidação.

Alta rotatividade de empregados em cargos de função e direção, a submissão dos empregados a exercícios de flexão ou atividades vexatórias; a proibição do uso de roupas vermelhas, caracterizando o assédio político; gritos e ameaças. Esta realidade se tornou ainda mais factível nos dados do MPT que apontou que de 2013 a 2018 a média de afastamentos médicos era de 277 funcionários(as) por ano. A partir da gestão de Guimarães, até sua saída em junho de 2022, a média anual passou a ser de 354 funcionários(as) por ano, o que representa 27,79% de aumento. Após a demissão de Pedro Guimarães, o número chegou a 383 afastamentos, alcançando o índice de 44,96%.

Margarida Barreto aponta que este padrão abusivo nas relações trabalhistas causa danos à saúde física e mental, não somente daquele que é excluído, mas de todo o coletivo que testemunha esses atos.

O combate à violência em todas as esferas

Um marco na luta pelo fim da violência contra a mulher é a Lei Maria da Penha, que em 2022 completou 16 anos. Um dos melhores dispositivos do mundo de combate à violência contra a mulher foi desenvolvido pelo movimento de mulheres brasileiro. Escrito por juristas, o projeto foi enviado ao Congresso em 2002 e depois de muita mobilização popular, audiências públicas e diálogo com a sociedade, a proposta foi finalmente sancionada em 7 de agosto de 2006, pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

A Lei Maria da Penha é um marco no Brasil. Ela garante medidas protetivas, varas especiais e diversas ferramentas de atendimento à população feminina em situação de violência, é considerada pela ONU uma das três melhores iniciativas deste tipo no mundo. Porém, 16 anos após a sua aprovação, ela ainda não é completamente aplicada e sofre ameaças de alteração dia após dia.

No contexto da pandemia de covid-19, a violência não diminuiu. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 1 em cada 4 mulheres brasileiras (24,4%) acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses. Isso significa que, ao menos, 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano. Os dados apontam, ainda, que a residência segue como o espaço de maior risco para as mulheres e 48,8% das vítimas relataram que a violência mais grave sofrida no último ano ocorreu em casa. Está clara a necessidade de seguir aprimorando a Lei Maria da Penha e suas ferramentas.

A restrição de circulação proporcionada pela pandemia não reduziu a insegurança das mulheres nos locais públicos. Ainda segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a rua aparece como o segundo lugar com mais risco de violência, com 19,9% dos relatos, já o trabalho aparece como o terceiro local com mais incidência de violência, com 9,4%.

A pesquisa também traz à luz o cenário de violência sexual. Os dados mostram que 37,9% das brasileiras foram vítimas de algum tipo de assédio sexual nos últimos 12 meses, o que equivale a 26,5 milhões de mulheres. O ambiente de trabalho e transporte público são os espaços mais hostis e propícios ao assédio do que festas, por exemplo. Ao menos 8,9 milhões de mulheres, o que representa 12,8%, receberam comentários desrespeitosos no trabalho.

E o que este dado quer nos dizer? O local de trabalho, onde se garante a subsistência da mulher e de sua família, não pode ser um lugar de inseguranças.

Olhando para o futuro

Para transformar essa realidade é necessário avançar na criação de leis efetivas que punam os agressores, sejam em casos interpessoais ou generalizados nas corporações. Na gestão das empresas é preciso humanizar as relações de trabalho, criar processos efetivos que garantam a rentabilidade do negócio e promover espaços de escuta. Não há ninguém mais interessado no sucesso da empresa do que o seu empregado que busca estabilidade em sua carreira. Outras medidas são o aprimoramento de canais de denúncia e a criação de espaços seguros de acolhimento das vítimas. A participação da sociedade também é essencial e pode se dar por meio de canais de comunicação para a conscientização dos trabalhadores e trabalhadoras sobre o tema e, sobretudo, encorajá-los a denunciar e combater esta prática.

Como conselheira eleita pelos trabalhadores, durante anos denunciei essa prática, atuando em conjunto com as entidades sindicais e associativas. Agora, com a responsabilidade de presidir o banco, indicada pelo presidente Lula, tenho a missão de adotar novos paradigmas para humanizar as relações de trabalho e resgatar o orgulho dos empregados em atuar na Caixa.

Uma das primeiras medidas que tomei nesse início de gestão foi realizar uma Pesquisa de Clima Organizacional, prática abandonada pela antiga gestão. Essa ferramenta vai nos auxiliar a dar voz aos empregados, saber de suas angústias, medos, sugestões. Com o resultado vamos direcionar nossa governança para valorizar o corpo funcional, combater todo tipo de assédio e formar novas lideranças.

Essa são apenas algumas medidas de uma gestão que tem o compromisso de combater a fundo a realidade do assédio no ambiente de trabalho. Precisamos olhar para este cenário e criar condições para que as vítimas de abuso se sintam confortáveis em denunciar, sem que haja desconfianças do seu relato ou ameaças de retaliações.

Nota Técnica

19. A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM RELAÇÃO À PRÁTICA DE *BULLYING*

Antonio Aparecido de Carvalho⁴⁸

Resumo Executivo

A presente pesquisa aborda uma temática de extrema relevância social, que é a prática de bullying, sobretudo a prática entre crianças e adolescentes no ambiente escolar. O objetivo é identificar a responsabilidade civil das instituições de ensino em relação à prática de bullying, e quais são as ações possíveis para combater a disseminação do bullying no ambiente escolar.

Palavras-chave: Agressores. Vítimas. Leis. Prevenção. Proteção.

Entendo o bullying

Bullying é uma prática que traz danos à sociedade, pois tanto os agressores quanto as vítimas precisam de ajuda, os agressores por vezes são pessoas que passam por algum tipo de desajuste, seja familiar, de status ou emocional, assim como as vítimas que invariavelmente são pessoas consideradas pelos demais como “diferentes”.

Bullying é a prática de dirigir repetidamente ofensas e chistes a pessoas vulneráveis, com o intuito de humilhar e tirar do sério (FIA BUSINESS SCHOOL, 2023).

O tema é relevante, pois ocorre em todos os ambientes da sociedade, o ambiente escolar é propício para a sua prática entre crianças e adolescentes, erroneamente pessoas entendem como uma fase, contudo há de se evidenciar os transtornos que a prática de bullying pode acarretar às vítimas.

Atualmente vivemos um momento em que infelizmente a intolerância está espalhada em toda a sociedade, sobretudo no ambiente escolar entre crianças e adolescentes.

Oliveira, Pasini e Lewandowski (2013), evidenciam que a prática de *bullying* pode ocorrer em várias tipificações:

- *Bullying* direto físico: violência física, chutes, socos e pontapés.
- *Bullying* direto ou verbal: com xingamentos, apelidos, piadas, humilhação, importunações dentre outros.
- *Bullying* indireto ou relacional: práticas de atos de exclusão, isolamento social, levando à exclusão social.

Segundo a FIA *Business School* (2023) o avanço das tecnologias e uso das redes sociais, desencadearam o *cyberbullying*, caracterizado por ataques à imagem, raça, religião,

⁴⁸⁴⁸ **Antonio Aparecido de Carvalho.** <http://lattes.cnpq.br/3790964579387924>. Doutor em Administração - USCS; Mestre em Administração, Comunicação e Educação – USM; MBA em Marketing- USP; MBA em Gestão e Inovação do Ensino a Distância - USP; Pós-graduado em Administração Financeira – UMESP. Graduado em Ciências Econômicas – IMES e Administração – IMES. Docente e Coordenador do Curso de Administração – FASB. Trabalhou na Caixa Econômica Federal. Parecerista do Guia do Estudante.

orientação sexual, aparência, invariavelmente vezes os agressores distorcem as falas ou modificam fotos, criam perfis falsos e pulverizam palavras de ódio que causam sofrimento às vítimas. Surge a figura do *hater*, aquela pessoa que de forma desproporcional espalha ofensas e dissemina o ódio contra grupo, indivíduos ou minorias. O Brasil é o segundo país que tem registrado mais casos de *ciberbullying*, ficando atrás apenas da Índia (FIA BUSINESS SCHOOL, 2023).

Albuquerque e Maciel (2022) enfatizam que nas relações entre crianças e adolescentes existem os agressores, vítimas, agressores-vítimas e testemunhas: os agressores são pessoas vulneráveis e apresentam baixo desempenho escolar; as vítimas são pessoas com baixa socialização, ansiosas, com baixa autoestima e passivas. Agressores e vítimas são passíveis de consequências negativas em relação aos processos de socialização e aprendizagem. Testemunhas, são os que presenciam os atos praticados, contudo nem sempre tomam medidas contrárias às práticas.

Segundo a FIA *Business School* (2023), os agressores têm o sentimento de poder, são reconhecidos como “valentões”. Já as vítimas, geralmente são pessoas expostas às condições de minorias (*status* social ou problema de saúde).

Hart et al. (2022), fizeram uma pesquisa com o objetivo de identificar a prática do *bullying* no ambiente escolar, a amostra foi composta por 325 alunos de ambos os sexos, com idade entre 9 e 14 anos, oriundos de escolas privadas e públicas. Os resultados demonstraram que os meninos exercem o papel de agressores, praticando violência física. O *bullying* é mais frequente nas escolas públicas. Os autores evidenciam que mais da metade da amostra alega ter sido vítima de alguma forma de *bullying*.

Os dados levantados pelos autores confirmam que no ambiente escolar existe a prevalência de atos relacionados ao *bullying* e de que as instituições de ensino, docentes e familiares precisam ficar atentos e promovam ações de prevenção de tais práticas.

A Responsabilidade das Instituições de Ensino

A priori é necessário que seja feita a distinção entre responsabilidade civil subjetiva e objetiva. Santos, Leitão e Wolkart (2022) trazem a distinção, a responsabilidade civil subjetiva indica que a vítima precisa provar a culpa do agente, já na responsabilidade civil objetiva não há a necessidade comprobatória da culpa.

A responsabilidade subjetiva enseja no dever de indenizar os danos causados em detrimento da omissão ou ação dolosa ou culposa, enquanto na responsabilidade objetiva o dever de indenizar ocorre independentemente da comprovação do dolo ou culpa, basta que seja configurado o nexo causal da atividade.

A partir de tais conceitos entende-se que nas escolas particulares, a responsabilidade é objetiva, pois não há evidências de que ocorreu culpa da escola. Desta forma, a responsabilidade civil das escolas se enquadra no Direito do Consumidor, a ocorrência da prática de *bullying* no estabelecimento de ensino, leva a entender que houve uma falha na prestação dos serviços.

Em relação às escolas públicas, não se descarta a responsabilidade civil do Estado, contudo a responsabilidade também é objetiva.

A responsabilidade pelos danos causados pelo aluno menor de idade, recairá sobre os pais/responsáveis e ou na escola (solidariamente) e subsidiariamente no menor agressor, atendidas as exigências do artigo 928 do Código Civil “o incapaz responde pelos prejuízos

que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.”

A prevenção e combate ao *bullying*

A Lei 13.185 de 6 de novembro de 2015, institui o programa de combate à intimidação sistemática (*bullying*), preconiza que as instituições de ensino são responsáveis por promover campanhas de conscientização e o desenvolvimento de planos de ações, cujo intuito é o combate às intimidações.

São várias as práticas, contudo envolvem os estabelecimentos escolares, a comunidade acadêmica, familiares e alunos. Dentre as ações possíveis para prevenir o *bullying* estão:

- Promover ações que estimulem a ética, o respeito, a empatia, a compreensão da diversidade;
- Proporcionar palestras de conscientização para professores, alunos e familiares;
- Prestar atendimento psicopedagógico ao agressor e agredido;
- Dialogar com a comunidade acadêmica, familiar e do entorno;
- Incentivar trabalhos em equipe que abordem a temática;
- Abordar o assunto com o quadro de professores e funcionários da escola, para prestar atenção à prática de *bullying* e como abordar o tema com os envolvidos;
- Criar um canal de denúncias e
- Realizar pesquisas com os alunos para identificar a ocorrência de ações de intimidação.

Vale salientar que a família é essencial neste processo, tanto a do aluno agressor quanto do aluno agredido, o envio de comunicados às famílias alertando sobre a ocorrência e como lidar com as crianças no ambiente familiar é uma forma de conscientização.

Outra medida é criação do Instituto da mediação Escolar. O Instituto de Mediação Escolar é uma ferramenta que visa a pacificação nas instituições de ensino, todos os conflitos que eventualmente surjam serão tratados por um profissional ou aluno que tenha a função de mediador, buscando soluções positivas para os envolvidos. Desta forma, haverá maior harmonia no ambiente escolar e a promoção da mudança cultural da violência.

Vale salientar que o foco da mediação escolar, não está apenas na solução de conflitos, mas na prevenção e transformação dos alunos.

O artigo 5º do Estatuto da Criança e Adolescente prevê: “as crianças e adolescentes devem ser protegidos de toda forma da negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

O processo de mediação possui seis etapas:

- 1 – Mapeamento dos conflitos;
- 2 – Planejamento da ação;
- 3 – Sensibilização;
- 4 – Seleção dos mediadores;
- 5 – Aulas de capacitação e
- 6 – Prática da mediação.

A Mediação Escolar visa a adoção de ações educativas e preventivas, desta forma, evitará ocorrências graves que necessitem da intervenção jurídica.

Conclusão

O *bullying* está presente na sociedade, o ambiente escolar em que os crianças e jovens transitam, é um palco propício para que os atos de *bullying* se proliferem, devido à imaturidade, ou ainda devido ao fato de familiares e professores inferirem que é uma prática normal para a fase de vida dos alunos.

Contudo cabe às instituições de ensino a adoção de ações que inviabilizem a prática de *bullying*, a lei 13.185/2015 institui o combate à intimidação sistemática. Desta forma entende-se que as instituições de ensino são responsáveis civilmente quanto ao combate ao *bullying*, a não observância implicará em sanções legais às instituições.

As ações para a promoção do *antibullying*, podem contar com o corpo docente, familiares, funcionários e ainda a formação de um instituto de mediação escolar.

O estudo permitiu reforçar a ideia de que o assunto é relevante no ambiente escolar, e que as instituições de ensino são responsáveis pela inserção de práticas *antibullying*, com o intuito de coibir danos psicossociais aos envolvidos (agressores e vítimas), uma vez que os danos podem levar à dificuldade na aprendizagem, problemas nos relacionamentos pessoais e no ambiente de trabalho, transtornos psicológicos e na saúde.

As instituições de ensino são responsáveis pela construção de um ambiente saudável, pelo entendimento, observação dos agressores e vítimas e a tomada de ações e medidas preventivas, contudo vale salientar que as escolas precisam contar com o apoio dos familiares no trabalho de conscientização dos males causados pelo *bullying*.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, A. P.; MACIEL, S. BULLYING ESCOLAR: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Contexto e Educação**. Editora Unijuí, ISSN 2179-1309, ano 37, nº 117 Edição Especial, p. 186-198. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.185, de 6 de novembro de 2015.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispões sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

FIA BUSINESS SCHOOL. **Cyberbullying: o que é, consequêncis e dados no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/cyberbullying/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

HART, R. F.: et al. Prevalência de bullying escolar: um estudo com escolares em um município do Rio de Janeiro. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 7, p. e1511729516, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i7.29516. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29516>. Acesso em: 26 jan. 2023.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M.; PASINI, A. I.; LEVANDOWSKI, G. **O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos**. Psicologia: Teoria e Prática, v. 15, n. 2, p. 203-215, 2013.

SANTOS, R. M. S.; LEITÃO A. S.; WOLKART, E. N. A responsabilidade civil na lei geral de proteção de dados pessoais e a regra de hand. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, ano 20, n. 34, p. 60-84, maio/agosto 2022. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opinioajuridica/article/view/4179>. Acesso em 25 jan. 2023.

V – GESTÃO PÚBLICA

Nota técnica

20. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC: ATUAIS DESAFIOS

Gheorge Vitti Holovatiuk⁴⁹
 Claudio Pereira Noronha⁵⁰

Resumo Executivo

O objetivo desta nota técnica é analisar, considerando o cenário econômico do país, quais são os atuais desafios do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. Criado na década de 1990 com objetivo de construir soluções conjuntas para as sete cidades que compõem a Região, no interior de uma expectativa “regionalista”, o Consórcio tem, ainda, considerando a atual realidade - desindustrialização e financeirização da econômica – um papel moderador na formulação de políticas públicas regionais?

Palavras-chave: Consórcio Intermunicipal; Grande ABC; Regionalismo.

O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, criado na década de 1990⁵¹, caracteriza-se pela cooperação, entre os municípios da região, na busca de soluções conjuntas tendo em vista, por um lado, os limites orçamentários e, por outro, suas demandas, entre as quais, a criação de políticas públicas, impactos ambientais e os desafios na geração de emprego e renda; nos anos 1990, quando de sua criação, tinham-se em vista os problemas (emprego e arrecadação de impostos) provenientes da “saída” de empresas da região – que iam para o interior do Estado ou para o Nordeste (KLINK, 2001) – a despeito do crescimento (que já se percebia) no setor de comércio e serviços (CONCEIÇÃO, 2022).

No entanto, o que se apresentava, ainda de forma turva, com relação à realidade produtiva no País e na região do Grande ABC, entre os anos 1980 e 1990, hoje “salta aos olhos”. Autores como Dowbor (2017), Conceição e Yamauchi (2020), Conceição e Kawai (2020), Pochmann (2023), entre outros, discutem o processo acelerado de “desindustrialização” que deu lugar à “financeirização da economia”, ou o “domínio das finanças sobre a indústria, o comércio e os serviços”. É mais lucrativo, segundo esta premissa, investir no sistema financeiro do que no setor produtivo. Por esta perspectiva, a atividade produtiva estaria inviabilizada (CONCEIÇÃO e KAWAÍ, 2020).

Embora não seja possível aprofundar, aqui, o tema, não resta dúvida que esta realidade – uma econômica apoiada no “rentismo” – tem suas consequências para o crescimento econômico, especialmente, em uma região que se organizou em torno do setor industrial.

⁴⁹ **Gheorge Vitti Holovatiuk.** Presidente do Sindicato dos Bancários do ABC (funcionário do Banco Bradesco/São Caetano do Sul). Graduação em Direito (UNIABC) com especialização em Filosofia do Direito.

⁵⁰ **Claudio Pereira Noronha.** Graduação em Administração de Empresas (Centro Universitário Fundação Santo André); Pós-graduação (Lato sensu) em Globalização e Cultura (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo); mestrado e doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de SP; assessor do Sindicato dos Bancários do ABC.

⁵¹ “Em dezembro de 1990, os sete prefeitos da região criaram uma associação: o Consórcio Intermunicipal das Bacias Billings e Tamanduateí, que surgiu sob um modelo voltado à gestão de recursos híbridos, tendo como um de seus objetivos específicos a preocupação com a destinação dos resíduos sólidos da região (...)” (FERRACINI, 2013, p.49).

Qual seriam, então, os desafios atuais do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC? A cooperação, entre os municípios, pode suplantar as dificuldades colocadas no horizonte? Para essas reflexões, faremos uma (muito) breve contextualização sobre conformação territorial na região do Grande ABC, o que contribuiu para a formação de espaços “centrais” e “periféricos”. Após, faremos uma (também breve) discussão sobre as articulações regionais, nos anos 1990, a fim de consideremos sua importância e limites. Por fim, quais são os desafios, atuais, do Consórcio.

O Grande ABC – formação dos “centros” e das “periferias”

O Grande ABC tornou-se economicamente importante, para o país, na década de 1950. Embora já houvesse no início do século XX pequenas indústrias, especialmente no ramo têxtil,⁵² nos anos 1950 a região auferiu, com a contribuição das empresas automobilísticas, seu protagonismo na “Era Industrial” brasileira – não somente pela instalação de seu parque industrial, mas, também, por conta do “ressurgimento”, nos anos 1970 e 1980, das lutas sindicais.⁵³

Alguns fatores contribuíram para isso: havia um sistema ferroviário ligando o eixo Santo André-São Caetano ao município de São Paulo, que havia ganhado considerável densidade populacional e já se constituía um respeitável centro econômico; São Bernardo do Campo, por sua vez, possibilitava o acesso ao Porto de Santos. A região possuía terras disponíveis, e com a planificação necessária, para instalação de (grandes) empresas. A situação político-econômica, em que havia uma preocupação com a perspectiva de futuro do País, também favoreceu. Políticas governamentais foram implementadas – especialmente nos Governos Vargas e Kubitschek – como, por exemplo, o incentivo à industrialização, particularmente a substituição de importações na área de bens de consumo duráveis e no setor automobilístico (CONCEIÇÃO, 2004).

Em que pese a imagem de “região industrial”, mantida até os anos 1990, o Grande ABC constituiu-se com desiguais condições – econômicas, sociais e mesmo ambientais⁵⁴ – entre seus municípios. Determinados fatores, como maior ou menor proximidade (estratégica) de São Paulo, terras mais ou menos adequadas para a formação de um parque industrial, maior ou menor investimento do Estado e do setor privado, ou maior ou menor restrição ambiental, contribuíram para que os municípios constituíssem realidades diferentes.

Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul ao longo do tempo, pelo investimento na formação industrial e em equipamentos públicos, transformaram-se em regiões “centrais” – embora possuam suas periferias.⁵⁵ As demais cidades – Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra – tornaram-se “cidades dormitórios”, e localidades

⁵² Santo André, por sua proximidade com São Paulo e por suas características (as terras planas do vale do Tamanduateí), já possuía um pequeno “parque industrial”. Um exemplo é a Tecelagem Ipiranguinha, com aproximadamente 500 funcionários. Destaque-se que, nesse período, havia, na região, um movimento operário atuante (FRENCH, 1995; SILVA, 1996). Na localidade em que está, atualmente, o município de São Caetano (também próxima à estação) ocorreu, em 1930, a instalação da General Motors.

⁵³ O surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, expressou o desejo de um movimento de trabalhadores e trabalhadoras, com autonomia para suas reivindicações, que rompia com o modelo de sindicalismo oficial – atrelado ao Estado.

⁵⁴ Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra se encaixaram, em 1976, na “Legislação ambiental” e foram classificados como “Áreas de preservação”; se, por um lado, isso possibilitou uma preservação de seu “capital ambiental”, por outro, estabeleceu limites na instalação de empresas.

⁵⁵ São Bernardo do Campo possui a terceira maior periferia do estado de São Paulo.

periféricas, quando comparadas a esta “região central” (NORONHA, 2016). Essa situação evidencia-se, por exemplo, pelos indicadores sociais – como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Renda per Capita, Percentual de Vulneráveis à Pobreza, Percentual de mães chefes de família, entre outros –, organizados a partir dos dados do IBGE – Censos de 2000 e 2010 (ROSA, 2019).

Um fator que contribuiu para o aumento exponencial das “periferias” no Grande ABC foi o processo migratório. Na medida em que a região se urbanizou (e industrializou), trouxe para cá, oriundas de diversas localidades, mas, sobretudo do Nordeste, um contingente de pessoas em busca de melhores condições de vida. Entre os anos de 1960 e 1980, na procura de emprego em empresas automobilísticas ou na construção civil, as redes migratórias constituíram-se uma realidade que mobilizou famílias inteiras. Não podendo morar na “região central”, por conta da valorização imobiliária, a periferia tornou-se um refúgio. O crescimento populacional ampliou os bairros periféricos e fez expandir uma periferia mais precária: as favelas.

Os anos 1980 e 1990 marcam uma mudança na característica “industrial” da região. O período apresenta retração na produção industrial e menor crescimento econômico; o comércio e os serviços, com a vinda de redes de supermercado e *shoppings*, ganham volume, mas, com a chegada do “neoliberalismo” (no Brasil), com a abertura do mercado nacional – sem que o País estivesse preparado para isso –, impôs-se a chamada “reestruturação produtiva”, o que implicou diminuição de empregos e salários. No sistema financeiro, por conta inclusive do implemento tecnológico, viu-se a fusão, incorporação e fechamento de bancos – além do processo de privatização –, facilitando as terceirizações, o que fragmentou a categoria, fechou postos de trabalhos e diminuiu empregos (HOLOVATIUK, 2020).

Nesse cenário, observa-se, ainda, a mudança do papel das cidades na geração de bem-estar da população (CASTELLS e BORJA, 1996). Conferências “das Cidades” acontecem em diversas partes do mundo. “As cidades adquirem, cada dia mais, um forte protagonismo tanto na vida política como na vida econômica, social, cultural e nos meios de comunicação” (ibidem, p. 152). A “globalização” reorganiza, desta forma, a ideia de Estado-nação impondo maior protagonismo local.

A Constituição brasileira, de 1988, por sua vez, transfere aos municípios um maior protagonismo – e participação nas receitas federais – mas, também, maior responsabilidade e competência em torno das políticas públicas (ROLNIK e SOMEKH, 2000). Esse conjunto de situações provoca a necessidade de pensar alternativas para os problemas locais. A 1ª Conferência das Cidades, entre 2003 e 2005, por exemplo, faz parte de uma tentativa de aperfeiçoar os mecanismos de participação da sociedade civil (ALVES, 2011). Nesse contexto, ganham importância as articulações regionais.

Articulações regionais: uma “saída” para as crises?

A ideia de “cooperação” como uma forma de enfrentar desafios advindos de crises econômicas ou incertezas na capacidade, dos setores produtivos, em gerar a riqueza necessária (composição do orçamento, geração de emprego e renda) em um determinado tempo-espço tem mobilizado, em decorrência do protagonismo “local”, a formação de Consórcios intermunicipais ou interestaduais – a exemplo do “Consórcio Nordeste”. O diálogo, no entanto, pode ir além da esfera pública e envolver outros atores (legitimados por sua base de representação) importantes no “campo político”.

Além da construção de diagnósticos comuns, políticas públicas acordadas e compromissos com metas, os espaços multipartites caracterizam-se também por agregar outros “personagens” na construção da agenda: sindicatos, associações empresariais, universidades, Igreja, entre outros. Sua inclusão possibilita uma nova forma de “*governance*”,

como se diz na literatura econômica. Outros espaços e personagens podem ajudar o País a sair deste labirinto (CONCEIÇÃO, 2019, p.23).

A “cidade”, como força mobilizadora de recursos locais em economias nacionais “globalizadas”, teria, então, o desafio de fortalecer sua atuação nas “articulações regionais”.

O (...) desafio exige que a região tenha, numa associação de poder público, sociedade civil e universidades, um banco de informações completo de seus recursos e necessidades, capaz de induzir a políticas públicas regionais integradas e complementares. Nenhuma cidade da metrópole irá ao suposto primeiro mundo sozinha. Essa estrutura de cidades e essas políticas serão avaliadas e suas realizações corrigidas, se necessário, e repropostas continuamente por grupos intercomunicantes de cidadãos e cidadãs, indicados por seus pares no exercício de uma democracia radical (ALVES, 2011, p.78).

Na década de 1990, as Câmaras Setoriais Automobilísticas, que colocaram em diálogo sindicato (dos Metalúrgicos), empresas automobilísticas da região e o poder público (representação estadual e federal), estão entre as primeiras experiências que desembocariam no que, hoje, compreendemos como “articulações regionais” no Grande ABC. O foco desta relação tripartite era discutir a reestruturação produtiva, mas foram importantes, por exemplo, na definição de distribuição de lucros para os trabalhadores e trabalhadoras. Sem entrar no mérito, aqui, de avanços ou limites, das Câmaras Setoriais, vale destacar sua importância no envolvimento, na época, da sociedade civil na solução (ou tentativa de) conjunta de problemas (GUIMARÃES, 1994).

O embrião do Consórcio Intermunicipal de prefeitos, na região, é o Consórcio Intermunicipal das Bacias Billings e Tamanduateí (FERRACINI, 2013). Organizada sob um modelo voltado para gestão de recursos hídricos e a preocupação da destinação de resíduos sólidos foi, ao longo do tempo, tornando-se um “espaço” para pensar o desenvolvimento regional e a discussão de políticas públicas com interesse comum. Com maior ou menor envolvimento de prefeitos – e com uma visão de que seu “ponto fraco” era a falta de uma formalidade institucional – tornou-se, com o passar dos anos, um Fórum em que os prefeitos das cidades, com menor orçamento, tentavam “otimizar” recursos.

Na década de 1990, com o clima favorável a esta “articulação regional”, criou-se (em 1994) o “Fórum da Cidadania do Grande ABC”, envolvendo diversas entidades da sociedade civil;⁵⁶ logo após, surgiu a ideia da criação da “Câmara Regional do Grande ABC”; com representantes da Secretaria de Ciência e Tecnologia do governo estadual, prefeitos e parlamentares da região, movimento sindical e representantes de empresas e setores econômicos, e sob a coordenação do Fórum da Cidadania, foi montada a comissão (em 12 de março de 1997) para elaboração de seu Estatuto (LÉPORE, KLINK e BRESCIANI, 2006). Entre os acordos discutidos, tivemos a criação (em 1998) da “Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC”. Isso trouxe – destaca Ferracini (2013) – “de imediato uma ampla mobilização social que, em médio prazo, resultou em importantes realizações que emergiram no âmbito do Planejamento Estratégico da Câmara Regional”.

Ao falar de instituições que buscavam pensar ações que pudessem contribuir com o desenvolvimento econômico através da geração de trabalho e renda, vale mencionar a criação (em 1998) do “Banco do Povo” (SILVA, 2020); a despeito de estar, num primeiro momento, circunscrito à cidade de Santo André, manteve-se o espírito de parceria, da prefeitura, com atores representativos, como Sindicato dos Bancários do ABC, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a Associação Comercial e Industrial de Santo André (ACISA) e o Sindicato das Empresas de Transporte de Carga (Setrans). A iniciativa proposta por Celso Daniel “partiu da necessidade de ações locais de caráter econômico e inclusão social, que

⁵⁶ Pelo movimento sindical participaram os Sindicatos dos Bancários, Metalúrgicos e Químicos.

alavancasse o microcrédito a microempreendedores formais e informais (...)” (SILVA, 2020, p.149).

Pós-anos 2000

No início dos anos 2000, a perspectiva era de que Planejamentos Estratégicos – 2000/2010 e 2010/2020 - no âmbito do Consórcio/Câmara Regional orientassem os municípios membros elaborar estratégias conjuntas para ações e programas com melhoria urbana e inclusão social (FERRACINI, 2013).

Vale mencionar que a partir de 2003, o governo nacional – através da articulação entre Ministério das Cidades, o Ministério da Integração Nacional e a Subchefia de Assuntos Federativos da Casa Civil e da Presidência da República – reinseriu o tema da gestão metropolitana na pauta da agenda política do país (DENALDI, KLINK e SOUZA, 2010).

Aconteceram ações de cooperação bem-sucedidas, como o caso da urbanização e recuperação da Favela Naval, na divisa de São Bernardo do Campo com Diadema.⁵⁷ Ferracini (2013) destaca, nesse período, esforços no sentido de buscar uma articulação entre os poderes públicos, nas esferas municipais, estadual e federal, retornando também os canais de diálogo com a sociedade civil.

Essa estruturação trouxe importantes conquistas, como a viabilização de recursos para as áreas de defesa civil e combate às enchentes, proteção às mulheres vítimas de violência, saúde regional, segurança pública, defesa do consumidor, mobilidade urbana através da extensão da linha bronze para o ABC por meio da implantação de um sistema de monotrilho (FERRACINI, 2013, p.53).

Destaque-se que o Planejamento Estratégico do Consórcio Intermunicipal, de 2011-2020, é o resultado de experiência elaborada por integrantes de 25 grupos de trabalhos, tendo como eixos estruturantes a Infraestrutura; Segurança Pública; Saúde; Assistência; Inclusão Social; Direitos Humanos; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Econômico Regional; Desenvolvimento Urbano e a Gestão Ambiental e Institucional.

Os desafios atuais do “Consórcio”

Os desafios do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC não são poucos. O processo de “desindustrialização”, pela qual passa o País, iniciado nos anos 1980, chega agora em seu auge. Essa é também uma realidade no Grande ABC. A diminuição da produção industrial, especialmente no setor automobilístico, deu espaço para empregos no setor de comércio e serviços, impactando, no entanto, na diminuição de postos de trabalho e na renda do trabalhador (CARVALHO, NETO e BIRCHE DE CARVALHO, 2019). Some-se a isso a “precarização” do trabalho com medidas como a aprovação, em 2017, da “Reforma Trabalhista”, que estimula contratações de trabalho com supressão de direitos ou mesmo o trabalho por conta própria.

Marcio Pochmann, entre outros, considera que chegamos ao fim da “Era Industrial” e adentramos à “Era Tecnológica”. Isso requer “olharmos” o presente pensando o futuro, pois apesar dessa “nova” realidade digital em que passamos a viver, não conseguimos estruturar o País para a produção em tecnologia, nos obrigando a importar boa parte de produtos e serviços tecnológicos. Isso, claro, é uma discussão complexa, mas que serve, aqui, para colocar em contexto os desafios vividos pelo poder público em todos seus níveis.

⁵⁷ A despeito de situações que paralisaram a execução do projeto, em 2009, com recursos oriundos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) foi retomado um canal de diálogo para que as intervenções viárias e habitacionais acontecessem (FERRACINI, 2013).

Leve-se em consideração que entre as razões, da “desindustrialização”, está a diminuição do interesse (de uma parcela de quem detém capital) por investir em “produção”, pois acredita-se ganhar mais aplicando e especulando no sistema financeiro. Questões que têm grande impacto na geração de postos de trabalho e na diminuição da renda, o que aumentam as desigualdades sociais e os desafios do poder público local.

Nesse sentido, o poder público passar a ter, por um lado, a necessidade em criar políticas públicas que minimizem as desigualdades. Vale lembrar que nos últimos anos, situação amplificada pela pandemia da COVID-19, houve um incremento considerável de pessoas em situação de pobreza. Para além de ações do Governo Federal, para amenizar tal situação, os governos locais passam a ter a necessidade de ampliar as condições de trabalho e renda. Para isso, o fomento da produção, do comércio e dos serviços locais passa a ser fundamentais. O crédito e o microcrédito (Bancos Públicos, Bancos de Crédito Solidário, Bancos Comunitários) são vitais em situações como essa (HOLOVATIUK; MOREIRA; SILVA; 2020).

O Consórcio tem o desafio de unir esforços entre as prefeituras da região, tendo o apoio dos Governos estadual e federal, para que as ações conjuntas consigam não somente concretizar planos que tenham ganhos comuns para a região, mas que consigam impulsionar projetos nas cidades com maiores limitações orçamentárias. Embora a importância em constituir ações que visem a geração de renda, não se deve perder de vista que questões como Educação, Saúde ou transporte público são benefícios para as pessoas em situações de maior vulnerabilidade. Pensar a “cidade” com espaço de convivência (lazer, cultura, esporte) é uma questão premente na sociedade atual. Tudo isso precisar ser pensado tendo como marco fundamental a sustentabilidade. Importante considerar que Brasil vem retomando seus compromissos ambientais o que, certamente, impulsiona compromissos locais/ regionais com a sustentabilidade,

Na posse do atual presidente do Consórcio – o prefeito de Mauá, Marcelo Oliveira –, que contou com presença de representantes de prefeituras da região, de representantes dos Governos do Estado e Federal, parlamentares e entidades da sociedade civil, ficou evidente a compreensão do quanto as “articulações regionais” são importantes para o fortalecimento das instituições – como garantia do processo democrático – o que também fortalece a economia local, projetos importantes, com a Economia Solidária, ou mesmo o compromisso com o trabalho decente (COELHO, 2023).

Considerações finais

Iniciamos o texto indagando quais seriam os desafios, atuais, do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC em fase do processo de “desindustrialização”, na região, e seu impacto na situação econômica dos municípios, o que impõe criatividade para a formulação de ações que superem os obstáculos relativos às limitações orçamentárias. Nesse contexto, refletimos sobre o papel das “articulações regionais” e o quanto a cooperação, entre os atores sociais (poder público, sindicatos, empresas, movimentos sociais, entre outros) potencializam as ações individuais.

Esta “classificação” de condições (mais ou menos favoráveis), de cada município, em resolver seus problemas internos, serviu aqui para, de um lado, reforçar as “desigualdades” e, de outro, destacar o quanto a cooperação é importante para potencializar ações políticas. Isso não quer dizer que os municípios não tenham envidado esforços, nas últimas décadas, para melhorar sua situação local – aperfeiçoando, por exemplo, seus equipamentos públicos. As cidades que, aqui, chamamos de “cidades dormitórios” conseguiram, conforme indicam Carvalho, Neto e Birche De Carvalho (2019) melhorar, nas últimas décadas, seus indicadores sociais. No entanto, considerando que não é simples e rápido reverter o processo de

“desindustrialização” em curso, todas as ações que visem potencializar a atuação do poder público são importantes, sobretudo quando esta tem como premissa a construção de parcerias, o que em geral faz florescer boas ideias e novos projetos. Nesse sentido, o Consórcio Intermunicipal ainda tem algo a oferecer para a região do Grande ABC.

Referências Bibliográficas

ALVES, Luiz Roberto. *Política de Governança: vocações para a integração das gestões*. 1.ed. São Bernardo do Campo: ABCDMAior, 2011.

CARVALHO, Antônio Aparecido; NETO, Álvaro F. Fernandes; BIRCHE de CARVALHO, Leonardo. “A desindustrialização gerando maior desigualdade na distribuição de renda nas cidades que compõem o ABC paulista”. In: *Carta de Conjuntura/ Observatório de políticas públicas, empreendedorismo e conjuntura da Universidade de São Caetano*. São Caetano do Sul, n.10, p. 75-79, dez/2019.

CASTELLS, Manuel e BORJA, Jordi. “As cidades como atores políticos”. In: *Revista Novos Estudos*, CEBRAP, nº 45, p.152-166, jul/1996.

COELHO, Bruno. “Com presenças de ministros, Marcelo assume Consórcio sem SBC e SCS”. In: *RD/Repórter Diário*, mar/2023. Disponível em: encr.pw/Axwtc .

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. “A Globalização da Economia e os Reflexos no Mercado de Trabalho na Região do ABC”, In: SCHIFFER, S. (org.) *Globalização e Estrutura Urbana*, HUCITEC e FAPESP, São Paulo, 2004, p.272-282.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. *Entre a Mão Invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira*. São Caetano do Sul:USCS/Didakt, 2019.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. “A retomada infeliza da desindustrialização do ABC e a rota para a sua reindustrialização”. In: *Carta de Conjuntura/ Observatório de políticas públicas, empreendedorismo e conjuntura da Universidade de São Caetano*. São Caetano do Sul, n.23, p.17-23, out/2022.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da; YAMAUCHI, Gisele. Financeirização e setor produtivo. In: CONCEIÇÃO, Jefferson José da; NORONHA, Claudio Pereira. *A era digital e o trabalho bancário: o papel do sistema financeiro e subsídios à ação sindical e às políticas públicas*. 1.ed. Santo André: Editora Coopacesso, p.11-21, 2020.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da; KAWAÍ, Ricardo Makoto. O século XXI e nova era do capital no Brasil: o domínio das finanças sobre a indústria, o comércio e os serviços. In: CONCEIÇÃO, Jefferson José da; NORONHA, Claudio Pereira. *A era digital e o trabalho bancário: o papel do sistema financeiro e subsídios à ação sindical e às políticas públicas*. 1.ed. Santo André: Editora Coopacesso, p.23-30, 2020.

DENALDI, R.; KLINK, J.; SOUZA, C. Habitação, inclusão social e governança urbana colaborativa. In: CASTRO, E.; WOJCIECHOWSKI, M. J. (Orgs.). *Inclusão, colaboração e governança urbana: perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: Observatório das metrópoles, 2010.

DOWBOR, Ladislau. *A Era do capital improdutivo*. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

FERRACINI, Kelly Roberta. “Desafios do Consórcio intermunicipal do ABC – de articulador para executor de políticas públicas de interesse comum?”. In: *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*. V.2, n.1, p.47-58, jan-jun/2013.

FRENCH, J. D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Caetano do Sul: Ed. Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.

GUIMARÃES, Ivan G. Ribeiro. A experiência das Câmaras Setoriais: democratizando a política econômica. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso de et al., (org.). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: MTb/PNUD/CESIT/SCRITTA, 1994, Segunda Parte, p.459-496.

HOLOVATIUK, Gheorge Vitti. "Regulamentação e democratização do sistema financeiro". In: CONCEIÇÃO, Jefferson José da; NORONHA, Claudio Pereira. *A era digital e o trabalho bancário: o papel do sistema financeiro e subsídios à ação sindical e às políticas públicas*. 1.ed. Santo André: Editora Coopacesso, p.411-431, 2020.

KLINK, Jeroen Johannes. *A Cidade-Região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista*. Rio de Janeiro, ED: DP&A, 2001.

LÉPORE, Wendell C.; KLINK, Jeroen J.; BRESCIANI, Luis P. "Câmara Regional do Grande ABC – produção e reprodução do capital social na Região do Grande ABC Paulista". *Revista Economia e Gestão/PUC Minas*, v.6, n.13, p.42-5, 2006.

MOREIRA, Belmiro Aparecido. "Transformações no sistema financeiro e o papel das representações sindicais". In: CONCEIÇÃO, Jefferson José da; NORONHA, Claudio Pereira. *A era digital e o trabalho bancário: o papel do sistema financeiro e subsídios à ação sindical e às políticas públicas*. 1.ed. Santo André: Editora Coopacesso, p.399-409, 2020.

NORONHA, Claudio Pereira. *Trocas materiais e simbólicas em Rio Grande da Serra: redes sociorreligiosas na periferia urbana*. Curitiba: Editora CRV, 2016.

POCHMANN, Marcio. "Realidade do Brasil contemporâneo". Instituto de Economia da Unicampi, 2023. Disponível em: <https://youtube.com/live/bWhHtYj8gnw>.

ROLNEK, Raquel e SOMEKH, Nadia. "Governar as metrópoles: dilemas da recentralização". In: *São Paulo em Perspectiva*. 14 (4), p.83-90, 2000.

ROSA, Alessandra Santos. "Desigualdades sociais, pobreza e fome: uma perspectiva nacional e do Grande ABC". In: *Carta de Conjuntura/ Observatório de políticas públicas, empreendedorismo e conjuntura da Universidade de São Caetano*. São Caetano do Sul, n.09, p.101-106, set/2019.

SILVA, Josué Pereira da. *Três discursos, uma sentença: tempo e trabalho em São Paulo – 1906/1932*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1996.

SILVA, Luiz Silvério. "Banco do Povo Crédito Solidário (BPCS): microcrédito para geração de emprego e renda". In: CONCEIÇÃO, Jefferson José da; NORONHA, Claudio Pereira. *A era digital e o trabalho bancário: o papel do sistema financeiro e subsídios à ação sindical e às políticas públicas*. 1.ed. Santo André: Editora Coopacesso, p.147-164, 2020.

Nota Técnica

21. TEMPOS INCERTOS E MUTANTES: GOVERNAR E PLANEJAR EM CONTEXTOS COMPLEXOS E CONFLITIVOS

Aristogiton Moura⁵⁸

Resumo Executivo

Vivemos tempos difíceis e complicados, a sociedade se afasta da política por falta de respostas às suas demandas e a política se fecha para atender as necessidades geradas pela própria política. Governos se deparam com uma realidade que não entendem e não tem como conduzir. Os conflitos se potencializam e, nesse contexto, vemos a incapacidade gritante no poder. É uma incapacidade democrática, afeta tanto a esquerda, quanto o centro e a direita. No poder falham igualmente. Então como sair desse impasse? A saída que aqui propomos é repensar os instrumentos estratégicos de governo e recuperar a capacidade de planejar e governar em tempos complexos.

Palavras-Chaves: Plano como Aposta. Planejamento Estratégico Situacional. Ciências e Técnicas de Governo. Planejamento Público. Carlos Matus.

Contexto problemático

O mundo padece de um mal crônico relacionado à capacidade de governo. A grande maioria dos problemas de governo e direção estratégica estão diretamente ligadas a essa incapacidade. Para melhor entender este fenômeno, buscamos em Carlos Matus uma definição. Segundo Matus, essa é a variável crítica que separa um bom de um mau governo. Ele a relaciona à falta de experiência e de conhecimentos em Ciências e Técnicas de Governo. Matus a define como a capacidade de condução ou direção estratégica que se acumula na pessoa do líder, na sua equipe e na organização que dirige. Se apoia no acervo de técnicas, métodos, destrezas e habilidades que um ator e sua equipe têm que adquirir para conduzir o processo político-social, quando estão estabelecidas outras variáveis críticas como a governabilidade do sistema e o projeto de governo. Capacidade de governo, aqui, é sinônimo para implementar um projeto estratégico dentro do jogo social.

E isso é o que vemos no mundo atual. Os problemas são muito maiores do que as capacidades para enfrentá-los. Temos governos democráticos tendendo à autoritarismo para enfrentar mobilizações sociais, e essas crescem em rebeliões populares, transformando o ato de governar numa profissão de risco. O autoritarismo está sendo considerado pela sociedade como via alternativa de poder, já não causa repulsa, quando a falta de resposta a problemas básicos leva ao descrédito da democracia como via de equilíbrio e condução social.

⁵⁸ **Aristogiton Moura.** Membro da coordenação e orientador metodológico do Plano Estratégico de Desenvolvimento USCS - 2030; membro do Conselho Consultivo da USCS, pesquisador convidado do CONJUSCS - Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS; Professor e Consultor da FIA – Fundação Instituto de Administração da USP; Consultor e Assessor Internacional em Ciências e Técnicas de Governo. Formado em Ciências e Técnicas de Governo por Carlos Matus na Fundação Altadir, com quem trabalhou entre 1992 e 1998. Professor, Consultor e Palestrante Internacional na América Latina e Espanha. Atualmente é representante exclusivo da Fundação Altadir no Brasil; Presidente do Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo; Diretor-presidente da Strategia Consultores; Consultor Sênior da Autoritas Consulting Brasil – Consultoria em Inteligência Estratégica e membro do board da Autoritas Internacional.

Nossa história recente mostra que quase a metade da população brasileira opta por discursos e vias não democráticas. Mas não estamos sós, vários países vizinhos enfrentam o mesmo drama. Na América Central já existem casos de autoritarismo explícito com a mudança das regras democráticas afetando o equilíbrio entre os poderes e conduzindo esses países a uma “democracia fantasma”, onde os nomes das coisas perderam o significado. O discurso é democrático e a prática, autoritária.

As mudanças que a tecnologia trouxe stressaram os alicerces que sustentam um modelo de governo estável, organizado e previsível. Hoje a sociedade vive no mundo tecnológico e se relaciona com ela e com o mercado pela via digital. O governo continua no século XX, mundo de processos, que não tem espaço no mundo digital. Tomar decisões sustentadas pelos métodos tradicionais já não tem a efetividade que tinha há uma década. Planejar e governar deterministicamente já não é uma opção. Hoje o poder está pulverizado por diferentes e incontáveis novos jogadores. O governo já não é o detentor do poder para orientar, conduzir e equilibrar.

Nesse contexto há que se ter teorias e métodos potentes de governo e planejamento estratégico para o governo recuperar as capacidades perdidas. Nessa nota trataremos de uma questão básica para melhorar a capacidade de planejamento. O plano não determinístico, o plano estratégico situacional.

O plano estratégico

Matus, no começo do desenvolvimento de sua teoria do jogo social, escreveu um texto que objetivava orientar como um plano feito com o planejamento estratégico situacional poderia sustentar o processo de decisão de um governo. Esse texto pode ser visto numa publicação da ENAP de 2007, chamada de Planejamento e Orçamento Governamental.

Nesse artigo ele define brilhantemente o conceito de plano dentro do processo de tomada de decisões, nas suas palavras:

“O plano é o produto momentâneo do processo pelo qual um ator seleciona uma cadeia de ações para alcançar seus objetivos. Em seu significado mais genérico, podemos falar de plano de ação como algo inevitável na prática humana, cuja única alternativa é o domínio da improvisação. Esse conceito genérico de plano não depende, por conseguinte, de sua pertinência a um sistema econômico-social determinado, mas do uso da razão técnico-política na tomada de decisões. **Sempre existe, porém, o perigo de confundir esse processo com um cálculo determinado por leis científicas precisas, apoiado num diagnóstico preciso da realidade. O plano, na realidade, está rodeado de incertezas, imprecisões surpresas, rejeições e apoio de outros atores. Em consequência, seu cálculo é nebuloso e sustenta-se na compreensão da situação, ou seja, a realidade analisada na particular perspectiva de quem planeja.** Eventualmente esse plano conduz à ação, de modo que, para repetir a frase de John Friedemann, pode-se dizer que o plano é uma mediação entre o conhecimento e a ação. Tal mediação, contudo, não se produz através de uma relação simples entre a realidade e as ciências, porque o conhecimento da primeira vai além do âmbito tradicional da segunda”. (grifo nosso).

Estamos tendo um grave problema na inteligência que apoia governos. Mesmo com os grandes avanços da teoria da complexidade e a conexão desta com nossas vidas ainda buscamos o conforto do mundo previsível determinístico.

Matus define bem a situação-problema quando exemplifica o drama do processo da tomada de decisões por um indivíduo:

“O homem, perante uma situação em que tem que tomar uma decisão crítica, se debate entre dois extremos. Num deles, controla totalmente os resultados de sua prática. Noutro, desafia ou se submete a processos nos quais é arrastado por circunstâncias que não controla. No primeiro caso, decide, faz e conhece, de antemão, os objetivos que pode alcançar. No segundo, não decide nada, só pode apostar no futuro e se entregar ao destino. É um espectador do mundo que o determina e que não pode alterar. Pode apenas julgar e criticar essa realidade, ou agradecer e lamentar a sua sorte. Mesmo na zona limite desse último caso, porém, a história nos mostra líderes que desafiam o impossível, nas condições mais adversas. Nesse extremo teórico, o plano se submete à máxima prova de sua eficácia. Se não pode ser potente na adversidade e cede ante a improvisação, não vai servir, pois a realidade social não é objetiva e concreta.”

Ele faz uma ponte com o processo de tomada de decisões de dirigentes, exemplificando como essa situação-problema os afeta no curso do governo:

“O governante real, como condutor de situações, situa-se entre os dois extremos. O equilíbrio entre as variáveis que controla e as que não controla define sua governabilidade sobre o objeto do plano. A governabilidade do homem sobre a realidade aponta justamente para qual dos extremos teóricos se encaminha sua situação. O governante pode decidir quanto às variáveis que controla, mas, muitas vezes, não pode assegurar resultados, porque dependem de uma parte do mundo que não controla. Essa dificuldade não desanima o intento do homem de governar a realidade por meio de apostas que, com algum fundamento de cálculo, movem-no a anunciar os resultados de sua ação. A política exige compromissos que se expressam como anúncios de resultados. Um plano é um compromisso que anuncia resultados, ainda que tais resultados não dependam inteira ou principalmente do cumprimento daqueles compromissos. Os fundamentos das apostas de um governante são tanto mais sólidos quanto maior for o peso das variáveis que controla em relação ao das que não controla, e são mais débeis se as variáveis que controla forem poucas e de pouco peso. Num extremo do controle absoluto, a aposta converte-se em certeza sobre os resultados. Noutro, de absoluto descontrole, a aposta é um caso de sorte ou acaso. O processo de governo situa-se numa zona intermediária entre a certeza absoluta e o puro acaso. Consequentemente, a teoria do governo não é uma teoria do controle determinístico do governante sobre um sistema, nem a teoria de um mero jogo de cartas, mas contém doses de ambos os ingredientes”.

O plano como uma combinação de cálculo e apostas

Matus explica a diferença entre o planejamento tradicional, fundado no determinismo e economicismo tecnocrático cuja base científica é a teoria do controle de um sistema por um agente, e o planejamento estratégico situacional (PES), cujo fundamento é a teoria do jogo social, um jogo semicontrolado a serviço da prática racional humana de atores concretos.

Na vida real, para um plano ser um apoio a dirigentes políticos ele pode utilizar as ciências no momento da explicação, mas não pode fundamentar a decisão. Estamos num contexto complexo, mutante e criativo. As ciências exatas não reproduzem pois são determinísticas. O plano tem de ser capaz de incluir a incerteza e, principalmente, outros atores que também jogam, são criativos e também planejam.

No jogo social o futuro é nebuloso

As ciências exatas tentam construir um mundo previsível e controlável, no entanto, fora dos laboratórios, elas não dão suporte para os mundos políticos, social e governamental pois nesses interatuam seres humanos que são imprevisíveis e criativos. Não há um limite de variáveis que possam ser controladas como numa pesquisa laboratorial. Para entender o ser político há que ter uma teoria que cubra o jogo social.

Matus, conforme cita Juliano de Carvalho Lima numa resenha do livro Teoria do Jogo Social⁵⁹, *“é um autor preocupado com o homem de ação e, particularmente, com o homem em situação de governo. Toda a sua extensa produção teórica é marcada por esta questão central: como apoiar o homem de ação a ampliar a sua capacidade de intervenção em uma realidade na qual a produção social se dá a partir de jogos interativos indeterminados de alta complexidade?”*.

Esta é a marca da teoria do jogo social, na qual Matus persegue o propósito de construir uma teoria que seja capaz de embasar as ciências e as técnicas de governo, que seria o suporte para o “homem de ação”, o político e o dirigente público e o social.

Dentro dessa lógica, ele explica os fatores que considera críticos para atuar, com efetividade, em jogos complexos como os de governar e fazer política:

“O aspecto incontrolável do jogo social está em que todos os jogadores têm limitações de informação e de recursos para pretender ganhar o jogo e, mesmo com abundância de recursos econômicos, não podem comprar boa parte dessa informação. Uma parte muito importante da informação de que os jogadores necessitam para jogar com eficácia não pode ser obtida mediante investigação ou espionagem. Os jogadores, portanto, não sabem com certeza como superar essas limitações, pois, em cada momento do jogo, tampouco sabem com exatidão a jogada seguinte que será mais eficaz. Não se pode comprar ou espionar uma informação que o outro não possui.”

A incerteza como elemento do jogo complexo e nebuloso

Matus elenca ainda os seguintes ingredientes de incerteza desse tipo de jogos:

1. Ignorância quanto ao futuro daquela parte do mundo que supomos regida por leis que ainda desconhecemos ou que as ciências ainda não esclareceram. É o aspecto de incerteza originado por nosso desconhecimento da natureza e dos processos sociais em que vigora a lei dos grandes números. A investigação, o estudo, a capacitação e o treinamento podem reduzir essa primeira limitação. Hoje, por exemplo, não conhecemos as leis seguidas pelo desenvolvimento de diversas doenças, como o Alzheimer, mas no futuro, por meio das pesquisas,
2. É possível que descubramos essas leis. É possível, também, que um ator monopolize certos conhecimentos em detrimento de outros, como foi o caso das pesquisas sobre a Covid-19.
3. Criatividade dos jogadores. Recurso que não pode ser enfrentado apenas por informação e conhecimento, porque esses processos alimentam mais rapidamente a própria criatividade do que a capacidade humana tem a capacidade de predizer. É o aspecto interativo e mais fascinante do jogo. A criatividade é uma característica da interação humana entre poucos. Eu jogo “X”; qual será a jogada de meu oponente? Qual será minha resposta a essa hipotética jogada? Essa é a essência da interação criativa em que cada jogador é um bom ou um mau

⁵⁹ Juliano de Carvalho Lima – Resenha para SciELO – Saúde Pública – Teoria do Jogo Social.

estrategista. Esse cálculo, por definição, não segue leis e gera uma certeza inexorável que não se reduz, de forma expressiva, com mais conhecimentos. O surpreendente e o inimaginável descontrolam os planos dos jogadores. Também dificulta o jogo a multiplicidade do futuro imaginável, diante da necessidade de apostar numa variedade muito mais reduzida de possibilidades. As possibilidades são inumeráveis, como apostar nas duas ou três mais relevantes? Essa incerteza é inevitável. Um jogador pode estar mais ou menos preparado para prover e reagir ante essa nebulosidade do futuro, mas, na vida prática, não pode evitá-la.

4. Opacidade da linguagem, que, muitas vezes, torna ambíguo a troca de significados, que se produz nas conversações entre jogadores. O jogador 1 pode falar A e o jogador 2 escutar B. No jogo de bridge, esses erros de conversação são muito comuns, pois fala-se, principalmente, através das próprias jogadas e que admitem mais de uma interpretação. No jogo social ocorre algo parecido. Como posso saber se a ameaça de uma greve, uma renúncia ou uma guerra é real ou um blefe? Por isso existe uma dimensão linguística na nebulosidade do jogo social.

5. O jogo maior ou o contexto em que se situa o nosso jogo particular, sobre o qual não só não temos controle, como nem mesmo capacidade de predição. Quando muito, dispomos de limitada capacidade de previsão sobre o contexto ou circunstâncias que cercam e condicionam nosso jogo. Aqui, previsão é uma predição condicionada que começa com a conjunção “se” precedendo as circunstâncias em que se situa meu plano. Os jogadores escolhem seu plano de jogo, mas não as circunstâncias em que devem realizá-lo.

“Nesse nicho de incerteza, os jogadores entram em cooperação e em conflito e, assim, surgem problemas de relações no interior do plano de um ator, e de relações externas entre os planos dos diversos jogadores.”

O planejamento é uma função humana, uma das características que nos distinguiram como espécie. Somos capazes de “pensar antes de agir”, planejar e construir o futuro. Essa nota procura mostrar que o planejamento pode ser confundido com outras atividades como programação (o que faço antes e depois e como organizo). O planejamento, diferente disso, constrói futuros e potencializa a capacidade humana de jogar no jogo social. A construção de projetos, governos, sociedade é um jogo complexo e incerto. As ferramentas que as Ciências e Técnicas de Governo que Matus desenvolveu são instrumentos para a construção de uma sociedade democrática.

No autoritarismo é fácil planejar, pois apenas um ator controla inúmeras variáveis pela força e pela coerção. Exemplo disso é o uso do aparato repressivo e da censura. Governar na democracia requer outras capacidades pois o poder não é concentrado como na ditadura, é distribuído por um sem-número de atores que controlam diferentes tipos de poderes. Saber planejar no jogo social é uma condição crítica para mantermos a liberdade e a paz na vida cotidiana.

O plano como aposta

Dadas as características do jogo social, planejar, governar e dirigir na democracia, exige teorias e métodos próprios para o contexto complexo, incerto e conflitivo onde se darão essas práticas. O plano não pode ser um arranjo baseado em pesquisas deterministas que deve responder às necessidades de todos os atores envolvidos. Não é o caso de um diagnóstico baseado em ciências e uma abordagem única de um ator e uma série de ações que refletem somente o que esse pensa e entende o que deve ser enfrentado.

Um plano estratégico deve se referir a um contexto em que outros, que tenham capacidade de planejar e atuar, também planejem. Então é uma maneira de se ter um instrumento que

permita entender o jogo dos demais, ter ações baseadas no enfrentamento, saber utilizar meios estratégicos, construir trajetórias e criar viabilidade política para as ações planejadas.

O plano, mais que um roteiro de atuação é uma aposta de um ator frente a um problema ou necessidade social. Mas deve ser uma aposta com fundamento. Feita com análise estratégica e que use inteligência para enfrentar os planos de outros atores que também jogam.

Saber planejar e dispor de métodos de criar viabilidade política aos planos é fundamental para governar e dirigir na política e na sociedade.

Referências Bibliográficas

Bauman, Z - Modernidade Líquida – Brasil – Zahar – 2014.

Burbano e Ramires - La Planeación Estratégica: una Herramienta de Gobierno en el diseño y gestión de Políticas Públicas - www.planificacionpublicaygobierno.blogspot.com – Colômbia – 2014.

Bobbio, N - Estado, Governo e Sociedade - Por uma Teoria Geral da Política - Brasil – Editora Paz e Terra – 1987

Matus, C. - Teoria do Jogo Social – Brasil – Fundap – 1996

Matus, C. - Chimpanzé, Machiavel e Ghandi – Fundap – 1997

Matus, C. - O Método PES – Planejamento Estratégico e Planejamento Governamental – Coleção Ciências e Técnicas de Governo – Edições Fundap – 1997

Matus, C. - Estratégias Políticas – Chipanzé, Machiavel e Ghandi – Estilos de Fazer Política – Coleção Ciências e Técnicas de Governo – Edições Fundap – 1998

Matus, C. - O Líder sem Estado Maior – Estrutura e Modernização do Gabinete do Dirigente Público – Coleção Ciências e Técnicas de Governo – Edições Fundap – 1997

Matus, C. - Adeus, Senhor Presidente – A metodologia PES e sua Aplicabilidade – Coleção Ciências e Técnicas de Governo – Edições Fundap – 1996

Matus, C. - Los Tres Cinturones del Gobierno – Gestión, Organización y Reforma do Aparato Público – Fondo Editorial Altadir – Venezuela – 1997

Wittgenstein, L. – Investigações Filosóficas – Brasil – Abril Cultural – 1979

VI – SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

Nota Técnica

22. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS NO SETOR METAL-MECÂNICO

Naira Elizabete Barbacovi⁶⁰
Débora Regina Schneider Locatelli⁶¹
Raquel da Silva Pereira⁶²
Marco Antônio Pinheiro da Silveira⁶³

Resumo Executivo

A Lei 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, muda o destino dos resíduos e rejeitos industriais. Tradicionalmente, as indústrias priorizaram a extração de novos recursos naturais para o processo produtivo, esquecendo-se de minimizar as perdas no processo, deixando de aproveitar materiais que já receberam valor agregado ao serem extraídos, transportados e transformados – os resíduos. Adicionalmente, não contabilizavam adequadamente o custo de transporte e destinação final desses resíduos, geralmente dispostos em aterros particulares. Esta nota técnica apresenta breve análise sobre os resíduos de 25 indústrias metal-mecânicas de um município de porte médio do Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Lei 12.305. Gestão de Resíduos. Indústrias. Rio Grande do Sul.

O destino final dos rejeitos industriais é um problema a ser enfrentado em curto prazo por essas organizações que historicamente investiram em insumos de produção, priorizando a extração de novos recursos naturais para o processo produtivo, esquecendo-se de minimizar ao máximo as perdas no processo, deixando de aproveitar materiais que já receberam valor

⁶⁰ **Naira Elizabete Barbacovi.** Doutora em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (2018). Mestre em Engenharia: área de concentração infraestrutura e meio ambiente pela Universidade de Passo Fundo (2013). Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (2008). Pesquisadora na área de Sustentabilidade Urbana. Professora do curso de Ciências Sociais Aplicadas na Faculdade IDEAU. Coordenadora do Curso de Ciências Sociais Aplicadas - Faculdade IDEAU - Passo Fundo.

⁶¹ **Débora Regina Schneider Locatelli.** Doutora em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (2017). Mestre em Administração pela Universidade de Caxias do Sul (2009) e em Relações Internacionais para o Mercosul pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2001). Graduada em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (1998). Professora adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim.

⁶² **Raquel da Silva Pereira.** Doutora em Ciências Sociais e Mestre em Administração, ambos pela PUC/SP. Pós-graduada em Administração de Recursos Humanos, pela ESAN e Licenciada Plena por meio do Curso de Formação de Professores pela FATEC/SP. Bacharel em Administração de Empresas, pela - USJT. Desde março de 2008 leciona na graduação e no PPGA da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

⁶³ **Marco Antônio Pinheiro da Silveira.** Pós-doutorado em Administração de Empresas pela FEA-USP, doutorado em Administração de Empresas pela FGV-SP, mestrado em Administração de Empresas pela FGV-SP, Graduado em Engenharia de Produção Mecânica pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. Coordenador da Comissão de Periódicos da USCS.

agregado ao serem extraídos, transportados e transformados – os resíduos (BUTTER, 2003). Além disso, não contabilizavam adequadamente o custo de transporte e destinação final desses resíduos, geralmente dispostos em aterros particulares.

No Brasil, desde a promulgação da Lei 12.305, em 2010, há a obrigatoriedade de adoção de logística reversa por parte de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dentre outros atores corresponsáveis nas cadeias de produção. Tal legislação objetiva preservar o meio ambiente e mitigar os danos ambientais.

A análise de 25 indústrias metal-mecânicas de um município de porte médio do Estado do Rio Grande do Sul permitiu a elaboração desta recomendação técnica. Todas essas indústrias possuíam Licenciamento Ambiental. Identificamos o atual sistema de gerenciamento dos resíduos em cada uma delas.

Os órgãos públicos do município realizam trabalho de conscientização e fiscalização, por meio de visitas não regulares e na ocorrência de denúncias. As indústrias são orientadas a entregar anualmente à Prefeitura documentos que comprovem a destinação correta dos resíduos por ela gerados. Esses documentos são assinados e são de responsabilidades das indústrias e do engenheiro responsável.

Todas as indústrias analisadas não possuem um Sistema de Gestão de Resíduos totalmente implantado, somente 8% dos respondentes disseram estar em fase de implantação de um sistema desta natureza.

A produção de sucatas de metais das indústrias estudadas e o tipo de resíduo que mais gera volume, tanto em empresas de pequeno como de médio porte, é a sucata de metais ferrosos. Uma das estratégias para diminuir os impactos ambientais é o gerenciamento de resíduos que, segundo a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) pode ser feito através do Sistema Integrado de Bolsas de Resíduos. Essas bolsas de resíduos são ambientes na internet que têm como objetivo a compra, venda, doação de sobras ou trocas de processos industriais. Essa forma de negociar os resíduos é vista como um instrumento de redução de desperdício e de custos, contribuindo com a atividade industrial, numa menor geração de resíduos (CNI, 2011).

O Quadro 1 apresenta os tipos de resíduos identificados nas indústrias estudadas e sua classificação.

Quadro 1 - Tipos de resíduos e classificação dos resíduos das indústrias

Tipos de resíduos	Classe
Sucata de metais contaminados	I – perigoso
Panos mecânicos	I – perigoso
EPIs	I – perigoso
Embalagens e tambores vazios (tintas, óleos, graxas etc.).	I – perigoso
Óleo e fluídos de corte	I – perigoso
Embalagens de insumos (contaminados)	I – perigoso
Sucata de pó de ferro (contaminado)	I – perigoso
Resíduos de varrição	I – perigoso
Resíduos de escritório (cartuchos e toners vazios)	I – perigoso
Embalagens de insumos (não contaminado)	II B – inertes
Resíduos de solda (pontas de eletrodos)	II B – inerte
Resíduos de escritórios (folhas brancas, jornal, etc.)	II B – inerte
Disco abrasivo	II A - não inertes
Resíduo de solda (escória)	II A - não inertes
Sucata metais não contaminado	II A - não inertes

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com a NBR 10004/2004 (ABNT, 2004), é necessário que a disposição final dos resíduos esteja de acordo com as normas brasileiras. Assim, o processo utilizado para a disposição final de resíduos industriais é o aterro de resíduo industrial. Esse processo consiste na disposição dos resíduos sólidos no solo que, fundamentado em critérios de engenharia e normas operacionais específicas, permite a confinação segura em termos de controle de poluição ambiental e proteção à saúde pública (Quadro 2).

Quadro 2 – Formas de acondicionamento e disposição final dos resíduos nas indústrias pesquisadas

Tipo de resíduo	Classe	Acondicionamento	Estocagem	Disposição Final
Sucata de metais (contaminado)	Classe I	A granel latas/tambores	Área fechada com isolamento	Empresa licenciada para dar destino (Reprocessamento; Reciclagem externa)
Sucata de metais (não contaminado)	Classe II - A	A granel latas/tambores	Área fechada com isolamento	Reaproveitamento; Ferro velho; Doação.
Resíduos Têxteis (panos mecânicos)	Classe I	Sacos/Tambores	Área fechada com isolamento	Encaminhado a lavanderias licenciadas (reaproveitado).
EPIs	Classe I	Sacos	Área fechada com isolamento	Empresa licenciada para dar destino (reprocessamento; reciclagem externa).
Embalagens e tambores vazios (tintas, óleo e graxas etc.)	Classe I	Containers	Área fechada com isolamento	- Encaminhado para empresas licenciadas; - Venda para terceiros; - Devolvido ao fornecedor.
Óleos e fluidos de corte	Classe I	Tambores	Área fechada com isolamento	Encaminham para empresas licenciadas.
Sucata de pó de ferro (contaminado)	Classe I	Tambores	Área fechada com isolamento	Encaminham para empresas licenciadas.
Sucata de pó de ferro (não contaminado)	Classe II - A	Sacos e Tambores	Área fechada com isolamento.	Encaminham para aterro municipal. - Doação (ferro velho).
Sucata de pó de ferro (não contaminado)	Classe II - A	Sacos e Tambores	Área fechada com isolamento.	Encaminham para aterro municipal. - Doação (ferro velho).
Resíduos de papel, papelão, plásticos e metais (embalagens de insumos, contaminados)	Classe I	Sacos/Tambores	Área fechada com isolamento	Encaminhado a empresas licenciadas.
Resíduos de papel, papelão, plásticos e metais (embalagens de insumos, não contaminados)	Classe II - B	Sacos/Tambores	Área fechada com isolamento	Aterro Prefeitura Municipal (Reciclagem).
Resíduos de varrição	Classe I	Tambores	Área fechada com isolamento	Encaminhado a empresas licenciadas.
Resíduos de discos abrasivos (disco de corte e esmerilhamento)	Classe II - A	Galões/tambores	Área fechada com isolamento	Empresa licenciada para dar destino (reprocessamento; reciclagem externa).
Resíduos de solda (ponta de eletrodos)	Classe II - B	Tambores	Área fechada com isolamento	Empresa licenciada para dar destino.
Resíduo de solda (escórias)	Classe II - A	Tambores	Área fechada com isolamento	Empresa licenciada para dar destino.
Resíduo de solda (escórias)	Classe II - A	Tambores	Área fechada com isolamento	Empresa licenciada para dar destino.
Resíduos de escritório (papel, jornal etc.)	Classe II - B	Sacos	Área fechada com semi-isolamento	Aterro prefeitura municipal; Reciclagem
Cartuchos e toners vazios	Classe I	Sacos	Área fechada com isolamento	Empresa licenciada para dar destino.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Verificou-se que as 25 indústrias estudadas não possuem um Sistema de Gerenciamento de Resíduos industriais formalmente implantados, no entanto, todas realizam a segregação, armazenamento e disposição final de acordo com as normas e legislação vigentes. A criação das bolsas de resíduos e o olhar atento para as recomendações contidas no Quadro 2 podem ser um caminho para implantação de gerenciamento mais adequado.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 11.174: **Armazenamento de Resíduos Classe II – não inertes e III - inertes**. Rio de Janeiro, 1990.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 12.235: **Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos**. Rio de Janeiro, 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 10004: **Resíduos Sólidos: Classificação**. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. **Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. **Lei 9.974, de 6 de junho de 2000**. Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9974.htm. Acesso em: 28 jun. 2018.

BRASIL. **Lei 12.305 de dezembro de 2010**. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

BUTTER, P. L. **Desenvolvimento de um modelo de gerenciamento compartilhado dos resíduos sólidos industriais no sistema de gestão ambiental da empresa**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

CAPÓN-GARCÍA, E.; PAPADOKONSTANTAKIS, S.; HUNGERBÜHLER, K. Multi-objective optimization of industrial waste management in chemical sites coupled with heat integration issues. **Computers and Chemical Engineering**. v. 62. 2014. p. 21-36.

COELHO, H. M. G.; LANGE, L. C.; COELHO, L. M. G.; SARTORI, M. R. S. Environmental Performance Evaluation of Latin American Industries by Using the Industrial Solid Waste destination index (iswdi). **International Journal of Engineering and Technology**. vol. 7., n. 4., 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDUSTRIAS. Meio ambiente. **Gerenciamento de resíduos**. 2011. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/>. Acesso em: 05 abr. 2018.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução nº 09, de 31 de agosto de 1993**. Normas sobre óleo lubrificante usado ou contaminado. Disponível em: <http://site.sindicombustiveis-df.com.br/?p=2793>. Acesso em: 10 maio de 2018.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução nº 313 de 29 de outubro de 2002**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res93/res0993.html>. Acesso em: 10 maio 2018.

JASCH, C. The Use of Environmental Management Accounting (EMA) for Identifying Environmental Costs. **Journal of Cleaner Production**. v. 11, n. 6. 2003. p. 667–676.

MISSIAGGIA, R. R. **Gestão de Resíduos Sólidos Industriais**: caso da Springer Carrier. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

TOCCHETTO, M. R. L. **Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais**. Departamento de Química. Universidade Federal de Santa Maria, 2005. Disponível em: <http://www.blogdocancado.com/wp-content/uploads/2012/04/gerenciamento-de-residuos-solidos-industriais.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

VARGAS, S.; VIEIRA, G. B. B.; SILVA, R. M. As práticas de logística reversa em um grupo de empresas metalúrgicas localizado no sul do Brasil. **Revista Organizações em Contexto (ROC)**. v. 12, n. 24. 2016.

Nota Técnica

23. O SÉTIMO OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A IMPORTÂNCIA DA ENERGIA LIMPA PARA AS FUTURAS GERAÇÕES

Rogério Lopes¹
Lucas Martins Bernal²
Luiz Valini D'Agostino³
Matheus Sanchez Rios Barros Peluci⁴
Miguel Rodrigo dos Santos⁵
Murilo Carboni Villatoro⁶
Victor Hugo Belão da Silva⁷

Resumo Executivo

Os impactos sofridos pelo ecossistema é de responsabilidade de nós, seres humanos. Para que se consiga reverter a situação é necessário que sejam buscadas alternativas mais eficazes de energias limpas e acessíveis para todos e que não destruam cada vez mais o planeta. A energia tem grande contribuição para as mudanças climáticas, pois a queima de combustíveis fósseis causa a emissão excedentes de GEE (gases de efeito estufa). No Brasil, é motivo de orgulho a produção de energia, pois a maior parte dela, 84%, é sustentável. Porém, ainda há muito para evoluir e tornar a produção totalmente sustentável, assegurando que as pessoas possam se beneficiar das energias limpas, para contribuir cada vez mais com o meio ambiente e na diminuição dos custos para a população.

Palavras-chave: *Energia; Impactos; Natureza; Sustentável; Climáticas.*

“Uma nação que não consegue controlar suas fontes de energia, não pode controlar seu futuro.” (Barack Obama).

¹ **Rogério Lopes.** Graduado em Ciências Econômicas. Pós-Graduado em Administração Financeira e Mestre em Administração com ênfase em Gestão de Negócios. Professor da Escola de Negócios na forma presencial e em EAD.

² **Lucas Martins Bernal.** Aluno do 1º sem. do curso de Administração da USCS.

³ **Luiz Valini D'Agostino.** Aluno do 1º sem. do curso de Administração da USCS

⁴ **Matheus Sanchez Rios Barros Peluci.** Aluno do 1º sem. do curso de Administração da USCS.

⁵ **Miguel Rodrigo dos Santos.** Aluno do 1º sem. do curso de Administração da USCS.

⁶ **Murilo Carboni Villatoro.** Aluno do 1º sem. do curso de Administração da USCS.

⁷ **Victor Hugo Belão da Silva.** Aluno do 1º sem. do curso de Administração da USCS.

Introdução

As pessoas estão cada vez mais preocupadas com o aquecimento global e a depredação do meio ambiente, mas é necessária uma mudança rápida para que as próximas gerações não sintam os impactos negativos e garantir que todos tenham acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, principalmente de fontes de energias renováveis, aumentando a participação na matriz energética nacional e global.

Um dos principais motivos das mudanças climáticas é a queima de combustíveis fósseis para geração de energia (como petróleo, carvão mineral e gás natural), que é a causa da emissão excessiva de gases de efeito estufa. Caso nada seja feito, todos sofrerão consequências como: aumento do nível do mar, tempestades, intensificação de secas, chuvas e inundações, ameaçando ecossistemas naturais e áreas urbanas e rurais.

Neste trabalho, abordaremos as energias limpas existentes no Brasil e seus principais meios de geração, mostrando como o Brasil está um passo a frente em relação ao mundo, com uma rota bem traçada rumo ao sucesso da autossuficiência em energia limpa e, conseqüentemente, mais próximo de atingir todas as metas da ODS 7 até 2030.

Materiais e métodos

Esta nota técnica tem como prioridade analisar a conscientização das pessoas em relação a energia limpa e sua importância para a nossa e futuras gerações. A pesquisa foi realizada pela plataforma Google Forms e os entrevistados foram alertados que os dados seriam utilizados apenas para os fins da pesquisa, que foi respondida por 74 pessoas com perguntas para identificar o conhecimento e o grau de importância que as pessoas dão para a energia limpa e acessível. As oito perguntas foram analisadas minuciosamente e comentadas.

Objetivos

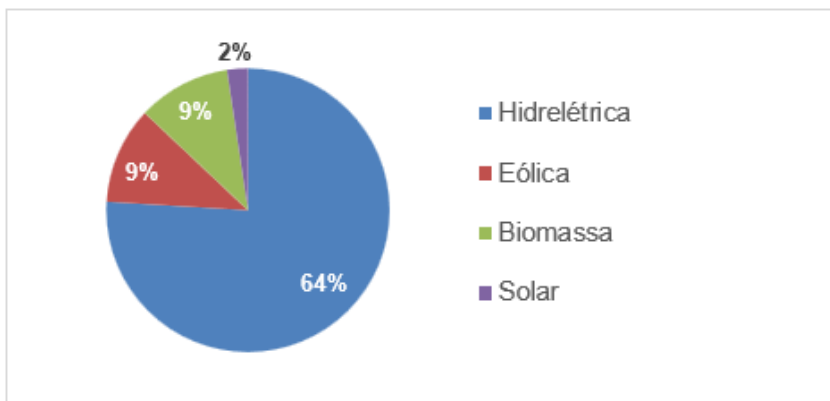
O principal foco desta nota técnica foi executar pesquisas em relação a energia limpa e acessível, que corresponde à 7ª ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, com o nome de Energia Limpa e Acessível, que tem como objetivo assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos. Diante disso, o trabalho irá analisar, por meio de questionário, métodos e possíveis soluções para que as pessoas saibam da relevância do tema energia e os impactos que pode causar nas futuras gerações.

Desenvolvimento

A humanidade criou grandes invenções que ajudaram na nossa evolução ao longo dos anos e a maioria das invenções tem interferência na natureza, a criação de energia causa impactos ambientais de menor e maior grau.

O Brasil está entre os 10 países que mais consomem energia no mundo, segundo a AIE (Agência Internacional de Energia), na última década enquanto o restante dos países do mundo cresceu em 30%, o Brasil cresceu 38% o consumo de energia, mas boa parte é proveniente de energias renováveis.

Segundo o levantamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica nos primeiros quatro meses de 2022, o Brasil aumentou a geração de energias limpas, que corresponde a 84% na matriz elétrica brasileira, sendo distribuída da seguinte forma:



Fonte: Os autores.

Nos últimos quatro anos, o Brasil registrou recorde de instalação de energia eólica, passou de um total de 14 gigawatts em 2018 para 22 gigawatts em 2022. Na energia solar o Brasil aumentou sua capacidade instalada em dez vezes nos últimos quatro anos, de 2,3 gigawatts em 2018 para 22 gigawatts em 2022.

Fontes renováveis e não renováveis de energia

As fontes de energia não renováveis são tidas como escassas, onde a previsibilidade para sua duração não existe, mas há limitação em seu uso e pode ser esgotada. A utilização dessas energias é prejudicial, o aquecimento global, efeito estufa e alterações climáticas são exemplos de danos causados ao meio ambiente.

As fontes de energia renováveis são uma alternativa para causar menos impactos negativos ao meio ambiente, pois algumas fontes de energia renováveis são limpas e acessíveis, além de se regenerarem rapidamente.

Abaixo temos alguns exemplos de fontes renováveis e não renováveis de energia:

Fontes renováveis	Fontes não renováveis
Energia solar	Petróleo
Energia eólica	Carvão mineral
Energia biomassa	Energia nuclear
Energia geotérmica	Gás natural
Energia hidrelétrica	Xisto betuminoso

Fonte: Mundo Educação Uol (2018).

Vantagens e desvantagens do uso de fontes renováveis de energia

As vantagens do uso de fontes renováveis de energia são os danos mínimos ao meio ambiente, além de serem energia limpa e regeneram-se a curto prazo.

A utilização das fontes renováveis de energia conseqüentemente reduz a dependência do uso de combustíveis fósseis como principais fontes energéticas, algumas fontes são capazes de produzir energia a baixo custo.

As desvantagens do uso de fontes renováveis são que apesar de limpas, podem causar

problemas ao meio ambiente como: mudanças nas paisagens dos locais que estão instalados, desmatamentos e demandam tecnologias avançadas que impactam financeiramente.

Abaixo uma tabela com as vantagens e desvantagens individuais de algumas energias renováveis:

Energia	Vantagens	Desvantagens
Solar	A energia solar não polui, é renovável, limpa e sustentável Necessidade mínima de manutenção Economia de até 95% da conta de luz Valorização do imóvel e sustentabilidade	Alto custo de aquisição Alteração na estética do imóvel Não gera energia à noite
Eólica	Não emite gases poluentes e nem gera resíduos Diminui a emissão de gases do efeito estufa (GEE) Gera empregos nas regiões onde são instalados.	Intermitência Impacto visual/ modificação da paisagem Poluição sonora
Biomassa	Baixa emissão de poluentes Baixo custo para o reaproveitamento Alta capacidade de reaproveitamento dos resíduos orgânicos	Aumento das chuvas ácidas Poluição do ar Contaminação do solo
Geotérmica	Menor emissão de gases poluentes Não depende do clima Não precisa de área grande para instalação	Emissão de ácido sulfídrico (H ₂ S), nocivo à saúde Poluição sonora Contaminação de rios e lagos próximos Podem causar afundamento de terreno
Hidrelétrica	Ótimo custo benefício Menor volume de poluentes atmosféricos Custos operacionais baixos	Alagamento de grandes áreas de florestas Emissões de gases que intensificam o aquecimento global Alteração das formas de vida das populações

Fonte: Portal Solar (2022).

Ondas e marés podem gerar energia no Brasil

O investimento em fontes renováveis cresceu, e os oceanos têm um grande potencial energético, sendo possível produzir energia a partir:

- Do movimento das ondas
- Pela variação de temperatura entre a superfície e o fundo do mar
- Pelas correntes oceânicas
- Por um processo de osmose entre a água salgada e a doce
- Pelas marés

Existem muitos desafios como o processo de instalação de uma usina ser demorado, além de ser necessário fazer análises ambientais, pois os equipamentos de energia podem afetar a fauna e flora marítimas. As pesquisas e o desenvolvimento de equipamentos para essas energias, tem custos altos e dificultam uma eficiência na produção que justifique o investimento.

O Brasil desenvolveu apenas um protótipo de usina de ondas em 2012, que também foi a primeira na América Latina, instalada no quebra-mar do Porto de Pecém, no Ceará. A usina funcionava a partir de dois flutuadores ligados a braços mecânicos. O movimento dos flutuadores, pelas ondas, fazia com que esses braços levassem água doce com alta pressão para um sistema de pás, que era movimentado e gerava energia.

Energia Eólica Offshore

A energia do Eólica Offshore é considerada a energia do futuro, é obtida por meio da força do vento em alto mar, além de ser inesgotável (o vento é um recurso ilimitado) e não poluente.

As vantagens são que o recurso eólico existente no mar é superior em relação ao da Terra, baixo impacto visual e acústico e facilidade do transporte marítimo.

O potencial de geração das eólicas offshore no Brasil é de 700 gigawatts, que representa o mesmo que 50 usinas de Itaipu (a segunda maior hidrelétrica do mundo).

Taxação de Energia Solar a partir de 2023

A partir de 6 janeiro de 2023, quem adquirir um sistema de energia solar fotovoltaica entrará em um novo regime de tarifas que será cobrado dos consumidores. Esta taxa consta no Marco Legal para Microgeração e Minigeração distribuída de energia, Lei 14.300/2022.

Para o consumidor que já possui o sistema instalado está isento das novas tarifas até 2045 e os novos clientes terão isenção de 12 meses.

Atualmente os consumidores podem gerar a sua própria energia e fornecer o excedente para a rede de distribuição, que retornam em créditos para serem descontados na conta.

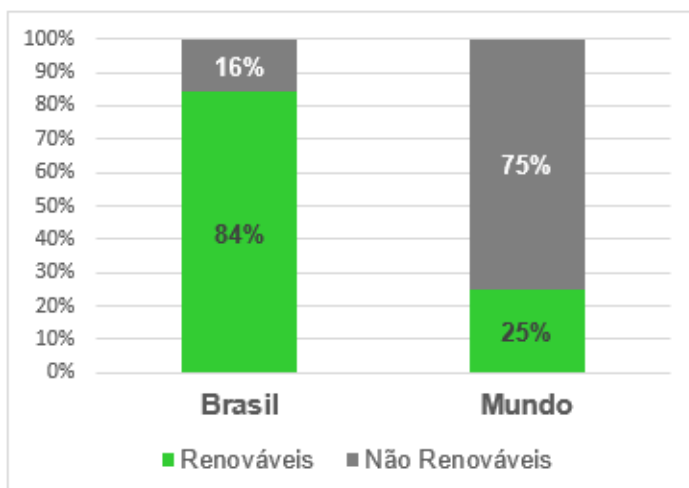
COP-27

De 6 a 18 de novembro, foi realizada a 27ª Conferência do Clima, organizada pelas Nações Unidas no Egito, os países serão cobrados mais uma vez das metas de redução de emissões até 2030, as chamadas Contribuições Nacionalmente Determinadas, que devem ser cumpridas de acordo com a meta estabelecida em 2015 pelo Acordo de Paris, para limitar o aumento da temperatura global a 1,5°.

O Brasil na COP-27 tem como foco a geração de energia limpa, com o slogan “O futuro da energia limpa é o presente do Brasil”, destacando que o Brasil é um dos países com maior participação de fontes renováveis no mundo com mais de 44% na matriz energética, e nos demais países é de apenas 15%.

Segundo o Governo, o país está mostrando ao mundo que tem capacidade para ser um grande exportador mundial de energia limpa.

Comparação de utilização de fontes renováveis e não renováveis na matriz elétrica no Brasil e no mundo em 2022:



Fonte: Os autores.

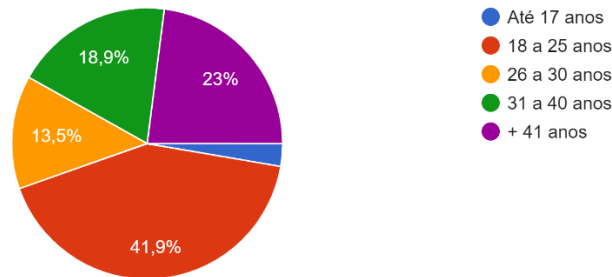
Resultados

A pesquisa foi respondida por 74 entrevistados, sendo as questões sobre a energia limpa para entender qual o nível de preocupação das pessoas com os impactos negativos do meio ambiente que podem ser causados para as futuras gerações, caso não busquemos alternativas mais eficazes de energia limpa.

1 – Qual sua faixa etária?

Qual a sua faixa etária?

74 respostas



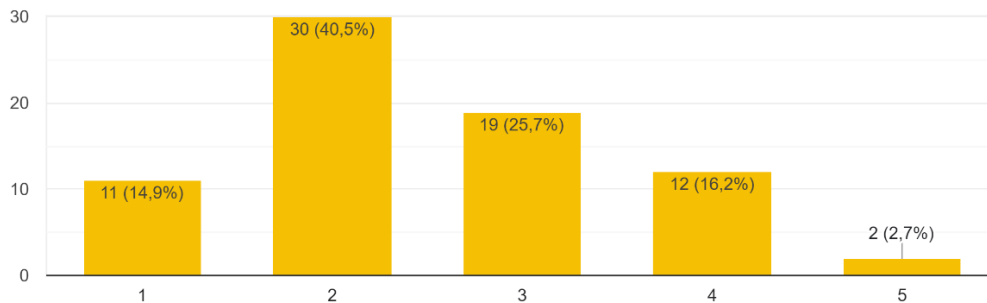
Fonte: Os autores.

A pesquisa teve retorno de diferentes faixas etárias, sendo a maior parte que respondeu com 41,9% jovens de 18 a 25 anos, 23% adultos com mais de 41 anos, 18,9% adultos de 31 a 40 anos, 13,5% adultos de 26 a 30 anos e apenas 2,7% dos jovens de até 17 anos.

2 – Atualmente quanto você acha que a energia renovável é utilizada no Brasil? (Escala de 1 a 5)

Atualmente quanto você acha que a energia renovável é utilizada no Brasil?

74 respostas



Fonte: Os autores.

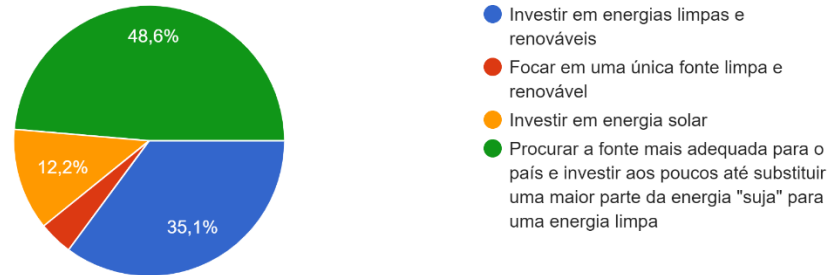
A maioria das pessoas acha que a energia renovável não é muito utilizada no Brasil, sendo 55,4%, e 25,7% acham que a energia é utilizada razoavelmente. Apenas 18,9% acreditam que a energia renovável é bastante utilizada no país.

Isso demonstra que as pessoas não têm conhecimento profundo, quando se trata de energia e desconhecem que o Brasil é um dos países mais ricos nesse quesito.

3 – Qual seria a solução para um país extremamente dependente de energia, que busca alternativas aos combustíveis fósseis?

Qual seria a solução para um país extremamente dependente de energia, que busca alternativas aos combustíveis fósseis?

74 respostas



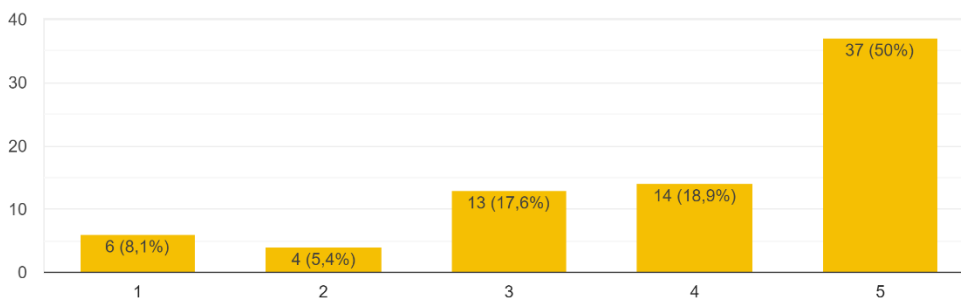
Fonte: Os autores.

Para 4,1% das pessoas, a solução para um país extremamente dependente de energia, que busca alternativas aos combustíveis fósseis, é focar em uma única fonte limpa e renovável, 12,2% dos entrevistados acreditam que é necessário investir em energia solar e 35,1% acreditam que é necessário apenas investir em energias limpas. A maior parte das pessoas, sendo 48,6% acha que solução correta é procurar a fonte mais adequada para o país e investir aos poucos até substituir uma maior parte da energia "suja" para uma energia limpa, o que está correto, pois além de termos um planejamento estratégico, a matriz energética será mais diversificada.

4 – Em sua opinião, qual seria o impacto financeiro e ambiental com a utilização de energias renováveis? (Escala de 1 a 5)

Em sua opinião, qual seria o impacto financeiro e ambiental com a utilização de energias renováveis?

74 respostas



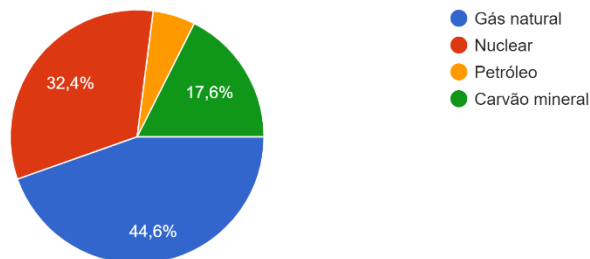
Fonte: Os autores.

A maioria das pessoas com 68,9% acredita que terá muito impacto financeiro e ambiental com a utilização de energias renováveis, já 17,6% acham que razoavelmente e 13,5% acham que teria pouco impacto. Além de não emitir poluentes, as fontes de energias renováveis tem mais eficiência energética, desenvolvimento social e econômico.

5 – Apesar de serem energias não renováveis, qual dessas energias é limpa?

Apesar de serem energias não renováveis, qual dessas energias é limpa?

74 respostas



Fonte: Os autores.

Apenas 32,4% dos entrevistados consideram que a energia nuclear é limpa e o restante 67,6% oscilam em gás natural, petróleo e carvão mineral.

A energia nuclear não é renovável, mas é considerada limpa, pois não libera gases de efeito estufa, mas como já destacado tem um custo elevado para implementação e pode causar poluição térmica.

6 – A energia solar é uma fonte limpa e renovável, por que motivo é pouco usada?

A energia solar é uma fonte limpa e renovável, por que motivo é pouco usada?

74 respostas



Fonte: Os autores.

47,3% dos entrevistados acreditam que o preço é o fator determinante para a energia solar ser pouco utilizada. O restante das pessoas, sendo 52,7% acham que espaço físico, falta de conhecimento e falta de costume da sociedade são os motivos dela ser pouco usada.

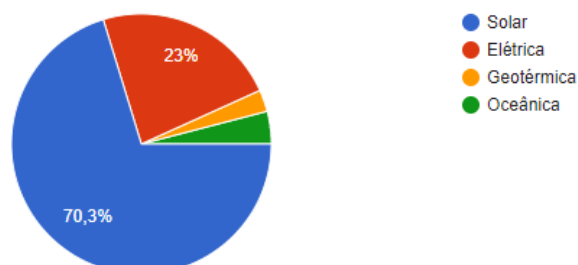
A longo prazo a energia solar ela é mais barata, porém o custo de implantação é caro.

7 – A energia solar é uma fonte limpa e renovável, por que motivo é pouco usada?

Quais tipos de energias renováveis as pessoas tem acesso?

Energia Renovável: Uma categoria de energia composta por recursos naturais que se regeneram rapidamente ou que são ativos permanentemente.

74 respostas



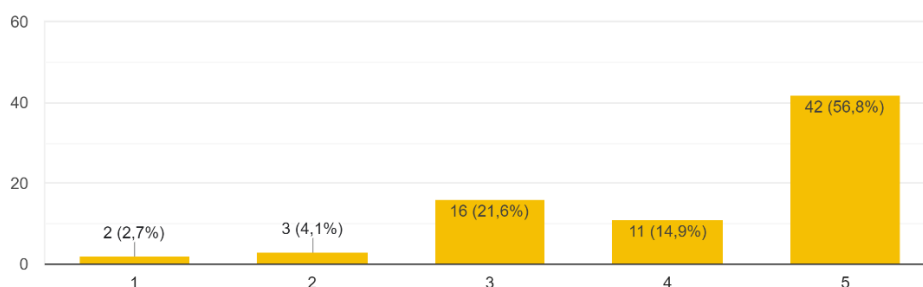
Fonte: Os autores.

70,3% dos entrevistados demonstram que tem conhecimento em relação a energia renovável que as pessoas têm acesso, sendo a energia solar. O restante das pessoas em 29,7% alternam em energia elétrica, geotérmica e oceânica.

8 – Qual nível de importância você acredita que a energia limpa e acessível tem para as pessoas?

Qual nível de importância você acredita que a energia limpa e acessível tem para as pessoas?

74 respostas



Fonte: Os autores.

A maior parte dos entrevistados, sendo 71,7%, acredita que a energia limpa e acessível é muito importante para as pessoas e os demais oscilam em razoavelmente importante (21,6%) e pouco importante (6,8%).

Considerações finais

De acordo com o resultado das pesquisas, é perceptível que a maior parte das pessoas ainda não tem familiaridade com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), principalmente com a 7ª Energia Limpa e Acessível.

Com isso, é necessário, conscientizar todos os cidadãos de forma que fiquem cientes da importância de investirmos em energias limpas e acessíveis para todos.

O ideal é acrescentar uma matéria nas escolas que mostre a importância de todas as ODS para que os jovens, que são o futuro do país e do mundo, fiquem mais sensibilizados para lutar pelo meio ambiente. Além disso, o governo também pode incentivar através de projetos espalhados pelas cidades, propagandas na televisão e redes sociais para que engajem cada vez mais pessoas e adotem hábitos e políticas sustentáveis.

O Brasil tem potencial para gerar muito mais energia limpa, principalmente a energia eólica offshore, pois tem uma vasta área marítima e uma costa com 11.000 quilômetros de extensão e ventos constantes.

Precisamos investir cada vez mais em serviços de energia modernos que disponibilizam energias limpas e renováveis, com menor impacto no meio ambiente e menor emissão de gases de efeito estufa.

Referências Bibliográficas

ABEN. **Por que a energia nuclear está à beirade um renascimento.** Disponível em: <https://aben.com.br/por-que-a-energia-nuclear-esta-a-beira-de-um-renascimento/#:~:text=Energia%20limpa,liberando%20gases%20de%20efeito%20estufa>. Acesso em 30 de outubro em 2022.

Blue Sol Energia Solar. **Energia Solar e a Verdade sobre Seus Pontos Positivos e Negativos.** Disponível em: <https://blog.bluesol.com.br/energia-solar-pontos-positivos-e-negativos/>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

Corredor Ecológico Vale do Paraíba. **Energia hidrelétrica: uma fonte de energia renovável?** Disponível em: <https://corredorecologico.com.br/imprensa/artigos/13/energia-hidreletrica-uma-fonte-de-energia-renovavel>. Acesso em 05 de novembro de 2022.

Diana, Juliana. **Energia Eólica.** Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/energia-eolica/>. Acesso em 05 de novembro de 2022.

Enel. **Todas as vantagens da energia hidroelétrica.** <https://www.enelgreenpower.com/pt/learning-hub/energias-renoveveis/energia-hidraulica/vantagens>. Acesso em 13 de outubro de 2022

Enel X. **Cresce no Brasil a busca por energia limpa e renovável: veja o panorama atual.** Disponível em: <https://www.enelx.com/br/pt/conteudos/cresce-no-brasil-a-busca-por-energia-limpa-e-renovavel-veja-o-p>. Acesso em 05 de novembro de 2022.

Engie. Além da Energia. **Biogás e Biomassa.** Disponível em: https://www.alemdaenergia.engie.com.br/entenda-porque-o-brasil-e-uma-potencia-de-producao-de-biogas/?gclid=Cj0KCQiAgribBhDkARIsAASA5bvJS_f1fgS9XKNEDKI64rvS1uNuyZ-RJUHTiUnBqmVb-MdlLqct5uAaAq0TEALw_wcB. Acesso em 05 de novembro de 2022.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. **Fontes de Energia.** Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/fontes-de-energia>. Acesso em 04 de novembro de 2022.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. **Matriz Energética e Elétrica.** Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>. Acesso em 04 de novembro de 2022.

Esfera Blog. **Novidades do setor de energia.** Disponível em: <https://esferaenergia.com.br/blog/fontes-de-energia/o-que-e-energia-hidraulica/>. Acesso 14 de outubro de 2022.

Fogaça, Jennifer Rocha Vargas. **Energia Limpa.** Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/quimica/energia-limpa.htm>. Acesso em 13 de novembro de 2022.

Governo do Brasil. **Brasil na COP27: Destaque em geração de energia limpa.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v4aiqklwt6E>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

Guitarrara, Paloma. **Biomassa.** Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/biomassa.htm>. Acesso em 05 de novembro de 2022.

Iberdrola. **O que é a energia eólica offshore.** Disponível em: <https://www.iberdrola.com/sustentabilidade/como-funcionam-os-parques-eolicos-offshore>. Acesso em 12 de novembro de 2022.

Intelbras. **5 exemplos de energia limpa no Brasil.** Disponível em: https://blog.intelbras.com.br/energia-limpa/?gclid=CjwKCAjw7p6aBhBiEiwA83fGusAvWav6S5VOgk67oRWj_yluwCuKPwf_sXw6-KsqMAWlxii2ZNDShoCuHIQAvD_BwE. Acesso 13 de outubro de 2022.

Malar, João Pedro. **Entenda como ondas e marés podem gerar energia no Brasil.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/entenda-como-ondas-e-mares-podem-gerar-energia-no-brasil/?amp>. Acesso em 04 de novembro de 2022.

Ministério de Minas e Energia. **Fontes renováveis devem aumentar participação na matriz energética em 2022.** Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/fontes-renovaveis-devem-aumentar-sua-participacao-na-matriz-energetica-em-2022>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

Mundo Educação Uol. **Fontes renováveis de energia.** Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/fontes-renovaveis-energia.htm#:~:text=A%20maioria%20das%20fontes%20renov%C3%A1veis,migrat%C3%B3rio%20de%20aves%20da%20regi%C3%A3o>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

Nações Unidas Brasil. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil - Energia limpa e acessível.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/7>. Acesso em 13 de outubro de 2022.

Portal Solar. **Energia eólica: o que é, como funciona, vantagens e desvantagens.** Disponível em: <https://www.portalsolar.com.br/energia-solar-x-energia-eolica-precos.html>. Acesso em 04 de novembro de 2022.

Portal Solar. **Energia Solar x Energia Geotérmica: quais as diferenças?** Disponível em: <https://www.portalsolar.com.br/energia-solar-x-energia-geotermica>. Acesso em 04 de novembro de 2022.

Portal Solar. **Energia Solar Fotovoltaica: Impactos Ambientais.** Disponível em: <https://www.portalsolar.com.br/energia-solar-fotovoltaica-impactos-ambientais>. Acesso em 13 de outubro de 2022.

Portal Solar. **Energia Solar no Brasil.** <https://www.portalsolar.com.br/energia-solar-no-brasil.html>. Acesso 14 de outubro de 2022.

Portal Solar. **Vantagens e Desvantagens da Energia Solar Fotovoltaica.** Disponível em: <https://www.portalsolar.com.br/vantagens-e-desvantagens-da-energia-solar.html>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

Solarem. **Conheça as 3 principais fontes de energia sustentável!** Disponível em: <https://solarem.com.br/conheca-as-3-principais-fontes-de-energia-sustentavel/>. Acesso em 30 de outubro em 2022.

Thiago. **A partir de janeiro de 2023, começará a valer a “taxação” da energia solar.** Disponível em: <https://sistelengenharia.com.br/a-partir-de-janeiro-de-2023-comecara-a-valer-a-taxacao-da-energia-solar/>. Acesso em 04 de novembro de 2022.

Watanabe, Marta. **‘Taxação do sol’ faz consumidor se apressar para instalar placas de energia no telhado.** Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/10/18/taxacao-do-sol-faz-consumidor-se-apressar-para-instalar-placas-de-energia-no-telhado.ghtml>. Acesso em 04 de novembro de 2022.

Wiltgen, Julia. **‘Taxação do sol’: você tem menos de seis meses para instalar energia solar antes do início da nova cobrança.** Disponível em: <https://www.seudinheiro.com/2022/economia/taxacao-do-sol-voce-tem-menos-de-seis-meses-para-instalar-energia-solar-antes-do-inicio-da-nova-cobranca-julw/>. Acesso em 04 de novembro de 2022.

WWF. **Mudanças Climáticas e Energia.** Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/. Acesso em 13 de out. 2022.

VII – SAÚDE

Nota Técnica

24. A IMPORTANCIA DA PISCINA TERAPÊUTICA EM UMA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA

José Renato Romero⁶⁴
 Augusto César Ferreira Gauglitz⁶⁵
 Laura Cristina Pereira Maia⁶⁶

Resumo Executivo

Essa nota técnica tem como objetivo apresentar uma breve descrição das atividades desenvolvidas em uma clínica-escola de fisioterapia, tendo como foco principal o tratamento realizado dentro do ambiente aquático.

Palavras-chave: *Piscina Terapêutica. Hidroterapia. Clínica de Fisioterapia. Tratamento.*

No município de São Caetano do Sul, existem inúmeros serviços de fisioterapia, incluindo clínicas, estúdios, hospitais e ambientes acadêmicos dos sistemas público e privado. Dentre esses, poucos apresentam o setor de hidroterapia como recurso do processo de reabilitação de pacientes. Na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) existe a Clínica Escola, onde são realizados atendimentos tanto em solo (ortopedia, neurologia, saúde coletiva e fisioterapia cardiorrespiratória) quanto na piscina terapêutica.

A Hidroterapia, como o próprio nome já diz, é uma terapia, um tratamento fisioterápico dentro da água. Ela é realizada individualmente ou em pequenos grupos, conduzida por um fisioterapeuta com formação para hidroterapia ou piscina terapêutica. O termo hidroterapia é derivado do grego hydor, que significa água e terapia, que significa cura.

VA hidroterapia foi primeiramente usada pelos gregos na época de Hipócrates (460-375 a.C.), o qual tratou uma série de doenças, como reumatismo, espasmos musculares, paralisia e icterícia com a imersão em água quente e fria. Seguindo a influência grega, os romanos começaram a construir os sistemas de banho para propósito recreacional e terapêutico. Este sistema romano evoluiu para uma série de banhos com temperaturas variadas, indo desde muito quentes (caldarium), a mornas (tepidarium), até as mais frias (frigidarium), e tinham como objetivo curar e tratar lesões doenças reumáticas, paralisia, além de promover higiene, repouso, atividades intelectuais, recreativas e de exercício. Com a queda do Império Romano e a influência religiosa do cristianismo, durante a Idade Média, houve um acentuado declínio do uso dos banhos públicos e da água como poder curativo. Em 1700, no entanto, o uso terapêutico da água começa a dar os primeiros passos para o seu renascimento, quando um médico alemão, Sigmund Hahn, defendeu o uso da água para vários problemas médicos.

⁶⁴ **José Renato Romero.** Fisioterapeuta, Mestre em anatomia, Doutor em Ciências. Atualmente é docente nas disciplinas de anatomia humana, piscina terapêutica e supervisão de estágio em Hidroterapia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

⁶⁵ **Augusto César Ferreira Gauglitz.** Fisioterapeuta, Mestre em ortopedia. Atualmente é docente nas disciplinas de ortopedia e saúde do trabalhador na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e exerce a função de supervisor de estágio no setor de ortopedia na mesma instituição.

⁶⁶ **Laura Cristina Pereira Maia.** Fisioterapeuta, Mestre em Ciências, Membro do laboratório de delineamento de estudos e escrita científica na FMABC. Docente do curso de Medicina e Fisioterapia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

A partir daí, muitos médicos europeus começaram a divulgar a aplicação externa da água para o tratamento de uma variedade de condições.

Gradualmente, a hidroterapia se tornou uma modalidade terapêutica amplamente aceita e usada por fisioterapeutas, baseadas em conceitos científicos, sendo elemento essencial do processo de reabilitação e dirigida também para a prática de exercícios aquáticos com a finalidade de obtenção de cura, prevenção e bem-estar geral.

O desenvolvimento motor humano pode ser definido como processo natural que altera o comportamento de uma pessoa, podendo ser influenciado por vários fatores como o nível de exigência da tarefa que será executada, fatores intrínsecos ao indivíduo, bem como a sua predisposição genética, ou fatores extrínsecos, geralmente relacionados ao meio no qual o sujeito cresce e se desenvolve, assim como os estímulos e as oportunidades às quais eles foram submetidos ao longo deste período.

Uma das formas de intervenção fisioterapêutica das doenças do aparelho locomotor ou do sistema nervoso é a terapia aquática. O meio aquático permite independente da faixa etária, o fortalecimento da musculatura global através das técnicas de Bad Ragaz, Halliwick e Hidrocinesioterapia convencional devido às pressões da água na caixa torácica no momento em que corpo está imerso na água, e também promove a interação social, ambiente agradável e rico em estímulos lúdicos, o que contribui com a aplicação das técnicas e interação terapeuta com o paciente.

A atuação da Fisioterapia Aquática juntamente com os benefícios dos princípios físicos da água, garantem os efeitos terapêuticos necessários para a reabilitação neurológica como a normalização da tonicidade, melhorando a sensibilidade, a noção do esquema corpóreo, espacial e da propriocepção, facilitando as reações de correção de posturas antálgicas e da aquisição das habilidades motoras, promovendo suporte e auxílio no desenvolvimento da coordenação dos movimentos, facilitando o equilíbrio e a proteção, quando associadas com técnicas apropriadas desta especialidade.

Com a realização dos exercícios em cama elástica, em steps, com bambolês, aquatub e tapete flutuante, é possível integrar continuamente o sistema musculoesquelético ao neural para posicionar o corpo adequadamente no espaço e produzir forças para realizar tal tarefa. O meio aquático possibilita maior movimentação, o que favorece novos ajustes em relação ao equilíbrio. O desequilíbrio oferecido pela água permite adequar o controle dos músculos do tronco, através da postura de endireitamento, contribuindo para o ganho de posturas antigravitacionais.

Entre as variadas técnicas efetivas, a hidrocinesioterapia tem sido vastamente explorada por proporcionar a criação de inúmeras atividades funcionais seguindo o exemplo de reabilitação neuromotora, instituindo que a terapia seja a mais ativa e viável. Os efeitos da fisioterapia são indispensáveis para a reabilitação neurológica como: ajuste do tônus, melhora da sensibilidade, da noção corporal e espacial e da propriocepção, facilitação das reações de alinhamento e da aquisição das habilidades motoras, auxílio no desenvolvimento da coordenação dos movimentos e facilitação das reações de equilíbrio e de proteção, quando associadas com técnicas apropriadas de manuseio.

Indicações e contraindicações da Hidroterapia

A hidroterapia é indicada para todas as áreas da fisioterapia que envolve problemas de ordem traumato-ortopédicos, esportivos, neurológicos, reumáticos, estéticos etc. A Hidroterapia pode ser praticada por:

- Gestantes, obesos e idosos;

- Pessoas com artrose, osteoartrose, osteopenia e artrites;
- Pacientes com mal de Parkinson e fibromialgia;
- Pessoas que tiveram AVC e paralisia cerebral;
- Para treino de marcha, equilíbrio e coordenação;
- Pessoas com hérnia discal, espondilolistese, compressões ciáticas, lordose, escoliose e cervicalgias;
- Pessoas com lesões de ombro, cotovelo, coluna, quadril, joelho, tornozelo e pé;
- Pessoas com atrofia muscular e limitações na amplitude de movimento.

Contraindicações da Hidroterapia

Por ser uma atividade física, existe algumas restrições como, por exemplo, pacientes com problemas de pele, nas unhas ou qualquer tipo de ferida aberta, pois podem contaminar outros pacientes além de prejudicar o seu quadro.

Efeitos fisiológicos decorrentes da imersão

Com a imersão em água aquecida (ideal em torno de 32° - 34°C), em uma piscina que atenda todos os requisitos mínimos de segurança e adequação ao paciente, muitos efeitos poderão ser obtidos como a redução do limiar de dor, diminuição do grau de edema de extremidades, correção em certas alterações de marcha e disfunções posturais, aumento da mobilidade e flexibilidade articular, o fortalecimento e resistência muscular poderão ser alcançados sem gerar sobrecarga nos membros inferiores, aumento da resistência cardiorrespiratória, evolução de habilidades diminuídas e também a interação social do paciente.

Tais efeitos só podem ser alcançados quando exploramos as diferentes propriedades físicas da água, como a Densidade Relativa, que determina a capacidade de se flutuar um objeto ou corpo, inferindo-se que a densidade de qualquer corpo menor que 1g/cm³ possibilitará a sua flutuação; Força de Empuxo ou de Flutuação, que é a força atuante no sentido contrário ao gravitacional, ou seja, ao inspirar, o indivíduo flutua e ao expirar ele afunda, pois com cinco por cento da estrutura corporal fora da água, o corpo humano tende a flutuar.

A Força do Empuxo poderá ser utilizada como, sobrecarga natural, estímulo à circulação da periferia do corpo e facilitação do retorno venoso, fortalecimento da musculatura respiratória e relaxamento, a Tensão Superficial atuará como resistência ao movimento, já a Pressão Hidrostática exercerá uma pressão no corpo submerso, a pressão exercida em todos os planos será mesma. Se um objeto estiver em movimento e a água também, obtém-se a pressão reduzida, e ele tende a afundar. Se controlado, torna-se parcial.

A Viscosidade é a resistência de um fluido em deslocamento e também se refere à magnitude do atrito do líquido relacionado à força de coesão molecular, a atração das moléculas entre si, e quando as camadas do líquido são postas em movimento, essa atração cria resistência ao movimento e é detectada como propriedade viscosa. Segundo a lei de Pascal, cada tipo de massa (corpo, líquido, gasoso ou sólido) recebe e transmite uma determinada pressão dependendo da profundidade em que é imerso. Quanto mais profundo se encontra o corpo, maior será a pressão exercida sobre ele. Isto significa que um indivíduo em pé na água sofrerá maior pressão na região dos pés, sendo assim, a pressão hidrostática exercida no indivíduo promove aumento do débito cardíaco, da pressão pleural e da diurese.

O impacto é reduzido quando comparados aos exercícios no solo, pois os mesmos serão executados em baixa velocidade (podendo progredir para velocidade média de acordo com a evolução do paciente).

A “estimulação precoce” é uma das técnicas de terapia que aborda de forma elaborada diversos estímulos, podendo influenciar na maturação da criança, estimulando e facilitando

posturas que favoreçam o desenvolvimento de forma cognitiva e motora 35,36, podendo ser aplicado também na especialidade de Fisioterapia Aquática.

Dentre os métodos de reabilitação da Fisioterapia Aquática os que comumente são aplicados aos pacientes são: Método dos Anéis de Bad Ragaz, Método Halliwick, Método de Pilates Aquático, e Método Watsu.

Princípios físicos da Hidroterapia

A ação terapêutica da água aquecida acarreta o aumento do metabolismo e a diminuição da tensão muscular, proporcionando assim um ambiente agradável, confortável e relaxante. Além disso, um dos efeitos provocados pela imersão na água seria o aumento dos níveis de dopamina no sistema nervoso central, que se mantêm por algumas horas após a imersão.

Em ambiente aquático o empuxo tem como efeito a redução do peso corporal, e a força de arrasto aumenta a resistência à caminhada. Sendo assim, suportar o peso corporal em ambiente aquático se torna mais fácil, quando comparado ao ambiente terrestre, pois diminui o impacto no sistema musculoesquelético causando uma maior facilidade em controlar os movimentos. A atividade física treinada dentro da água tem proporcionado benefícios físicos em diferentes populações. A literatura mostra que ela permite a manutenção do condicionamento aeróbico, pois os exercícios hidroterápicos ocasionam o uso correto da mecânica corpórea e a prática de exercícios conduzidos ao problema

Métodos Bad Ragaz e Halliwick

O método dos anéis de Bad Ragaz é uma das técnicas da Fisioterapia Aquática que utiliza exercícios de flutuação sustentada, nos quais o terapeuta oferece estabilização e comando, e que foi desenvolvida através dos anos nas águas termais da cidade de Bad Ragaz, Suíça. É uma técnica de tratamento realizada exclusivamente na horizontal. São utilizadas as propriedades do meio líquido para se criar um programa de resistência para execução dos padrões. Propicia ao indivíduo fortalecimento, reeducação muscular, alongamento de tronco, relaxamento e inibição de tônus, propriocepção e analgesia levando a redução do limiar de dor, aumento do nível de complacência dos tecidos moles, adequação da tonicidade, promoção do relaxamento diferenciando o exercício na água daquele realizado em solo.

O Bad Ragaz tem como característica o uso da turbulência e flutuação como suporte, além de executar movimentos anatômicos, biomecânicos e fisiológicos das articulações e músculos em padrões funcionais, e trabalhar com o paciente individualmente.

O método se baseia em poucos equipamentos como colares cervicais, flutuadores pélvicos, e flutuadores de tornozelos. São aplicados durante a terapia movimentos isotônicos onde o terapeuta atua como um ponto de fixação móvel. Por exemplo, o paciente pode ser empurrado ou oscilado na direção do seu movimento ativo. Essa ação leva a um aumento desta resistência a esse movimento.

Existem também movimentos isométricos, onde o paciente mantém uma posição fixa enquanto está sendo empurrado através da água pelo terapeuta. Essa ação promove contrações estabilizadoras no tórax. Além disso, o terapeuta pode mover o paciente passivamente através da água como adjuvante nos objetivos do fisioterapeuta. Nos movimentos isocinéticos o terapeuta fornece fixação enquanto o paciente move-se através da água afastando-se dele ou em torno dele. O paciente determina a resistência ajustando sua velocidade de movimento através da água.

Neste método também podem ser usados padrões de diagonais convencional e espiral, parecidos com os movimentos de Kabat (Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva), tudo

dependerá do objetivo do terapeuta, da confiança entre paciente e do mesmo e do conforto do paciente para que o tratamento ocorra da melhor maneira e mais eficaz possível.

Método Halliwick

Desenvolvido por James Mc. Millan em 1949, em Londres, recebeu esse nome da escola de moças em que o trabalho se iniciou. Surgiu com o intuito de auxiliar pessoas com dificuldade físicas a se tornarem mais independentes para nadar.

Com o decorrer dos anos, Mc. Millan manteve a sua proposta original e adicionou outras técnicas ao método Halliwick enfatizando as habilidades dos pacientes e não as suas limitações.

Nesta modalidade o terapeuta deve apoiar de forma correta o paciente para permitir-lhe experiências de maior mobilidade e até mesmo executar movimentos que não são permitidos no solo. Depois de adaptado ao meio aquático, o paciente deve ser então ser desapegado de forma gradual do fisioterapeuta.

A base de neurofisiologia do método permite ao paciente o ganho de habilidades de uma forma diferente de outras abordagens tradicionais em solo, como o método Bobath e a terapia de reflexos condicionais de Vojta que são voltados ao neurodesenvolvimento humano. O método se baseia em 10 pontos a serem abordados no tratamento como:

- 1- Ajuste mental: adaptação ao meio líquido de forma que a confiança na água possa ser estabelecida;
- 2- Desprendimento/ Desligamento: é o meio pelo qual o nadador se torna mental e fisicamente independente;
- 3- Rotação longitudinal: é o movimento em torno do eixo transversal do corpo (da posição deitada para em pé);
- 4- Rotação transversal: é o movimento em volta do eixo da coluna vertebral (exemplo, rolar de decúbito ventral para dorsal);
- 5- Rotação combinada: combinação das duas anteriores sendo executada em um único movimento;
- 6- Empuxo: compreensão da força de flutuação da água;
- 7- Equilíbrio e imobilidade: o paciente é capaz de manter a posição do corpo enquanto flutua em descanso e imóvel, fazendo pequenos ajustes quando há turbulência;
- 8- Deslize turbulento: o paciente flutua, sendo levado através da água pela turbulência criada pelo instrutor;
- 9- Progressão simples: paciente realiza movimentos das mãos junto ao corpo "Sculling" (remadas curtas);
- 10- Nado básico: progressão do paciente podendo ser utilizadas também membros inferiores. A partir daí, podem ser adicionadas técnicas básicas como abrir os braços na água superficialmente em decúbito dorsal, bem como outros movimentos adaptados as necessidades individuais de cada paciente.

A terapia contempla três etapas para sua aplicação, sendo:

- Entrada, onde o fisioterapeuta deve sempre estar na água primeiro e ficar pronto para receber o paciente. Deve sempre entrar vagarosamente, sem causar fluxo turbulento, assegurando-se que os ombros possam estar cobertos pela água. Após isso, o paciente senta na borda da piscina (ou é colocado), é encorajado a pôr suas mãos para frente sobre os ombros do fisioterapeuta. As mãos do fisioterapeuta são colocadas abaixo de seus braços, em torno de suas costas, logo abaixo de suas escápulas. Em seguida, o paciente projeta o peso corpóreo para frente em direção ao terapeuta para que seja iniciada a sessão.

- Aplicação das Técnicas, iniciada com a interação terapeuta-paciente dentro do ambiente aquático progredindo do maior para menor auxílio do fisioterapeuta, e a aplicação dos 10 pontos do método.

- Saída, é realizada por cima da borda da piscina e devem ser desenvolvidas estruturas adequadas de tal maneira que a independência do paciente seja maior que o auxílio (caso seja necessário). O paciente pode ser retirado logo após estar tranquilo, como no início da terapia. Ao contrário de outros métodos, o Halliwick visa não utilizar flutuadores como adjuvante na terapia (dependendo da condição e necessidade do indivíduo), pois o mesmo pode impedir algumas ações na água como rotações, por exemplo. Os mesmos podem induzir o paciente a permanecer com a cabeça fora da água durante a terapia, fazendo com o que mesmo não aprenda a dominar sua própria respiração. O método pode ser indicado a todas as distúrbios locomotoras que acometem os indivíduos, como decorrentes de paralisia cerebral, condições neurológicas (AVE, Mal de Parkinson, ELA, paralisia cerebral, distrofias musculares, ataxias), condições traumato-ortopédicas e reumatológicas, espinha bífida, anormalidades congênitas, dentre outros.

Cotidianamente, são realizados muitos atendimentos com fisioterapeutas na clínica-escola de Fisioterapia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, tendo alcançado, no ano de 2022 a expressiva contribuição de aproximadamente 1.400 pacientes e mais de 5.500 procedimentos fisioterapêuticos aplicados, dentre esses, a terapia no ambiente aquático.

Podemos considerar que esses números mostram a importância que uma clínica-escola tem em um município como São Caetano do Sul e que uma boa qualidade nos atendimentos e a possibilidade de realizar as terapias em solo ou no ambiente aquático são fundamentais para o desenvolvimento pleno do processo de reabilitação.

Referências Bibliográficas

1. PEREIRA, W.K.S; LEITE, I. A. Interferência dos exercícios hidrocinesioterapeúticos nos níveis de pressão arterial de mulheres menopausadas. VI Congresso Internacional de envelhecimento humano, 2019. www.editorarealize.com.br;
2. OLIVEIRA, C.A et al. A eficácia da hidroterapia na redução da sintomatologia dos pacientes com fibromialgia. Revista Faculdade Montes Belos (FMB), v. 8, n° 3, 2015, p (1-179), 2014;
3. CARREGARO, R. L.; TOLEDO A. M. Efeitos fisiológicos e evidências científicas da eficácia da fisioterapia aquática. Revista Movimenta; Vol 1, N 1 (2008);
4. DIAS, J. A. B. S; DIAS, R. B. M. Atividades aquáticas: princípios físicos e respostas fisiológicas a imersão: Revisão de literatura. Revista Digital Buenos Aires nº134 Jul. 2009;
5. BIASOLI, M. C.; MACHADO, C. M. Hidroterapia: técnicas e aplicabilidades nas disfunções reumatológicas Temas de reumatologia clínica v. 7 - nº 3 Jun. 2006;
6. HYUN-GYU CHA, YOUNG-JUN SHIN, MYOUNG-KWON KIM. Effects of the Bad Ragaz Ring Method on muscle activation of the lower limbs and balance ability in chronic stroke: A randomised controlled trial. Hon Kong Physiotherapy Journal (37) 39-45 2017 DOI: 10.1016/j.hkpj.2017.02.001.

Nota Técnica

25. O CONSUMO ABUSIVO DE ÁLCOOL E A CONSOLIDAÇÃO DE FRATURAS

José Renato Romero⁶⁷
Augusto César Ferreira Gauglitz⁶⁸
Laura Cristina Pereira Maia⁶⁹

Resumo Executivo

Essa nota técnica tem como objetivo apresentar uma abordagem relacionada ao consumo excessivo do álcool pelo homem moderno e suas repercussões na consolidação óssea.

Palavras-chave: Alcoolismo. Osso. Fratura. Consolidação óssea.

Muitas das multas aplicadas no mês de setembro de 2022 durante a Operação Direção Segura Integrada, ação de fiscalização da Lei Seca, 296 foram por recusa ao teste do bafômetro, o que corresponde a 78,7% do total das infrações. Na capital, esse percentual é ainda maior: 94% dos motoristas autuados não aceitaram se submeter ao bafômetro. Em uma blitz realizada, das 100 multas registradas, 94 foram por recusa ao teste, incluindo a cidade de São Caetano do Sul (Portal do trânsito e mobilidade de SP).

O consumo de álcool na sociedade contemporânea é visto predominantemente de forma positiva, pois é uma substância psicoativa legal e socialmente aceita. Conforme dados do Ministério da Saúde do Brasil, essa substância causa a dependência conhecida como alcoolismo, sendo reconhecido como doença pela Organização Mundial de Saúde desde 1948, e representa um dos problemas socioeconômicos mais graves para a saúde mundial.

É importante observarmos que o uso excessivo de álcool é tão antigo quanto a humanidade, como é citado na Bíblia, no livro de Gênesis 9:20-21: Noé, que era lavrador, plantou a primeira vinha. Bebeu o vinho embriagou-se e ficou nu dentro da tenda.

Independentemente de ser crônico ou agudo, o consumo do álcool tem o potencial de alterar e prejudicar a saúde e o bem-estar. Além de ser um fator de risco para os eventos que levam a lesões e acidentes, o álcool também leva ao aumento da morbidade e mortalidade.

Atualmente o alcoolismo se destaca como um dos mais graves problemas de saúde pública por complicações vindas do plano somático, psíquico e de grande repercussão no meio social. Seu uso excessivo e prolongado causa uma variedade de anormalidades clínicas, bioquímicas e fisiológicas.

⁶⁷ **José Renato Romero.** Fisioterapeuta, Mestre em anatomia, Doutor em Ciências. Atualmente é docente nas disciplinas de anatomia humana, piscina terapêutica e supervisão de estágio em Hidroterapia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

⁶⁸ **Augusto César Ferreira Gauglitz.** Fisioterapeuta, Mestre em ortopedia. Atualmente é docente nas disciplinas de ortopedia e saúde do trabalhador na Universidade Municipal de São Caetano do Sul e exerce a função de supervisor de estágio no setor de ortopedia na mesma instituição.

⁶⁹ **Laura Cristina Pereira Maia.** Fisioterapeuta, Mestre em Ciências, Membro do laboratório de delineamento de estudos e escrita científica na FMABC. Docente do curso de Medicina e Fisioterapia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

A Organização Mundial de Saúde define o alcoólatra como um bebedor excessivo, cuja dependência em relação ao álcool é acompanhada de perturbações mentais, da saúde física, da relação com os outros e do comportamento social e econômico.

O aumento do risco de abuso de álcool e de outras drogas pode ser justificado com experiências traumáticas na infância, adolescência e na vida adulta. As experiências adversas e traumáticas da vida parecem ter um forte impacto no aparecimento de sintomas, e de um modo específico refere que a adversidade durante a infância aumenta a vulnerabilidade para desenvolver psicopatologias, seja na infância ou na idade adulta.

Segundo pesquisa do IBGE 72% dos adolescentes, de 13 a 15 anos já tomaram alguma bebida com álcool. Estudos sobre o uso de substâncias psicoativas têm mostrado um panorama ascendente para o consumo de álcool em adolescentes e jovens.

Por ser uma substância energética, o álcool promove a sensação de saciedade, o que leva a inapetência em associação a distúrbios gastrointestinais que acarretam a má absorção de nutrientes, principalmente se ingerido cronicamente.

Embora o consumo de bebidas alcoólicas seja um costume social, pode transformar-se em uma doença fármaco-dependente que até o século passado já atingia mais de oito milhões de pessoas só nos Estados Unidos e nos Países do Reino Unido, e este número pode ser muito maior, uma vez que muitos indivíduos omitem o uso desta substância.

De acordo com o *National Institute of Alcohol Abuse em Alcoholism* (NIAAA), cerca de 17,6 milhões de americanos, ou um em 12 adultos fazem uso do álcool ou são alcoólatras e define o alcoolismo como uma doença caracterizada por uma dependência química.

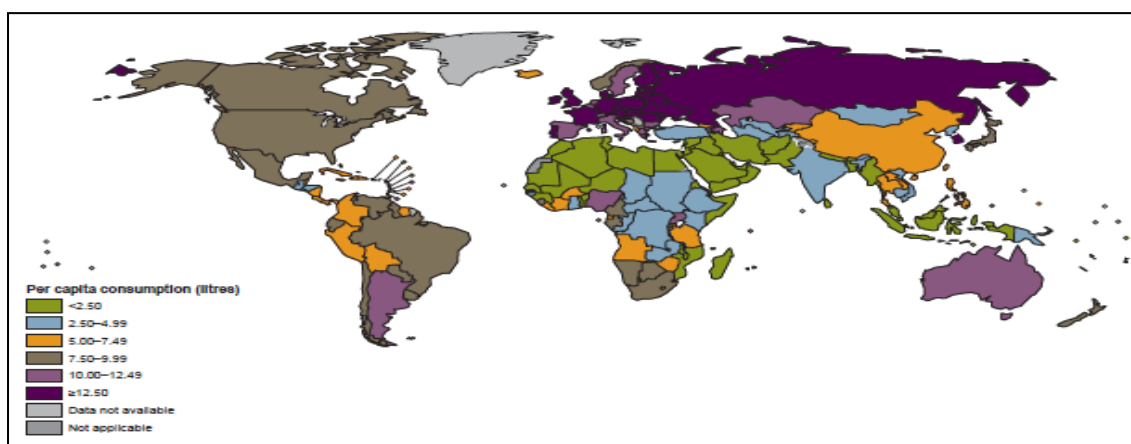
Maurel, autor de artigos científicos, afirma que o consumo crônico de álcool é responsável pela morte de aproximadamente 75 mil americanos a cada ano, e o número de mortes e de incapacitados pelo consumo de álcool em todo o mundo equivale a soma dos casos provocados pela pressão alta e pelo fumo. Aproximadamente 40% de todos os pacientes com traumas ortopédicos estão intoxicados no momento da admissão hospitalar.

É uma tarefa difícil o reconhecimento de determinados padrões de consumo como doença, bem como determinar o limite entre o beber socialmente, o uso abusivo ou nocivo de álcool, e o alcoólatra SID (Síndrome de Dependência do Álcool), pois são tênues as diferenças, variam de pessoa para pessoa e existe também a questão cultural.

Além disso, alguns indivíduos metabolizam o álcool melhor que outros e é possível que ocorra algum tipo de alteração no sistema biológico devido ao consumo frequente e abusivo do álcool ou ao esgotamento do organismo, fazendo com que uma pessoa que, até então, tolerava bem o álcool passe a reagir ao consumo de forma patológica.

Segundo Silva *et al* (2011), os maiores centros de consumo de álcool são encontrados em países desenvolvidos do Hemisfério Norte, principalmente na Europa (Figura 1). Níveis de consumo médios podem ser encontrados em países da África como Namíbia e África do Sul, assim como nos EUA e Brasil.

Figura 1 – Consumo total per capita de adultos (15 +) em litros de álcool puro – 2005



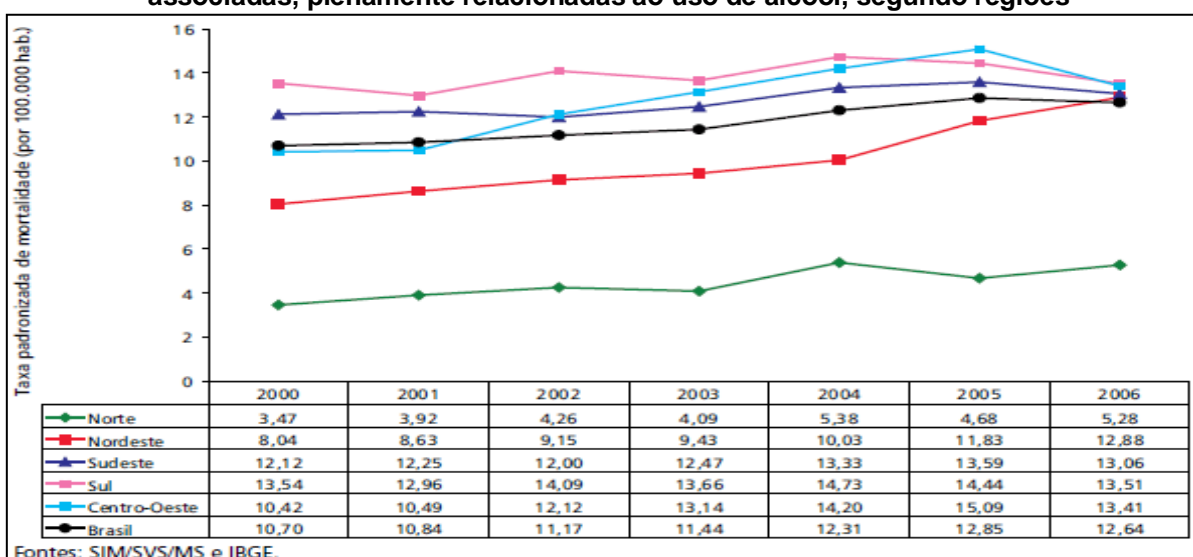
Os níveis mais baixos de consumo estão nos países do norte da África, no leste do Mediterrâneo e do sul da Ásia e do Oceano Índico. Estas regiões representam grandes populações da fé islâmica, e por conta disso, apresentam taxas elevadas de abstenção.

Em relação ao consumo de álcool entre os brasileiros, quase noventa e três mil óbitos tinham como causa básica alguma doença plenamente relacionada ao álcool, e aproximadamente cento e quarenta e seis mil óbitos tinham esse grupo de doenças como causa básica e/ou associada.

A taxa padronizada nacional de mortalidade por causas básicas ou associadas ao uso de álcool passou de 10,70 óbitos por 100.000 habitantes em 2000 para 12,64 óbitos por 100.000 habitantes em 2006.

Na região Nordeste foi observado o maior crescimento das taxas de mortalidade: de 8,04 óbitos/100.000 habitantes em 2000 para 12,88 óbitos / 100.000 habitantes em 2006)

Figura 2 - Taxas padronizadas de mortalidade (por 100.000 habitantes) por causas básicas ou associadas, plenamente relacionadas ao uso de álcool, segundo regiões



Dados do Ministério da Saúde mostram que a alta incidência de doenças crônicas constitui o principal desafio para o acesso ao atendimento em saúde mental na rede pública. A elevada taxa de dependência de drogas - álcool e outras drogas legais ou ilegais - faz deste o principal problema de saúde pública de nosso país.

Tabela 1 - Consumo abusivo de álcool nas capitais

Média brasileira Capitais / DF	19	10,5	29
	Total	Masculino	Feminino
	%	%	%
Aracaju	19,6	33,0	8,5
Belém	23,7	37,2	12,2
Belo Horizonte	20,8	30,6	12,5
Boa Vista	18,1	26,5	9,8
Campo Grande	16,9	25,3	9,3
Cuiabá	20,4	31,5	10,3
Curitiba	10,7	17,8	4,6
Florianópolis	17,0	24,3	10,5
Fortaleza	17,6	32,4	5,5
Goiânia	17,0	28,5	7,0
João Pessoa	20,0	34,2	8,3
Macapá	20,6	36,4	5,7
Maceió	15,8	24,9	8,2
Manaus	18,7	28,3	9,9
Natal	17,6	27,2	9,6
Palmas	23,7	36,3	11,0
Porto Alegre	15,5	21,7	10,3
Porto Velho	18,5	26,9	10,3
Recife	19,3	29,2	11,2
Rio Branco	16,6	24,6	9,2
Rio de Janeiro	20,5	28,6	13,8
Salvador	24,9	35,7	15,9
São Luís	19,9	32,1	9,8
São Paulo	12,3	18,2	7,1
Teresina	21,4	36,3	9,2
Vitória	18,5	27,6	10,8
Distrito Federal	18,6	27,0	11,2

*Consumo abusivo: mais de 5 doses para homem ou mais de 4 doses para mulher em pelo menos uma ocasião nos últimos 30 dias.

Alcoolismo no tecido ósseo

Os efeitos do uso abusivo e prolongado do álcool sobre vários tecidos, incluindo o ósseo, têm sido amplamente estudados.

Em 1965 foi descrito pela primeira vez que o consumo de álcool é um fator potencial para a osteoporose e fraturas osteoporóticas.

A quantidade de defeitos ósseos criados cirurgicamente e pelos vários tipos de acidentes tem aumentado e existe uma preocupação muito grande ao reparo desses defeitos, associados ao alcoolismo.

Em 1965 foi descrito pela primeira vez que o consumo de álcool é um fator potencial para a osteoporose e fraturas osteoporóticas.

Os fatores de risco modificáveis para a redução da massa óssea, associada a um desarranjo da microarquitetura do osso, e que levam à osteoporose são: fumo, abuso de bebidas alcoólicas, dieta pobre em cálcio, hipovitaminose D, quedas frequentes, imobilização prolongada e sedentarismo. Observa-se então que o álcool pode alterar o processo de remodelação óssea de forma direta ou indireta. A ação direta é verificada através do efeito antiproliferativo sobre os osteoblastos, e a indireta pela modulação de hormônios reguladores

do metabolismo (metabólitos da vitamina D, hormônios das paratireóides e calcitonina) presença de doenças hepáticas e deficiências nutricionais.

O consumo de álcool aumenta o risco de incorrer em uma lesão traumática, está associado a uma maior incidência de complicações clínicas após trauma ortopédico, e tem também um efeito inibitório sobre o processo de reparação de fraturas.

Recentes pesquisas têm demonstrado que o consumo crônico e contínuo de bebidas alcoólicas vem aumentando consideravelmente pelo homem moderno, e que essa conduta pode afetar negativamente a homeostase tecidual. A partir desses dados parece ser importante novos estudos controlados para se obter mais resultados que nos esclareçam esses mecanismos.

Referências Bibliográficas

- ANANDARAJAH, A.P. Role of Rankl in bone diseases. **Trens endocrinol metab.** V. 20 n 2 p 88-94 , 2009
- ANGUS, R. M.; SAMBROOK, P. N.; POCKOCK, N. A. Dietary intake and bone mineral density. **Bone Miner**, v. 4, p. 265–277, 1998.
- ARNOW, B.A. Relationships between childhood maltreatment, adult health and psychiatric outcomes, and medical utilization. **Journal Clinical Psychiatry**, v.65 n.3,p. 10-15.2004
- BARROS, D.R.; CARVALHO, E. A. B.; ALMEIDA, M. R.; RODRIGUES, C. A. Alcoolismo no contexto organizacional: uma revisão Bibliográfica. **Psicologia & foco**, Aracaju, Faculdade Pio Décimo, v. 2, n. 1, 2009.
- BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral – Paullus. Gênesis 9:20-21, 1990
- BUCHAIM, R.L.; BUCHAIM, D.V.; USTULIN, D.R.; ROQUE, D.D.; ANDREO, J.C.; ROQUE, J.S. Histological evaluation of the alcohol effects in the rats tibia bony repair **Arqu. Ciênc Saúde**. v.11, n.3, p.142-145, 2005.
- BUSER, D.; DHANLIN, C.; SCHENK, R.K. Regeneração óssea guiada na implantodontia. São Paulo: Livraria Santos Editora Comp. Imp. Ltda., 1996
- FROST, H.M. - A new direction for osteoporosis research: a review and proposal. **Bone**, v. 12, p.429-437, 1991.
- FROST, H.M. - Bone Biodynamics. Ed. Boston. Little Brown, p.315-333, 1964.
- GALLANGHER, J.C . Advances in Bone Biolo and new treatments for bone loss. **Maturitas**, v. 60, p. 65-9, 2008.
- GIGLIOTTI, A.; BESSA, M.A. Síndrome de dependência do álcool: critérios diagnósticos. **Rev Bras Psiquiatr.** V.26, n1 p.3 , 2004.
- GUYTON, ARTHUR C.; HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 11 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006
- HECMANN, W.; SILVEIRA, C.M.; Dependência do álcool: aspectos clínicos e diagnósticos. Álcool e suas consequências: uma abordagem multiconceitual. Barueri (SP): Minha Editora; p. 67-87.2009
- LARANJEIRA, R.; PINSKY, I.; ZALESKI, M, CAETANO, R. I Levantamento nacos padrões de consumo de álcool na população brasileira. Brasília: **Secretaria Nacional Antidrogas**; 2007.

VIII – FILOSOFIA

Nota Técnica

26. PERFORMANCES E AFETOS NA ERA DO PRODUTIVISMO

Marcelo Varella⁷⁰

Resumo Executivo

Vivemos em sociedades que atuam hoje, quase em uníssono, para a otimização de métodos e processos que visam um fazer mais rápido com menos recursos. Já funcionamos movidos por desafios que prontificam o nosso ser para a aceleração. Buscamos sempre a superação como mote de nossas existências para uma vida bem-sucedida segundo conceitos já hegemônicos no mundo contemporâneo. Hoje, mal respiramos emulando as metas abstraídas dos algoritmos que não cedem lugar para nos percebermos plenos em vida; adoecemos angustiados e vamos anulando nossas possibilidades de ser, remediados por arquétipos que nos limitam a químicas sintéticas, terapias para o “status quo” e pulsos de estímulos em redes sociais. Somos ensinados, desde cedo, a competir no afã de mostrar nossa utilidade individual e acabamos negligenciando os sentidos que nos fazem capazes de melhor questionar, criar e recriar respeitando aquilo que nos cerca. Mas há espaço para outros olhares que estimulem o agir reflexivo para além do produtivismo calculador.

Palavras-chave: *Produtivismo. Afeto. Recursos emocionais.*

Introdução

Início este exercício de pensamento, me perguntando quantos de vocês já tiveram interesse numa abordagem filosófica para o desempenho da vida acadêmica ou mesmo para a questão da performance no mundo corporativo. Me parece então uma boa ideia escrever estas linhas como alguém que já viveu intensamente a vida de empresa e hoje se dedica ao pensamento filosófico. Particularmente, tenho a convicção de que a complementaridade entre os processos de gestão e um pensar reflexivo para além do mero atingimento de metas, pode enriquecer muito o modo como lidamos com os nossos desafios, mas mais que isso, pode mesmo nos ajudar a desenvolver um olhar que possibilite melhores tomadas de decisão em nosso dia a dia.

Permitam-me então, apresentar-me para falar brevemente da minha jornada até aqui. Lá atrás antes da minha carreira na aviação, iniciei o curso de Direito na Universidade do Estado do

⁷⁰ Marcelo Varella. Mestrando em Filosofia pela UERJ. É também Bacharel em Direito pela mesma UERJ. Atuou por vinte e oito anos na Indústria da aviação comercial tendo acumulado experiência em diferentes funções de gestão dentre as quais a direção da área de Relações Internacionais da TAM Linhas Aéreas, a vice-presidência de Alianças Globais da Latam Airlines e a gestão de Desenvolvimento Estratégico do Aeroporto RIOgaleão. Atua também como consultor para temas de aviação já tendo representado a Star Alliance no Brasil para a sinergia entre suas empresas-membro. Hoje, se dedica com interesse à estruturação de uma abordagem que considere o pensar filosófico como elemento de “inteligência emocional” na reflexão acadêmica e no meio corporativo.

Rio de Janeiro, mas não cheguei a exercer pois segui uma paixão pela aviação comercial que começou com os meus pais. Ao todo foram vinte e oito anos entre funções operacionais e cargos de média e alta gestão primeiramente na Varig, depois TAM, Latam, na Star Alliance e na gestão estratégica do Aeroporto RIOgaleão. Depois de tanto tempo entre viagens, reuniões e rotinas agitadas, fui percebendo que queria mudar, acessar novos conhecimentos e maneiras de lidar com as coisas, com o mundo que nos cerca, para além das planilhas, metas, consultorias, fusões, aquisições, projetos que opõe e sobrepõe. Parece clichê, não? Crise de meia idade talvez? Enfim, foi algo que se impôs a mim e superou os medos e as inseguranças da estável racionalidade. Comecei a notar que a vida corporativa também comporta outros olhares, outras miradas, mas para isso, é preciso arejar, acessar outras visões que questionem os modos de fazer do mundo dos negócios. Quis fazer psicologia, mas acabei na filosofia e vejam a grata surpresa: já estou na fase final do Mestrado. Estou me especializando em Fenomenologia (pensamento de origem alemã) que traz uma abordagem questionadora sobretudo do subjetivismo cartesiano e para isso, vai as origens do pensamento metafísico Ocidental que hoje permeia nossas ações no dia a dia e, predomina já em todas as partes do Mundo. Um Oriental, por exemplo, pode seguir rezando em seu altar com crenças milenares como o meditar no vazio do zen budismo, mas ao atuar no *business*, acaba adotando processos ocidentalizados de predomínio subjetivista em que vige um discurso hegemônico, um modo referencial que talvez esteja amparado em nosso monoteísmo judaico-cristão-Ocidental, algo que segundo o pensamento fenomenológico, teria a sua origem num caminho percorrido pela filosofia grega algo platônica e aristotélica.

Mas a ideia aqui não é destruir por completo nossa visão já instalada no Mundo contemporâneo e sim, mostrar que ela pode ser mesclada com outros pensares, outras maneiras de abordar os problemas que se apresentam. Deixar que experimentemos um olhar de fenômeno a tudo aquilo que fomos ensinados a fazer como se fosse algo já dado. A ideia aqui é exortar para avivar nosso interesse curioso e questionador para encontrar outras possibilidades em nosso fazer cotidiano; protagonizar um olhar reflexivo para muito além do mero entregar tarefas, ou o acelerar como forma de performar. Vamos estimular outros recursos emocionais adormecidos, justamente percebendo que nossos afetos tem um papel nos processos de realização e podem ajudar a empreender novos modos de pensar e agir! Deixar aflorar nossos afetos sem precisarmos entorpecê-los com fármacos padronizadores, normatizantes e paralisantes.

Estas linhas pretendem, então, estimular a reflexão para outras possibilidades iniciando esta nossa abordagem a partir do tema da tão criticada e temida procrastinação.

Seria ela, a procrastinação, uma simples deficiência individual?

Outro dia assisti a uma palestra de Tim Urban no Ted Talks sobre este tema, a procrastinação, e notei que ele empolgou a todos como era de se esperar de qualquer fala ali, mas percebi também que a procrastinação foi abordada por ele como uma espécie de vício ou deficiência apenas, sem levar em conta os sentimentos e percepções que movem cada um de nós. Deu-me a sensação de ser uma fala até boa, poderosa, mas um pouco esquecida do que sentimos ao encararmos novos desafios. Senti aquele *speech* apenas orientado a nos fazer reconhecer o quanto é ruim procrastinarmos, mas sem realmente buscar as razões que, por vezes, nos congelam, nos fazem protelar talvez aquilo que mais tememos experimentar... De certa maneira, me pareceu apenas mais uma pílula para alertar que as tarefas devem ser cumpridas de forma cada vez mais rápida e eficiente, sem espaço ou tempo para a pausa, para a reflexão; só trabalhando na variável de um “*por que fazer, para que fazer*”, algo ali no domínio das já conhecidas métricas que visam alimentar o capital que nos remunera num mundo cada vez mais estimulado à precarização de salvaguardas sociais que apontam em direção ao “*cada um por si*”. Assim, parece-me que somos educados a negligenciar uma certa demora que vejo muito necessária no “*como fazer algo*”, como afinal podemos e devemos fazer algo; pois o tal “*porque*” segue inabalável, *porque* devemos vencer a concorrência, *porque* devemos

entregar mais rápido... quase como máquinas a correr para alcançar a performance que só uma sequência algorítmica consegue. Mas afinal, somos seres para a “maquinação”, para o produtivismo ou somos **no** detalhe, **em** pura reflexão? Me vem a mente o livro *Sapiens* de *Yuval Harari* que cita a complexidade da fala humana, a única forma de interação animal que nos permite reunir mais de 80 indivíduos da mesma espécie por uma mesma causa. Ele se refere a comentários sofisticados, ao poder de focar, ensaiar metáforas e muito mais que isso. Nossa articulação é mais detalhada e com isso refletimos, questionamos, superamos a mera automação hoje tão normalizada, mas que, por vezes, nos leva ao tédio ou a angústia.

Tal exercício de ponderação vem da fenomenologia, mais precisamente de alguns trabalhos que compõe a filosofia tardia de Martin Heidegger, talvez em sua fase mais propositiva como pensador contemporâneo questionador do “ser” em nossa tradição metafísica. Segundo afirma ele, não devemos perder nossa capacidade de reflexão, um meditar que supere o cálculo e a maquinação algorítmica que nós mesmos humanos criamos, mas à qual não deveríamos nos limitar.

Quando simplesmente reduzimos a performance de nossos desafios a um diagnóstico de procrastinação, perdemos a chance de refletir sobre o modo como as tarefas são impostas a nós, e acabamos ocultando os fantasmas e medos que nos fazem adiar o fazer.

O domínio do “porque” fazer e a importância do “como” para os afetos

Por vezes, angústia, ansiedade, tédio, depressão que são afetos extremos de nosso tempo, expressam nossa realidade contemporânea, nesse mundo existencial que vimos criando. Mas há uma historicidade no modo como nosso pensamento é formado hoje. E, ao contrário do que somos levados a crer, nossas angústias podem não ser ocorrências tão particulares que resolvamos apenas individualmente em consultas terapêuticas. Hoje, vão surgindo mecanismos que resultam em demandas cada vez mais aceleradas, sempre justificadas por um “*porque*” tornado absoluto. Queremos tudo mais rápido, mas não respeitamos o “*como*” melhor fazer na qualidade de humanos que somos. Um “*como*” que em seu *devoir* questione o processo e quiçá, nos permita perceber um “outro” resultado *possível* para além do representacional já previamente almejado. Temos múltiplas maneiras de fazer algo melhor, mas só percebemos quando temos a liberdade de sentir sem culpa e de compartilhar o que nos afeta. Quantas vezes no pegamos solitários, procrastinando paralisados por medos, tédios e angústias? Na fenomenologia chamamos isso de “tonalidades afetivas” e elas indicam, mais que tudo, nosso horizonte de “possibilidades” em nossa “existência histórica”, que só se abre para nós, por meio do questionamento, um “*ser questão*” como AÇÃO! (*uma proposta de SER que se realiza no EX-istir* da etimologia da palavra inglesa **EXIT**, do latim **EXIRE** onde **EX** é “para fora” e **IRE** é “ir”, significando assim saído, jogado para fora de si, participando com e no mundo em construção, uma existência finita na impermanência de tudo o que é).

A aceleração é binária, nós não; questionando a “maquinação”

Simplesmente vivenciar a fugacidade que nosso cotidiano acelerado nos impõe, não nos permite questionar para que possamos desenvolver um “*como*” que nos deixe realmente viver o que nos cerca, viver no sentido de experimentar, ter experiências, de realizar a arte do artesanato (como a *techné* grega) nas tarefas mais simples que exercemos, algo que respeite o nosso entorno, que considere esse “outro” ser ou objeto que torna possível o nosso fazer; entender esse “*como*” melhor interagir em cada único momento do fazer que se nos apresenta. Nossos trabalhos diários hoje, com desafios, cobranças e expectativas, são encarados apenas como vivências, ticamos, registramos tarefas e momentos que passamos, sempre “*porque*” devemos entregar, “*porque*” devemos vencer; enfim, agimos de tal modo porque entendemos que a vida é assim..., mas falta um espaço que devemos abrir para que apareça o “*como*” viver melhor e, este *como* não vem atrelado ao *porque*, ao porque tenho

dinheiro, porque tenho poder, e tantos outros porquês que ratificamos... O *como* pode abrir *possibilidades* com certa independência em relação ao *porque* fazemos o que fazemos... Diria que é através do *como* que conseguimos viver a realidade que se impõe a nós, sem abstrações que nos afastem do que a vida nos apresenta, sem precisarmos, por exemplo, justificar maquiagens em balanços de grandes empresas como parece ser agora o caso de uma grande rede de varejo. Quando nos ocupamos do *como fazer*, perde-se o sentido de impor nossas vontades, deixamos de achar que “os fins justificam os meios” e poderemos até nos surpreender com o entusiasmo que nos toma quando nos preocupamos em melhorar o jeito como fazemos as coisas, questionando aquilo que pode ser ruim para alguém, por exemplo.

Mas afinal, o império das metas, dos porquês já dados em meio a aceleração, permite contemplar um espaço para que nos preocupemos com os outros? Esta semana, estive numa livraria enquanto pensava neste artigo e notei entre riso e constrangimento como havia tantos títulos de cunho comportamental com uma mesma máxima um tanto agressiva. Cito, como exemplo, apenas um deles: “**A sutil arte de ligar o f0da-se**”, mas confesso que desconheço o seu conteúdo. De todo modo, isto me faz refletir afinal como seguimos nos comportando apenas **aceitando ou recusando**, cancelando ou lacrando o que nos aparece quando temos, na realidade, sempre tantas outras possibilidades. Parece que queremos simplesmente escolher as bolhas nas quais queremos nos ver inseridos por essa ou aquela razão, pois afinal, os resultados nos parecem certos e previsíveis seguindo apenas modelos já dados e, com isso, perdemos a oportunidade de viver em interação com o que nos cerca. Logo me vem o exemplo dos cuidados que hoje minha mãe requer, atualmente acamada e já idosa. Como filho único poderia parecer razoável buscar o suporte de cuidadores ou optar pelas casas de repouso em nome de um melhor aproveitamento de meu tempo, mas acabei me atirando ao convívio direto e visceral ao lado dela, velando por alguém tão próximo, sem mediações, algo que tem me aberto um mundão de outros saberes e sentimentos, nada tão fácil, mas surpreendente pela mexida que vem promovendo em meus afetos. Será então que simplesmente acolhi e aceitei? Diria que não é assim tão simples. Percebo que talvez seja um exercício de simplesmente aceitar viver o que acontece buscando um como fazer melhor a cada dia, deixando bater o vento do novo no rosto perplexo pelo não-sabido, pelo não preparado, por aquilo que ainda não ensaiei. Me refiro a esse viver que transcende o binário, ou o pragmático, algo que não se pode resumir a um mapeamento algorítmico utilitarista. E quando aceitamos construir algo questionando e mudando aquilo que nossa reflexão não nos permite aceitar, aquela ética que dispensa livros, que nos faz, por exemplo, ter afetos orgânicos por aqueles necessitados ou pelos animais que nos cercam, aí sim, podemos perceber que estamos realmente existindo... Não precisamos viver limitados a escolhas que envolvam o f0da-se, podemos fazer melhor do que isso... o f0da-se, parece ferrar algo ou alguém, não precisamos disso!

Sobre estabilidade, previsibilidade e as possibilidades...

Aproveitando esse embalo, outro termo que me chama atenção no dia a dia do mundo programável dos gestores é o já conhecido “*business as usual*”, que soa para muitos como “*no brain*”, ou seja, algo já dado que não precisa ser questionado... mas pensemos um pouco... Nas empresas, muitas vezes empregamos estes jargões norte-americanos que transformam o anseio de previsibilidade em modo de ação. Queremos “simplificar” tratando cada novo fenômeno de nosso dia a dia como algo “*mais do mesmo*”. Podemos citar o exemplo de certas tomadas de decisão durante a pandemia, e notamos que o termo normal não tem a ver com impor para que as nossas ações sigam iguais em situações diferentes. Nós humanos, buscamos sim uma **estabilidade**, mas ela não se realiza pela **previsibilidade** apenas. Entender que nem tudo é previsível e agir conforme aquela nova necessidade que se apresenta, só ocorre se estamos sempre atentos em atitude de questionamento. Mas ao contrário disso, temos sido ensinados apenas a controlar para que as coisas caibam numa normalidade aparente que simplifica os processos; um “*as usual*” que tenta representar o real,

mas não consegue, e aí podemos nos lembrar dos exemplos recentes daquela grande mineradora brasileira que dispõe de recursos para executar suas tarefas através das melhores práticas, mas ao invés disso, já por duas vezes, pareceu querer forçar o mundo real, sua fauna, flora e humanidades, enfim VIDAS, para que se submetessem às metas abstraídas de seus acionistas, resultando naquilo que chamamos formalmente e à distância, de passivo ambiental. Em outras palavras, vidas subtraídas! Um mundo em que o pensamento calculador faz coexistirem em aparente normalidade, danos à vida planetária de um lado, e eventuais compensações pecuniárias de outro; na prática, um cacoete remediador de quem quer impor um “porque” que não encontra lugar para aquilo que não vislumbra em seus *targets*. Um rastro de aniquilamento precoce de agentes responsáveis pela geração de vida na biosfera, e consentido pela hegemonia do pensamento de mercado. Algo aceito pela ideia de competição e progresso à precificar as mortes de complexas cadeias planetárias que possibilitam a improvável ocorrência do frágil ciclo de nossas próprias existências neste sistema fechado que é o nosso planeta. Uma autofagia não-questionada que somente a busca patológica por metas sustentadas em porquês estavelmente alheios à vida real e por isso mesmo, moribundos, pode explicar, mas jamais justificar. Razões hegemônicas nunca estão prontas a ouvir, considerar, dialogar, rever ou mudar.

Mas a vida real tem a ver com responsividade! É assim que se abrem as “*possibilidades*” de *como* fazer diferente... O *como* fazer que vem do questionamento, não julga! Não controla para uma normalidade representacional, mas aceita a imprevisibilidade de tudo e, com isso, abre a oportunidade, o *como* que surge daí, quiçá um *outro* fazer. Me atrevo a considerar que quando nos colocamos reflexivos e responsivos, sem um fazer automático, abertos, aceitando nossos temores e buscando outras possibilidades, não deixamos que a procrastinação nos domine. Neste sentido, procrastinar me parece aceitar ou recusar; um certo modo de paralisarmos nosso agir sem respeitar nosso sentir, sem questionar as possibilidades que envolvem um fazer nosso realmente participativo, que supere aquelas razões e porquês abstratos que já nos dão prontos e ignoram nossa necessidade intrínseca de viver em plenitude. Por isso, importa que nosso agir se dê sempre no devir da vida vivida, a cada segundo; só assim somos e performamos nosso existir, realizando nosso *ser* na expressão do sentir.

Referências Bibliográficas

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: Uma breve história da humanidade*. 1ª edição. Porto Alegre. L&PM Editores. 2016.

HEIDEGGER, Martin. *Meditação*. Petrópolis. Editora Vozes. 2010.

HEIDEGGER, Martin. *Contribuições à Filosofia: Do acontecimento apropriador*. Rio de Janeiro. Via Verita. 2015.

CARTA DE CONJUNTURA DA USCS

